



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DANDARA EMILLY SILVA CHAGAS**

**O BOLSONARISMO COMO SINCRETISMO IDEOLÓGICO**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

DANDARA EMILLY SILVA CHAGAS

## **O BOLSONARISMO COMO SINCRETISMO IDEOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**Área de concentração:** Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Jamerson Murillo Anunciação de Souza

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C433b Chagas, Dandara Emily Silva.  
O Bolsonarismo como sincretismo ideológico [manuscrito] /  
Dandara Emily Silva Chagas. - 2023.  
130 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade  
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,  
2023.

"Orientação : Prof. Dr. Jamerson Murillo Anunciação de  
Souza, UFPB - Universidade Federal da Paraíba."

1. Bolsonarismo. 2. Sincretismo. 3. Ideologia política. I.

Título

21. ed. CDD 306.2

DANDARA EMILLY SILVA CHAGAS

## O BOLSONARISMO COMO SINCRETISMO IDEOLÓGICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovada em: 27/ Março/ 2023.

### BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Jamerson Murillo Anunciação de Souza (orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente

gov.br

CEZAR HENRIQUE MIRANDA COELHO MARA

Data: 29/03/2023 21:24:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Documento assinado digitalmente

gov.br

SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS

Data: 29/03/2023 21:10:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Mara de Moraes dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer inicialmente a minha família, especialmente minha mãe Ednalba e minha irmã Damara, por sempre depositarem em mim uma fé inabalável de que eu posso conquistar muito na vida e nenhum sonho que eu ousar sonhar será impossível. Sou grata em ter no meu ciclo familiar um conjunto de mulheres (Tia Janja, Tia Landa, Penélope também) que valoriza meus esforços em seguir caminhos tão difíceis e que são para mim exemplos de força e coragem.

Agradeço aos meus colegas da turma 2020, pelo companheirismo nessa etapa de minha jornada acadêmica, cujos percalços se tornaram menores através das trocas realizadas, em especial aquelas que se tornaram especiais nesse caminho, entre angústias e ansiedades: Clarinha, Suênia, Yanca e Mickaelli.

Agradeço a todas as professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB pelas contribuições à minha formação enquanto pesquisadora em Serviço Social, além do acolhimento e empenho diante de tantos desafios impostos pela pandemia e pelo ensino remoto.

Um agradecimento à coordenação do PPGSS/UEPB, na pessoa das professoras Moema Serpa e Sheyla Suely, coordenadora e coordenadora adjunta e Mayara Duarte, secretária, pela condução das atividades durante o período crítico da pandemia, e por terem se posto sempre à nossa disposição para facilitar a execução das atividades e auxiliar nesse processo tão desafiador.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Cézar Maranhão (UFRJ) e Silvana Mara (UFRN) pela disponibilidade em avaliar o meu trabalho e pelas excepcionais contribuições dadas naquele momento tão importante na trajetória da pesquisa, observações que guardo na memória e cujas inquietações me acompanharão para além deste trabalho.

Obrigada aos meus amigos e amigas, cujos momentos partilhados, entre risadas, cafés e cervejas, me ajudou a atravessar muitos momentos dessa caminhada e cujos nomes não me arriscarei a citar, porque certamente faltarão muitos.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Jamerson Souza, por conduzir um trabalho de orientação com gentileza e cuidado, além dos mais de seis anos de convivência, cujos conselhos e incentivos foram essenciais para que eu

continuasse na vida acadêmica e buscasse trilhar um caminho que, apesar de difícil, me orgulho profundamente de ter iniciado. Não há como pôr em palavras o quanto sou grata por sempre acreditar em mim e nos objetos que eu escolho pesquisar.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), pelo financiamento da pesquisa através da concessão de bolsa durante dezenove meses.

*“E é real que incitam guerras pra vender as armas  
Ocultam a verdade pra vender mentiras (dar as cartas)  
Os ricos são os donos do Estado  
Que ainda são os filhos dos senhores de escravos  
Que dizimaram os índios  
Compraram os revolucionários ou mataram  
Em nome de um Cristo, como o de Bolsonaro (ao contrário)  
Um que não tem amor, ao contrário  
Tudo deturpado.”*

***Aquela Fé - Don L***

## RESUMO

A presente dissertação pretende analisar o bolsonarismo como sincretismo ideológico contemporâneo. Desta maneira, visa como objetivo geral a análise do bolsonarismo como sincretismo ideológico a partir do processo de decadência ideológica da burguesia. Para tanto, pretende realizar o resgate da formação sócio-histórica brasileira, em especial as ideias oriundas da particularidade colonial de seu desenvolvimento. Ainda busca apreender os fundamentos ontológicos da ideologia, bem como apresentar os pressupostos teórico-filosóficos do sincretismo a partir do processo de decadência, além de identificar os elementos que sustentam a base sincrética do bolsonarismo. Esta pesquisa, então, se configura como teórica, de natureza qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória, cujo método de análise será o materialismo-histórico dialético, partindo da compreensão de sua capacidade de apreensão dos fenômenos a serem estudados. Como resultados aproximativos pudemos concluir que o bolsonarismo se configura como um sincretismo ideológico, por articular diversos elementos ideoculturais, históricos, políticos e filosóficos, fornecendo assim uma visão de mundo que mobiliza ações práticas de seus seguidores. Além disso, o sincretismo bolsonarista lança mão do anticomunismo como ideologia condutora de quaisquer ideias que possam compor a base sincrética, facilitada pelos elementos constitutivos da vida cotidiana, principalmente o senso comum.

**PALAVRAS - CHAVE:** Bolsonarismo. Sincretismo. Ideologia.

## **ABSTRACT**

The present dissertation intends to analyze Bolsonarism as a contemporary ideological syncretism. In this way, it aims as a general objective the analysis of Bolsonarism as ideological syncretism from the process of ideological decay of the bourgeoisie. To do so, it intends to rescue the Brazilian socio-historical formation, in particular the ideas arising from the colonial particularity of its development. It also seeks to apprehend the ontological foundations of the ideology, as well as to present the theoretical-philosophical assumptions of syncretism from the process of decay, in addition to identifying the elements that support the syncretic basis of Bolsonarism. This research, then, is configured as theoretical, qualitative, bibliographical, documental and exploratory, whose method of analysis will be dialectical-historical materialism, starting from the understanding of its ability to apprehend the phenomena to be studied. As approximate results, we were able to conclude that Bolsonarism is configured as an ideological syncretism, as it articulates various ideocultural, historical, political and philosophical elements, thus providing a worldview that mobilizes practical actions by its followers. In addition, Bolsonarist syncretism makes use of anti-communism as the guiding ideology of any ideas that may compose the syncretic base, facilitated by the constituent elements of everyday life, mainly common sense.

**KEYWORDS:** Bolsonarism. Syncretism. Ideology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AIB** - Ação Integralista Brasileira

**ALEF** - Aliança Eleitoral pela Família

**AMAN** - Academia Militar das Agulhas Negras

**ANL** - Ação Nacional Libertadora

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

**CBA** - Cruzada Brasileira Anticomunista

**CBF** - Confederação Brasileira de Futebol

**CNJ** - Conselho Nacional de Justiça

**CNV** - Comissão Nacional da Verdade

**CQC** - Custe o Que Custar

**EUA** - Estados Unidos da América

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FIFA** - Federação Internacional de Futebol

**IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IBOPE** - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

**IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**IURD** - Igreja Universal do Reino de Deus

**JUC** - Juventude Universitária Católica

**LDN** - Liga da Defesa Nacional

**LGBTQIAPN+** - Lésbicas, gays, bi, trans, queer, intersexo, assexuais, pan, não-binárias e mais

**LULA** - Luís Inácio Lula da Silva

**MBL** - Movimento Brasil Livre

**MEC** - Ministério da Educação

**MMC** - Movimento por um Mundo Cristão

**MPL** - Movimento Passe Livre

**MSD** - Movimento Sindical Democrático

**PCB** - Partido Comunista Brasileiro

**PDC** - Partido Democrata Cristão

**PF** - Polícia Federal

**PGR** - Procuradoria-Geral da República

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PP** - Partido Progressistas

**PPB** - Partido Progressista Brasileiro

**PSC** - Partido Social Cristão

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**PSL** - Partido Social Liberal

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**REDETRAL** - Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**STM** - Superior Tribunal Militar

**TFP** - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 AS BASES IDEAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 O Caráter Autocrático De Dominação Burguesa E A Estrutura De Consciência Contrarrevolucionária.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2 O Anticomunismo No Brasil.....</b>	<b>38</b>
<b>2.3 A Ditadura Militar Brasileira.....</b>	<b>44</b>
<b>2.4 Religião E Anticomunismo.....</b>	<b>50</b>
<b>3 OS CAMINHOS DA DISCUSSÃO IDEOLÓGICA.....</b>	<b>57</b>
<b>3.1 A Visão Ampliada Da Ideologia: Um Resgate Ontológico.....</b>	<b>61</b>
<b>3.2 Vida Cotidiana E Ideologia.....</b>	<b>68</b>
<b>3.3 Sincretismo E Decadência Ideológica.....</b>	<b>75</b>
<b>4 DA IDEIA BOLSONARO AO BOLSONARISMO.....</b>	<b>82</b>
<b>4.1 Junho De 2013 E Os Elementos Preparatórios Do Bolsonarismo.....</b>	<b>83</b>
<b>4.2 Da Anticorrupção Ao Anticomunismo.....</b>	<b>87</b>
<b>4.3 A Imagem Bolsonaro.....</b>	<b>95</b>
<b>4.4 Eleições 2018 E A Máquina Bolsonarista.....</b>	<b>103</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A apresentação da dissertação representa algo além do requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba, ela é fruto de um conjunto de inquietações anteriores ao mestrado e do amadurecimento das reflexões que tiveram início quando da escrita do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social na UFPB, o que proporcionou o contato com inúmeras categorias teóricas instigantes. Na ocasião da banca, as observações feitas pelos membros convidados acerca da importância da discussão ideológica na contemporaneidade despertou o desejo de compreender melhor essa categoria, levando-a como ideia inicial no ingresso ao PPGSS/UEPB.

O início das aulas, no dia 16 de março de 2020, marcou a única experiência presencial que a turma 2020 teve, na disciplina de Metodologia da Pesquisa com o Prof. Jamerson, uma vez que no dia seguinte, o governo estadual publicou decreto<sup>1</sup> dispondo sobre a suspensão do funcionamento dos serviços (dentre eles as universidades) e da aglomeração de pessoas como medida emergencial para prevenção do contágio da Covid-19.

Esse marco temporal na trajetória pós-graduanda da turma é guardado com carinho e pesar, pois delimitou o início de uma espera pela volta presencial das atividades e sequencialmente a resolução de que as atividades de ensino e pesquisa teriam que seguir (a partir de setembro daquele ano) de forma remota, pois a pandemia estaria longe de acabar.

É difícil colocar em palavras a experiência de se ver obrigado a adentrar num novo modo de assistir aulas e travar discussões enquanto se vivencia uma pandemia que nos roubava, dia após dia, amigos, familiares e colegas. Os desafios que vivenciamos passam pelas dificuldades de adaptação ao ensino remoto, problemas com a tecnologia, dificuldade de aprofundar discussões diante da quantidade nociva de horas expostos às telas, problemas de concentração, de encontrar os livros digitais diante da ausência das bibliotecas físicas, problemas de saúde mental e física além das incertezas quanto a chegada das vacinas.

---

<sup>1</sup> O decreto em questão foi o de número 40.128, de 17 de março de 2020, e versa sobre as medidas a serem tomadas diante do aumento de casos de Covid-19 em todo o território nacional e as determinações para prevenção do contágio, principalmente no que diz respeito a aglomeração de pessoas, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esses percalços iniciados em 2020 com a pandemia vieram acompanhados dos absurdos operacionalizados pela gestão do governo Bolsonaro no combate ao vírus, que desde o início o chamou de “gripezinha”<sup>2</sup> executando posteriormente uma estratégia institucional de propagação do vírus<sup>3</sup>, comumente designada como “imunidade de rebanho por contágio”. Estar imersa nessa realidade trágica despertou a curiosidade em compreendê-la em sua dimensão ideal, questionando assim quais as principais ideias que compõem o movimento denominado bolsonarismo.<sup>4</sup> A escolha desse objeto de pesquisa representou a oportunidade de contribuir para a compreensão de um processo em curso na sociedade, além de estar em sintonia com a proposta inicial de investigação da categoria da ideologia, que seria norteadora da pesquisa a ser realizada.

Na trilha das discussões empreendidas nas disciplinas cursadas, a tese do sincretismo acabou por aparecer em Fundamentos Sócio-históricos do Serviço Social, ministrada pela Prof. Moema, em que discutimos as principais teses sobre o surgimento da profissão. A releitura da tese formulada por Netto<sup>5</sup> (2011), rememorou as discussões que iniciamos no trabalho de conclusão de curso, em que foram utilizadas categorias ontológicas da vida cotidiana para a problematização da base sincrética do Serviço Social.

Essa rememoração nos levou, particularmente em relação a nosso objeto de estudo, a levantarmos a hipótese de trabalho segundo a qual o bolsonarismo não se configuraria como um movimento de uma única ideologia, mas que seria, na verdade, um sincretismo ideológico, compostos por diversas ideias, aspectos

---

<sup>2</sup> No dia 20 de Março de 2020, em coletiva de imprensa realizada, Bolsonaro minimizou a pandemia ao afirmar “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá ok?” como confirma a matéria da BBC News Brasil disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536> Acesso em 9 Mar. 2023.

<sup>3</sup> Em uma pesquisa realizada pela Faculdade de Saúde Pública da USP em parceria com a ong Conecta Direitos Humanos, foi revelado que o governo de Bolsonaro executou uma estratégia institucional de propagação do vírus, conforme esmiúça a reportagem de Eliane Brum disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html#?prm=copy\\_link](https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html#?prm=copy_link) Acesso em 9 Mar. 2023.

<sup>4</sup> Não se sabe precisar quem primeiro cunhou o termo bolsonarismo, todavia ele surgiu como uma expressão para designar as ideias e práticas do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores. A nomenclatura segue a linha de classificação semelhante aos termos lulismo, chavismo, tatcherismo para vincular ideologias a determinados sujeitos políticos.

<sup>5</sup>A tese do sincretismo, elaborada por José Paulo Netto e publicada no livro Capitalismo Monopolista e Serviço Social aborda o que ele acredita ser o fio condutor da profissão, se expressando na prática profissional e nas intervenções dos agentes profissionais. A base sincrética do Serviço Social é composta fundamentalmente por três elementos: o universo de problemas que representam as demandas histórico-sociais (as expressões da Questão Social), o horizonte do exercício profissional (a vida cotidiana) e a modalidade específica de intervenção que segundo o autor corresponde a uma “manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado” (NETTO, 2011, P.97).

culturais e históricos da realidade brasileira. Esse momento foi um ponto de inflexão na pesquisa, pois proporcionou um impulso no sentido de apresentar à banca de qualificação um projeto cuja ideia era não apenas viável, mas também empolgante.

A banca de qualificação representou outro momento na trajetória do mestrado cuja experiência é positivamente memorável, pois além da seriedade e do cuidado com que foi avaliado o projeto proposto, a banca composta por Cezar Maranhão e Silvana Mara também forneceu valiosas contribuições que foram essenciais para a realização da pesquisa, uma delas sendo a indicação para analisar o anticomunismo como eixo central do sincretismo bolsonarista.

Desta feita, a presente dissertação se constitui como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e tem por objetivo analisar o bolsonarismo como sincretismo ideológico contemporâneo a partir do processo de decadência ideológica. A discussão sobre a decadência ideológica, neste estudo, comparece tanto como categoria teórico-analítica, quanto como recurso de método de pesquisa. Para tanto, elencamos como objetivos específicos a realização do resgate das ideias oriundas da formação sócio-histórica brasileira, a apreensão dos fundamentos ontológicos da ideologia, a apresentação dos fundamentos teórico-filosóficos do sincretismo a partir da decadência ideológica e a identificação dos elementos constitutivos que sustentam a base sincrética do bolsonarismo.

A metodologia de análise será de natureza qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória. Sua característica bibliográfica, de acordo com Severino (2007) é realizada a partir dos registros disponíveis ao pesquisador provenientes de pesquisas anteriores e pressupõe a consulta a livros, teses, dissertações, artigos, etc. No que lhe concerne, a pesquisa documental tem como fonte um campo bem mais amplo, podendo ou não serem fontes impressas, incluindo assim gravações, filmes, vídeos, imagens, etc. No contexto histórico contemporâneo, em que as tecnologias de comunicação avançaram substantivamente, é de se esperar que haja uma importante ampliação de fontes documentais à disposição da pesquisa.

A escolha do método se ancorou no acúmulo resultante dos estudos dos fundamentos da pesquisa social, através da disciplina de Metodologia da Pesquisa no mestrado, e das problematizações realizadas quando da compreensão de outros métodos, o que mostrou a capacidade aproximativa do materialismo histórico

dialético ao objeto de pesquisa aqui elencado, resultando em sua maior compreensão.

Essa possibilidade de compreensão da realidade através do materialismo histórico-dialético é realizada através de aproximações sucessivas que partem da totalidade do real, fazendo com que à medida que se conheçam as determinações do objeto estudado se possa realizar a reprodução ideal de sua dinâmica. Nunca é exagerado lembrar que a totalidade é uma categoria teórica e um recurso de método, relacionado à dialética materialista tomada como razão e filosofia. Não se confunde, sendo assim, com qualquer ideia de “toda a realidade”, segundo uma ideia de justaposição. Segundo Netto:

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2011, p. 21)

A instrumentalização do método dialético proporcionará, além da melhor compreensão do objeto estudado, uma adequada exposição da dinâmica apreendida no caminho da pesquisa, uma vez que a dialética marxista pressupõe a junção entre investigação e exposição:

A investigação tem de se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade. Se se consegue isto e se a vida do material se reflecte; então, idealmente [ideell], poderá parecer que se está perante uma construção a priori. (MARX, 1867, p.8)

Ainda quanto às escolhas na metodologia, optamos por analisar o bolsonarismo em um recorte temporal que vai de 2016 a 2018, partindo do momento de saída do PT do poder até as eleições de outubro de 2018, em que Jair é eleito presidente do país. Tal escolha temporal se justificou pela efervescência política da época, provocada pelo Golpe de 2016 que removeu da presidência Dilma Rousseff, bem como pelo gradativo protagonismo que Bolsonaro foi conquistando no período pós-Golpe, se alçando como um outsider da política e como candidato à presidência. Apesar disso, não nos furtamos de discutir brevemente as manifestações de junho de 2013, e suas particularidades, muitas das quais foram importantes para a base de apoio bolsonarista.

Optamos, ainda, por uma análise ontológica do fenômeno da ideologia na luta de classes, o que nos leva ao resgate das contribuições lukacsianas sobre o processo de reprodução social e a relação entre ela e as dimensões ideológicas da vida social. Essas contribuições, localizadas principalmente na obra *Para Uma Ontologia do Ser Social*, publicada na década de 1970, nos parecem ser relevantes para pensarmos os processos históricos em curso, uma vez que ela fornece um aporte categorial que elucida as questões inerentes à dinâmica do objeto estudado. Segundo Lukács, o objeto da ontologia

é o que existe realmente; a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior. [...] O complexo pode ser investigado como complexo e, do complexo, chegarmos aos seus elementos e aos processos elementares. Por isto, o problema não é o de encontrarmos os elementos seguros e, das interações entre os elementos, construirmos o complexo determinado, como em geral pensa a ciência. [...] O problema decisivo está em como são constituídos estes complexos e como podemos chegar à essência real da sua natureza e da sua função. (LUKÁCS, 2014, P.27-28)

Desta forma, a pesquisa aqui apresentada se faz relevante pelo sua proposta de refletir sobre a conjuntura recente, desvelando elementos compósitos da contemporaneidade capazes de instigar reflexões sobre a dimensão cotidiana da vida social. Além disso, acreditamos que a realização da pesquisa com o suporte de categorias de análise como a ideologia e o sincretismo, além do processo de decadência ideológica, contribuem para o adensamento da compreensão acerca desses temas, resultando numa maior contribuição para a manutenção da hegemonia crítica na produção de conhecimento. Para exposição do trabalho realizado, dividimos a dissertação em três capítulos que resumimos a seguir.

O primeiro capítulo será composto por cinco partes, buscando inicialmente analisar a formação das ideias no Brasil, através dos elementos constitutivos de sua base material atravessada pelo processo colonizador português, discutindo assim a formação social brasileira dentro do quadro geral do desenvolvimento do capitalismo no mundo, lançando mão das contribuições de autores clássicos na discussão crítica da história brasileira. Na segunda parte buscaremos refletir sobre o caráter autocrático da dominação burguesa, de que maneira ela atravessa a formação do Estado brasileiro e sua influência nas disputas políticas pela condução estatal.

Na terceira parte do capítulo discutiremos o anticomunismo no país, partindo da Ação Integralista Brasileira, movimento liderado por Plínio Salgado. Analisaremos

então os meandros ideológicos do integralismo para compreendermos como se articula o anticomunismo enquanto ideologia capaz de mobilizar ações políticas. Na quarta e quinta parte abordaremos o período da Ditadura Militar brasileira, e através de quais mecanismos ideoculturais o anticomunismo se tornou central para a materialização do Golpe Militar de 1964, orquestrado pela burguesia nacional e as forças militares, além da relação histórica existente entre anticomunismo e religião, ressaltando o seu papel na Ditadura.

O segundo capítulo será composto por três partes, sendo a primeira delas um resgate da discussão da ideologia no marxismo, sua diferenciação entre versão *restrita* e *ampliada*, além da polêmica da *falsa consciência*. Essa reflexão inicial demarcará a posição assumida no escopo da pesquisa, uma vez que optamos por trabalhar com a categoria da ideologia em sua versão ampliada, acreditando ser essa a melhor concepção para analisarmos a complexidade do bolsonarismo.

Na sequência do capítulo refletiremos sobre a relação entre vida cotidiana e ideologia, discutindo algumas categorias que nos auxiliam a compreender a persistência de ideologias na realidade social e quais dimensões da vida cotidiana facilitam a adesão de determinadas ideias aos sujeitos com as quais entram em contato. Na última parte partiremos para a discussão do sincretismo ideológico e da decadência ideológica, ressaltando as dimensões através das quais se movimentam as ideias no processo de reprodução social e quais as características, tanto do sincretismo quanto da decadência, que auxiliam o bolsonarismo a constituir sua base sincrética.

O terceiro capítulo será dividido em quatro partes, sendo a primeira delas responsável pela discussão dos elementos preparatórios para o bolsonarismo, através do resgate das dimensões ideológicas e conjunturais das manifestações de junho de 2013 até o Golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff. A partir daí buscaremos refletir sobre a utilização da pauta da anticorrupção como justificativa para a retirada do PT do poder em 2016 e a passagem de tais ideias a uma lógica “anti-esquerda” generalizada que se converte em anticomunismo. Na sequência trataremos da “imagem Bolsonaro” fazendo um resgate de sua trajetória e analisando de que forma ela se coloca no campo do conservadorismo, através de suas ligações com as Forças Militares e no combate a pautas progressistas quando da sua atuação enquanto deputado federal.

No último tópico discutiremos as eleições presidenciais de 2018 e máquina de propagação de ideias bolsonarista, que se ancora principalmente na produção e difusão de fake news, através da utilização do anticomunismo como ideologia aglutinadora de diversas visões de mundo que uma vez articuladas, cooptam apoiadores para a sua base de atuação política. Ademais, ressaltaremos a importância do senso comum, em relação com a vida cotidiana, e da religião, com grandes aliados na propagação de informações falsas e pânico, baseados nas supostas ameaças à família.

Diante desses apontamentos introdutórios, esperamos que o presente trabalho contribua para a compreensão do objeto estudado, cujos esforços reflexivos encontram respaldos na necessidade de desvelamento de um processo contemporâneo. Além de contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade social e instigar reflexões posteriores que por ventura possam ser desenvolvidas a partir das discussões que serão apresentadas nas páginas a seguir.

## 2. AS BASES IDEAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Como ponto de partida imprescindível deste trabalho, necessitamos realizar uma incursão no processo de formação da sociedade brasileira e compreender os elementos que possibilitaram o surgimento de ideologias e estruturas de pensamentos que condensadas comportam o que conhecemos hoje e aqui tratamos nesse trabalho: o bolsonarismo.

O resgate do processo da formação sócio histórica brasileira tem por objetivo explicitar como se desenvolveram as ideias no país e assim empreender um esforço de reconstrução de suas mais proeminentes influências. Para tanto, precisamos ter em mente que a formação de ideias e ideologias obedece uma processualidade histórica cuja interação dialética com a estrutura material se faz importante para a configuração de uma determinada formação social.

A formação de uma estrutura de consciência está, portanto, ligada à forma de reprodução material de uma sociedade e sua persistência na história tem muitas vezes raízes profundas na forma de sociabilidade desenvolvida pelas classes sociais que formam determinado país ou região. É interessante fazermos o adendo de que embora haja uma ligação ineliminável entre estrutura material e superestrutura ideológica, a formação desta não pode ser entendida como um mero “reflexo” da base material, pois a superestrutura ideológica detém de certa *autonomia* em relação, o que explica muitas vezes a persistência inclusive de ideais mesmo quando a base material existente no momento de sua formação já ter se transformado radicalmente ou mesmo deixado de existir.

Cabe aqui então, fazermos uma incursão breve na forma de reprodução social que originou a formação social brasileira e nas principais e profundas alterações desta em correspondência à dinâmica inerente ao modo de produção capitalista. Precisamos então tratar de dois aspectos passíveis de debate e importantes para a nossa análise: as raízes coloniais e a forma de revolução que sustou esse tipo de modo de produção.

Para discutirmos o eixo central desse capítulo, a saber o anticomunismo, precisamos antes discutir o processo de formação sócio-histórico brasileira que deu origem às formas específicas de estrutura de consciência que pretendemos abordar e que são centrais para a compreensão do bolsonarismo enquanto sincretismo

ideológico contemporâneo. Isso porque entendemos a composição ideológica e cultural do movimento a partir de suas raízes históricas e estruturais no país.

A compreensão, portanto, da estrutura econômica brasileira é imprescindível para compreender o aparato estrutural ideológico que se origina dela e que contribui para a formação das ideias no país.

No quadro geral de desenvolvimento do capitalismo, a colonização portuguesa das terras brasileiras se insere na dinâmica mundial da ampliação do poderio europeu e da necessidade da produção de mercadorias que suprissem os mercados que estavam em expansão. A dominação de determinados territórios para a produção de mercadorias faz surgir um sistema colonial, estruturado justamente para fornecer aos países do centro do capitalismo as condições de expansão de tais mercados. De acordo com Mazzeo (2015):

A expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido à existência de um sistema colonial de mercantilismo, cabendo a ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração a partir das múltiplas atividades que o capital cria, em seu processo de autorreposição. Entendido dessa forma, o sistema colonial expressa o papel das colônias na produção mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho, que efetivamente se estrutura. Assim, a colonização e a produção em grande escala de mercadorias determinarão o surgimento do sistema colonial, que deve então ser entendido a partir de sua articulação estrutural com o modo de produção capitalista, que surge concretizando-se nas formações sociais particulares americanas: as colônias. (MAZZEO, 2015, p. 57)

A questão do sistema colonial e sua relação com a dinâmica mundial é importante para pensarmos as formações sociais específicas que se originam desse processo colonizador e as características dessas estruturas, em especial suas *particularidades*. A legalidade interna de tais estruturas é importante porque refletem o caráter particular de cada formação sócio-histórica, num quadro histórico mais amplo, de desenvolvimento do capitalismo no mundo.

Enquanto análise das condições ideológicas que acompanham os eventos no país, é necessário considerar a estrutura material que se relaciona com a criação de tais ideologias. Num processo de formação econômica brasileira determinada pela colonização portuguesa, temos a formação de uma legalidade interna, uma superestrutura ideológica atravessada pela influência desse modelo de desenvolvimento. As relações sociais empreendidas em determinada formação social é influenciada diretamente pela estrutura econômica ali desenvolvida:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47)

No caso brasileiro, a formação econômica marcada pelo colonialismo tem como particularidade a presença de uma estrutura escravista nas colônias. Ainda que esteja no quadro *universal* de desenvolvimento capitalista, a estruturação de uma formação social em determinado país, com suas características próprias, se impõe como *particularidade*. Ou seja, dentro da universalidade da ampliação do capitalismo enquanto modo de produção, as formações sociais se particularizam com suas características e legalidades internas.

Um fator que marca estruturalmente a história da colonização brasileira é a introdução do trabalho de pessoas escravizadas na estrutura produtiva. Tal marca corresponde, por sua vez, um processo mais amplo no contexto mundial de expansão do capitalismo, não deixando, entretanto, de trazer consequências duradouras na formação social brasileira e fazer do racismo um componente estrutural da sociedade.

A existência de um descompasso entre a necessidade de ampliação da produção mundial para atender a necessidade de abastecimento dos países centrais do capitalismo e os tipos de relações de trabalho existentes até então. O crescimento da produção de mercadorias por meio das corporações de ofício se mostrou ainda insuficiente para atender às necessidades de consumo do mercado em expansão. É a partir dessas dinâmicas de necessidade e escassez que se buscam encontrar alternativas laborais que visem suprir a demanda imposta.

Nesse contexto é que se insere o processo de escravidão nas colônias, pois ela representava, através da facilidade de mobilização da mão-de-obra, a melhor alternativa para alcançar as taxas de lucro e produção de mercadorias necessárias para abastecimento dos países do centro do capitalismo.

Segundo Mazzeo, essas dinâmicas ora mencionadas representam

O aspecto fundamental que determina a introdução do trabalho escravo nas colônias americanas, isto é, a necessidade objetiva da produção ampliada de mercadorias para os centros consumidores

européus. Nesse sentido, a produção colonial direciona-se para os produtos altamente comercializáveis nas áreas centrais do capitalismo mercantil: produtos com procura manifesta, como o açúcar, o tabaco, o algodão, o anil, o cacau, as madeiras etc. Por essa razão básica é que nas “colônias de exploração” a pequena propriedade não encontrou situação favorável. (MAZZEO, 2015, p. 76)

No Brasil, portanto, houve essa introdução da escravidão como relação de trabalho durante a colonização, o que além de determinar a base material sob a qual se forma o país, também é responsável por aspectos da superestrutura ideológica brasileira. A formação de uma sociedade conservadora e racista encontra razão de ser a partir justamente de sua subordinação, principalmente de sua elite, aos países do centro do capitalismo mundial.

É interessante para a nossa análise, muito mais que os pormenores da dinâmica produtiva durante o processo de colonização, as consequências ideológicas dessa colonização e das particularidades que existiram em seu decurso:

Em suma, essa base material *suis generis*, composta por aspectos europeus e nativos, marcará o pensamento dominante no Brasil durante muitos séculos. É nesse contexto histórico-social que se desenvolve a “ideologia da conciliação” brasileira, expressão de uma burguesia débil economicamente — anômala — que, para se manter no poder, concilia sempre com os interesses externos e, internamente, pauta-se pela violenta repressão das massas populares, que, em nível extremo, a escravidão encarna e expressa. (MAZZEO, 2015, p. 80)

Nesse sentido, é importante essas breves considerações para podermos realizar uma caracterização dos elementos políticos-ideológicos que fazem parte da formação estrutural brasileira, em especial as ideologias dominantes. Esses capítulos iniciais da história do país revelam os momentos de formação das estruturas de consciência que persistem e influenciam tanto no imaginário da população quanto nas posturas adotadas pela burguesia nacional ao longo de sua história.

O processo de independência do Brasil é particularmente importante para pensarmos como se conduziu as revoltas e as saídas encontradas pela elite nacional frente às demandas que lhe são historicamente impostas. A insurreição empreendida contra a dominação portuguesa se dá num momento histórico, o ano de 1821, em que são escancaradas e sentidas as enormes contradições econômicas e sociais existentes no interior da vida colonial.

A massa populacional detinha de um baixíssimo padrão de vida material e existiam além de conflitos entre as classes da colônia também conflitos de natureza étnico-racial oriundos do racismo sofrido pelos homens e mulheres escravizados bem como pela forma de tratamento imposto aos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos portugueses. Essas contradições existentes eclodem durante o processo de revolta e as diversas reivindicações se espalham pelo país complexificando os conflitos e trazendo em cena sujeitos contraditórios.

Dentre esses indivíduos que representam as forças político-ideológicas no conflito temos a presença de reacionários que buscam o retorno do país à configuração colonial e de outros representantes das classes superiores da colônia que observavam na revolução e no regime constitucional a possibilidade de manutenção de suas vantagens e liberdades. (PRADO JÚNIOR, 2012)

Esse segundo grupo de pessoas são nomeados “Partido Brasileiro” sendo formado majoritariamente por donos de terras e de escravos que, dentro de sua ação política não tinha interesse em romper estruturalmente com a economia colonial. É a partir desse conjunto de forças existentes que se dá a independência brasileira:

É do entrecchoque dessas forças, procurando cada qual fazer prevalecer suas reivindicações, que resultam os diferentes fatos que constituem o agitado período que se estende de 1821 em diante. [...] No desenvolvimento da revolução constitucional no Brasil é o segundo grupo de forças citadas — isto é, o “Partido Brasileiro” como já então era chamado e que representava as classes superiores da colônia, grandes proprietários rurais e seus aliados — que ganhará a supremacia. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 49)

As posturas mais radicais de rompimento e mudanças estruturais no país existiam, mas se localizam nas camadas médias da pequena burguesia e não encontravam base para concretizar suas demandas e suas perspectivas de mudança para o Brasil. A falta de organização também das demais camadas populares e a carência de uma maior maturidade política prejudicaram a força das reivindicações, fazendo prevalecer desta forma as relações de classe que estavam consolidadas naquele período.

Por esses motivos a agitação da população mesmo com as diversas revoltas e com as contradições e descontentamento existente foram dominadas pela forma como foi conduzida o processo de rompimento com a Coroa. A revolução constitucional toma o caminho da Independência de Portugal no sentido de manter

intacta a organização social vigente e esvaziar de sentido a insurreição. Segundo Mazzeo

A proposta de uma revolução anticolonial não ultrapassará as fronteiras de uma duvidosa “emancipação política”. A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais. (MAZZEO, 2015, p.83)

Essa característica da postura adotada pelo grupo dirigente do processo de insurreição indicará o caráter ideológico adotado pela elite brasileira e os demais grupos que formam sua burguesia, marcado pela perspectiva de um reformismo conservador.

Algumas características do desenvolvimento do capitalismo em Portugal influenciaram de forma significativa a formação da superestrutura ideológica brasileira, havendo, portanto, a assimilação de componentes de cunho reformista herdados da influência colonizadora. O processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal ocorre com atrasos em relação aos outros países europeus já que ele inibia o crescimento do assalariamento e se mantinha com as relações mercantis características da primeira fase da acumulação capitalista.

Essa persistência do elemento mercantilista acaba por, visando a manutenção de tal padrão de acumulação, reforçar valores e estruturas arcaicas e em consequência a transmissão às colônicas:

Nesse quadro estrutural de retardamento de sua estrutura produtiva situa-se também a absorção, por parte da burguesia portuguesa, de um liberalismo “reformado” e adequado para a conciliação e não para transformações revolucionárias. (MAZZEO, 2015, p. 87)

A alternativa reformista através da qual se intenciona realizar a modernização da estrutura produtiva acaba por se tornar um elemento central transmitido por Portugal à estrutura ideológica brasileira, desencadeando no processo de transformação mudanças “pelo alto” e de caráter conciliatório. O pensamento revolucionário português sofreu então adaptações ao atraso vivenciado na estrutura material que ali se desenvolvia, resultando no que MAZZEO (2015) chama de “mercantilismo ilustrado”. As ideias ali desenvolvidas, já adaptadas àquele desenvolvimento se estendia também à elite brasileira.

Ocorre então um processo de formação de ideias reformistas que visavam frear qualquer espécie de mudanças na estrutura social e produtiva, principalmente devido à crise que se observava em todo o mundo e aspirava em diversos países, revoluções. O caso de Portugal acompanha uma tendência de decadência do pensamento revolucionário que se observava em toda a Europa e tomará corpo nas revoluções de 1848.

A decadência ideológica burguesa e a consequente opção pelo reformismo faz com que se busque adequar as teorias que ora dão corpo ao iluminismo em ideias que respondam aos anseios conservadores das elites componentes de tais burguesias, transformando o liberalismo revolucionário em liberalismo conservador. No caso dessa concepção de ideias metamorfoseadas faz surgir como traço intrínseco à decadência o *eclétismo*.

No Brasil, as ideias reformistas e conciliatórias assumirão nuances próprias, conforme ilustra MAZZEO:

No Brasil, o “eclétismo” terá sua própria feição específica e, como diz Paim, “representa o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas ideias penetram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação”. O pensamento eclético, como doutrina conciliatória e de crítica e negação do pensamento revolucionário do século XVIII, servia como uma liba ao “espírito” conservador das “elites” nacionais. [...] O eclétismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como exemplo de manutenção do *status quo*, utilizando-se as reformas “pelo alto”. (MAZZEO, 2015, p. 90-91)

Esse eclétismo será importante para a formação ideológica da elite nacional na medida em que fornece justificativas para as decisões a serem tomadas nos momentos decisivos do país. Quando esvazia de conteúdo o liberalismo ora teorizado e utilizado como condutor de processos revolucionários, a burguesia pode transformá-lo no aparato ideológico-político necessário às suas ambições, principalmente quanto aos valores de liberdade e emancipação, tornado-a meramente política, sem intenção de realizar com ela mudanças estruturais.

Essa relação de influência da superestrutura portuguesa na formação social brasileira não encontrou muita resistência para se consolidar, principalmente devido ao colonialismo que unificava o país sob sua ideologia e transformava o país numa unidade cultural e territorial:

Ontologicamente, os “aparelhos ideológicos”, se assim podemos chamar, da burguesia colonial do Brasil eram parametrados pelos da

Europa e, particularmente, pelos de Portugal. Em outras palavras, a cultura europeia não se apresentava como um corpo estranho ao conjunto da formação social colonial brasileira. Ao contrário, ia sendo assimilada não só pelos portugueses, herdeiros históricos imediatos dessa cultura, mas também pelos negros africanos e pelos indígenas, na medida em que a cultura universal passa a ser o novo referencial (ainda que, inicialmente, sob o signo de um sincretismo) para esses grupos étnicos que têm sua estrutura cultural desagregada. (MAZZEO, 2015, p. 93)

É interessante pontuarmos essa adesão à cultura e ideias portuguesas como *universais* dentro da estrutura social brasileira, pois essa acaba por ser uma característica forte da facilidade com que se assimilam as ideologias estrangeiras no país e como isso também acaba por ser um traço da dependência persistente. A influência da cultura e ideias desenvolvidas pela burguesia portuguesa acaba por ser algo importante na formação sócio-histórica brasileira, o que aliada às especificidades de sua constituição confere o caráter de superestrutura ideológica do país.

Os valores, ideias e costumes externos vão sendo conduzidos sem muita resistência, quase que de forma natural, como forma de dar respaldo ao processo de dominação ou supremacia de um país sobre outro. Esse processo também cria a ideia da superioridade de classes ou grupo internos ao país, mas que de alguma forma se beneficiam da estrutura de dominação produzida pelo país colonizador. Tal processo segundo Sodré (1961) ocorre principalmente devido à ideologia do colonialismo.

Segundo o autor, tal ideologia começa a aparecer durante a expansão europeia e toma corpo em decorrência das expedições marítimas que fazem surgir a necessidade de justificar a dominação e a subordinação de determinados territórios, baseados em critérios como clima, situação geográfica e raça:

Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua denominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. (SODRÉ, 1961, p. 133)

Essa ideologia, portanto, facilita o processo de transplantação de aspectos superestruturais de um país para outro objeto de sua dominação. No caso brasileiro, observamos então como características das ideias portuguesas ligadas

principalmente ao reformismo conservador e à conciliação adentraram com facilidade as formulações ideológicas da burguesia nacional. Esses elementos da formação social brasileira ainda oriundos do período colonial nos leva à discussão do caráter de formação do Estado Brasileiro e de que maneira se constitui a sua articulação com os direcionamentos tomados pela elite do país.

Antes de adentrarmos o caráter de formação do Estado brasileiro dado a sua emancipação e independência, necessitamos primeiro conceituar as vias de desenvolvimento do capitalismo e a partir de quais configurações político-ideológicas elas se dão. Essa consideração é necessária para pensarmos como se processa o capitalismo no Brasil e de que maneira são empreendidas as mudanças necessárias à consolidação de tal modelo de produção, principalmente no que diz respeito às elites dirigentes no Estado.

O caminho assim chamado *clássico* do avanço das forças capitalistas se dá através do processo revolucionário realizado em alguns países, principalmente a França, e ocorre através da ascensão da burguesia como classe dirigente de tais processos. Nesse ínterim, a burguesia assume um papel histórico de organização das massas populares para levarem à cabo as aspirações revolucionárias que transformariam radicalmente a estrutura do modo de produção, destruindo, portanto, tal formação social.

No caso das revoluções burguesas, elas ocorreram de maneira diversa a depender das condições histórico-objetivas dos países e das configurações das relações produtivas ali existentes, se radicalizando em determinados casos. Na França, por exemplo, a burguesia se encontra mais amadurecida e o grau de organização da revolução abarca alianças com diversas classes sociais existentes no país, tornando o processo revolucionário mais radical e violento.

As aspirações e desejos de transformação radical das estruturas feudais advinham tanto da problematização da realidade experimentada como também das possibilidades que se colocavam trazidas por uma possível transformação histórica. O chamado *programa da modernidade*, isto é, o conjunto de ideais de igualdade, liberdade e fraternidade aglutinou diversas reflexões e deu corpo ideológico as transformações que se operavam e se almejavam no momento. No caso específico do liberalismo, ele se constituiu como expressão teórica-ideológica do momento revolucionário e forneceu à burguesia os elementos para refletir as mudanças estruturais, sendo nesse momento uma ideologia revolucionária cuja função, através

da ação política de uma classe também revolucionária, era servir à transformação social.

Um segundo caminho de desenvolvimento das forças produtivas e que nos serve de subsídio para compreender a formação do Estado nacional brasileiro é o que se denominou de *via prussiana*. Nesse caminho, ocorre um abandono pela burguesia da tarefa histórica do processo revolucionário e o rompimento com a ordem feudal. Nessa forma de desenvolvimento social, ocorre a absorção da burguesia pelas estruturas sociais existentes no feudalismo, principalmente a nobreza proprietária de terras, tornando-se assim um pacto conciliador.

A Alemanha aqui acaba por ser um exemplo central na caracterização da via prussiana, já que nela ocorre essa forma de desenvolvimento capitalista em que a burguesia em suas aspirações de unificação nacional não rompeu com o Estado feudal de forma revolucionária. Lukács ao analisar esse capítulo da história alemã assim diz:

Essa “via prussiana” do desenvolvimento da Alemanha teve, todavia, consequências imediatas, pois esse tipo de surgimento da unidade econômica teve, como consequência, a existência, em amplos setores capitalistas, de antemão, da dependência em relação ao Estado prussiano, a tendência a fazer pactos contínuos com a burocracia semifeudal, a perspectiva da possibilidade de realizar os interesses econômicos da burguesia em aliança pacífica com a monarquia prussiana. Por isso, Engels pôde dizer mais tarde que, em 1848, não havia para a burguesia prussiana uma necessidade imperiosa de resolver pela via revolucionária o problema do poder dentro do Estado. (LUKÁCS, 2020, p. 51)

Esse caminho de desenvolvimento do capitalismo também influencia na configuração das classes sociais de determinada formação histórica. No caso alemão, diferente do caso francês, não havia uma classe aparentemente disforme que pudesse ser organizada em prol de um processo revolucionário. Por causa do caminho adotado pela burguesia alemã, ou seja, o de conciliação com a burocracia feudal, a liberdade do camponês se deu sem passar por um rompimento revolucionário, apenas transformando a servidão feudal em grilhão capitalista, o que deu origem a um tipo de proletário moderno.

É a partir dessa característica da formação alemã que surge a necessidade de, afim de eliminar a possibilidade de aspirações revolucionárias, criar uma aparelhagem estatal capaz de conter e manipular as massas. Surge então um

Estado conduzido por uma ideologia expressão da conciliação e manipulação de classes: o Estado autocrático.

É importante nesse momento tecermos algumas considerações acerca das especificidades do liberalismo enquanto ideologia, seu perfil multifacetário e o caráter que ele assume no decorrer do processo revolucionário burguês e a maneira através da qual ele se transforma para atender aos interesses da burguesia.

O liberalismo enquanto ideologia não deve ser pensada apenas como um estepe para as aspirações burguesas que ora se apresentam como revolucionárias, ora se apresentam como reformistas/conservadoras. Inclusive a concepção de um liberalismo em sua ampla dimensão contraditória nos exhibe também o caráter ampliado das ideologias de maneira geral, que não podem ser reduzidas a momentos específicos de sua atuação histórica ou a uma ligação com uma determinada classe.

O pensamento liberal possui, como nos mostra (MAZZEO) uma concretude expressa no momento histórico através da qual podemos compreender a sua ambiguidade. Ele é expressão ideológica num momento revolucionário, pois representa também uma classe revolucionária cujo objetivo era realizar oposição às forças feudais existentes. No momento em que a burguesia encontra entraves para a sua ascensão ao poder, ela impõe ao pensamento liberal a prática revolucionária, servindo ele como ideologia a realizar essa função.

Por outro lado, o liberalismo se torna conservador à medida que os entraves ao avanço burguês são removidos sem o auxílio de um processo revolucionário, ou seja, o caráter radical de seu pensamento é abandonado em prol da manutenção de uma determinada *ordem* social. Essa perspectiva relega ao liberalismo a realização de transformações “pelo alto”, através da realização de pactos e alianças da burguesia com a nobreza feudal e conseqüentemente a permanência de determinadas estruturas arcaicas em algumas formações sociais.

É de se pensar através dessa questão posta porque determinadas estruturas de pensamento permanecem em alguns países e também o caráter transformador e importante de um processo revolucionário para um país. O nível de mudanças significativas oriundas da existência ou não de uma revolução deixa marcas profundas e influentes em determinada formação social.

Diante dessa caracterização do desenvolvimento capitalista na Alemanha é possível traçarmos elementos comuns com a formação do Estado brasileiro e

principalmente seu caráter assim chamado *autocrático*, embora existam obviamente diferenças significativas que conferem especificidades à formação brasileira.

No Brasil, todavia, assim como em outros países latino-americanos, a “via clássica” do liberalismo não encontra condições históricas para se realizar, principalmente pela absorção do ideário burguês de Portugal, ou seja, parte da superestrutura ideológica portuguesa decadente. A escravidão, se configura no Brasil, portanto, como um grande entrave ao avanço da ideologia liberal.

O que ocorreu no desenvolvimento histórico brasileiro foi o entrave colocado pelas condições materiais objetivas do modo de produção escravista até então vigente. Essa particularidade da formação impôs limites na forma como se absorveu o liberalismo e na forma que ele foi utilizado como uma ideologia em sua função ampla.

No contexto do desenvolvimento do capitalismo na via clássica, o liberalismo representava a formulação ideal de uma luta pela liberdade e emancipação do homem de maneira ampla, dando direcionamento político-prático aos processos revolucionários empreendidos. No caso brasileiro, essa absorção do liberalismo em sua amplitude encontra o entrave da escravidão, cuja ideologia engendra o mais alto grau de desumanização e opressão baseada na cor da pele. Desta forma, o ideário liberal se desenvolve no país estritamente no plano econômico, para subsidiar o direito da liberdade dos processos comerciais e produtivos, tendo, portanto, a estrutura econômica brasileira o papel de restringir e deturpar os princípios liberais revolucionários.

A particularidade da formação econômica brasileira, principalmente o seu caráter escravocrata, determinam diferenciações na forma de desenvolvimento do capitalismo no país e na forma como se porta e burguesia nacional e suas ideias. Se no caso da via prussiana o papel da burguesia de determinado país ainda consegue através do processo conciliador adquirir certa autonomia nacional e conduzir o progresso econômico a um modelo cada vez mais próximo do modelo capitalista “clássico”, no caso brasileiro a composição estrutural escravista acaba por levar a burguesia a uma subserviência aos polos centrais do capitalismo, numa lógica de cessão do poder econômico para a consolidação do seu poder político interno.

Conforme Mazzeo

A base real da forma social escravista do Brasil desautoriza o liberalismo e a revolução em sua configuração clássica. Essa

especificidade, determinada por tal concretude, não deixaria de gerar um Estado à sua imagem e semelhança. Um aparelho estatal onde se despregue a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitirá até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, em seu aspecto basilar. (MAZZEO, 2015, p. 108)

Dessa forma, podemos auferir que as ideias liberais nunca foram utilizadas no país conforme suas formulações originais nos países cujo desenvolvimento capitalista se deu de forma clássica, ao contrário, a presença de uma estrutura escravocrata e a defesa de sua manutenção resultou numa deturpação dos ideais revolucionários e de liberdade do liberalismo, sendo esses constantemente reformulados com fins de legitimação de opressões e poder da burguesia.

Essa característica da condução de transformações *pelo alto*, conciliando assim interesses contraditórios e pactuando com estruturas arcaicas na sociedade corresponde a um modelo de “conciliação” cujo objetivo é a manutenção dos fundamentos da organização produtiva do país, ou seja, a sobrevivência do colonialismo no caso brasileiro. No Brasil, essa “modernização” se deu mantendo a estrutura escravista e a ideologia colonial, não rompendo com o atraso econômico e social, conciliando assim com as formas arcaicas de organização social existentes.

A maneira como suscitou essa conciliação no processo brasileiro é responsável tanto pela persistência e continuidade de um passado colonial no país quanto pela configuração subserviente da burguesia nacional. Ao tratar dessa forma de conciliação (bonapartista<sup>6</sup>) em comparação aos países europeus, Mazzeo destaca a particularidade brasileira:

Para melhor conceituar o processo de conciliação brasileiro, devemos entendê-lo como um *bonapartismo-colonial*, como aspecto do fundamento autocrático dominante, engendrado ontologicamente pela formação histórico-particular do Brasil. O bonapartismo-colonial aparece, desse modo, como o elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos polos centrais do capitalismo, para a qual a *sociedade civil* se restringe aos que detêm o poder

---

<sup>6</sup> O Bonapartismo se configura em momentos de acirramento da luta de classes, em que o proletariado se configura como uma ameaça ao domínio do Capital. Nesse contexto, o Estado assume uma determinada formatação em que a burguesia exerce uma dominação *indireta* sobre as demais classes. De acordo com Demier “o bonapartismo mostra-se, então, não só como um regime político, mas também como uma modalidade de governo, na qual a classe dominante não tem acesso às rédeas do Estado. É nesse sentido que o fenômeno bonapartista se refere a um dialético processo pelo qual a burguesia ‘abdica’ das funções de domínio político da nação para ver mantida sua dominação social no seu interior.” (DEMIER, 2013, p. 34)

econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe. O bonapartismo-colonial será o articulador de um política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares; será, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa do Brasil. (MAZZEO, 2015, p. 113)

O caráter autocrático da burguesia no Brasil é relevante no nosso estudo devido à consequência de tal concepção burguesa enquanto classe e principalmente na forma como se porta em relação às demais classes sociais. A manutenção de tal característica autocrática acaba por articular diversos outros elementos que retroalimentam a dominação burguesa, resultando nas particularidades de uma burguesia intrinsecamente contrarrevolucionária.

## **2.1 O Caráter Autocrático De Dominação Burguesa E A Estrutura De Consciência Contrarrevolucionária.**

O caminho até aqui trilhado nos apresentou algumas características essenciais do processo de formação brasileira, em especial a estrutura econômica existente durante o período da colonização e o impacto que essa particularidade teve nas mudanças sofridas no país.

A superação do caráter colonial do Brasil em âmbito histórico se processou a partir da revolta executada por uma burguesia contrarrevolucionária e que no decorrer de sua formação precisou articular elementos que dessem base à sua atuação política. A revolução burguesa, portanto adquire características especiais a depender das particularidades das formações sociais e no caso brasileiro, obedece uma dinâmica comum à periferia do capitalismo. Ou seja, a revolução tem um caráter muito mais político em vez de econômico, pois visa a articulação de elementos para a manutenção de seu poder e não almeja mudanças estruturais no país.

É nesse contexto e a partir de tais raízes que se desenvolve o caráter autocrático da burguesia e sua aliança tanto com práticas repressoras e violentas quanto com ideologias que afastam as aspirações revolucionárias ora presentes no liberalismo clássico e que, em determinados países, subsidiou processos revolucionários.

Para Fernandes (2020) deve-se refletir sobre o caráter autocrático da burguesia considerando a própria sobrevivência burguesa como algo condicionante

de sua atuação diante do desenvolvimento capitalista e que tais características empreendem uma crescente separação

entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa. Entre a ruína final e o enrijecimento, essas burguesias não têm muita escolha propriamente política (isto é, “racional”, “inteligente” e “deliberada”). O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático- burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. (FERNANDES, 2020, p.371)

É importante tais reflexões para o nosso estudo, pois pretendemos compreender como parte da formação superestrutural que dá subsídio ideológico ao bolsonarismo como estrutura sincrética contemporânea, representante de uma extrema-direita articulada e atuante.

A forma de dominação burguesa, segundo Fernandes (2020) perpassa não apenas um “reflexo” espontâneo da estrutura econômica da sociedade ou a expressão reguladora de seu poderio político. Ela atravessa, na verdade, toda uma rede articulada de defesa e repressão ligado não apenas ao Estado, mas diversas instituições da sociedade civil. A repressão e o bloqueio de ações amplas de contestação da ordem acaba por transformar o poder burguês como única forma de poder político legítimo na sociedade. Tal lógica se insere, portanto, no circuito de dominação estrutural e em suas relações, suprimindo e reorientando os processos econômicos, políticos e sociais por meio das quais as demais classes contestam a dominação da burguesia.

Essa noção mais ampla da dominação burguesa e de sua estrutura autocrática nos fornece elementos para compreender a concepção ideológica e de consciência que ela gera e à qual fomenta e tenta espriar ao restante das classes sociais que compõem o país. É interessante também tecermos as características dessa dominação principalmente devido ao modo como ela através de sua composição ideológica busca se universalizar como visão de mundo perante os demais sujeitos políticos na sociedade.

A dominação burguesa nesses moldes atua sobre três funções principais sendo a primeira delas a atuação visando a preservar e fortalecer as condições históricas, econômicas e socioculturais através das quais ela se constituiu como classe dominante e manteve o poderio político. Essa função específica revela um dos aspectos relevantes para o nosso estudo, ou seja, a necessidade que a burguesia tem de preservar as estruturas de dominação e opressão por meio das quais se consolidou ao poder, agindo, portanto, para perpetuar elementos arcaicos e coloniais da nossa formação social.

Sua segunda função, central para a manutenção da dominação diz respeito à sua inserção na dinâmica capitalista mundial e de que forma se relaciona a economia brasileira com as nações hegemônicas. Seu objetivo aqui é contribuir para um desenvolvimento da economia brasileira afim de maximizar a extração de mais-valia<sup>7</sup> e a acumulação do Capital, de maneira também a construir relações externas que deem suporte para a manutenção do poder interno burguês.

Quando falamos nessa função desempenhada pela dominação burguesa de um *desenvolvimento* da economia brasileira, estamos aqui tratando dos meandros exercidos para a maximização da extração da mais-valia e não de um desenvolvimento que visa a autonomia econômica nacional nos moldes dos países centrais do capitalismo. Falamos, portanto, de medidas e “reformas” sendo constantemente executadas no sentido de fornecer subsídios para a maximização dos lucros, precarizando as relações trabalhistas e fazendo permanecer formas arcaicas de exploração da classe trabalhadora.

Uma terceira função exercida pela dominação burguesa constitui justamente o avanço e ampliação do seu poder político, de maneira a se inserir e controlar os diversos âmbitos da sociedade além de trabalhar na constituição de uma aparelhagem estatal eficaz aos seus anseios. Tais funções tanto fazem surgir quanto exigem da burguesia uma organização de classe que busque aglutinar a responder os interesses diversos que brotam da própria reprodução dela, enquanto classe.

---

<sup>7</sup> A mais-valia se configura como o excedente de valor extraído pelo capitalista no processo de trabalho. De acordo com Marx “Em termos muito gerais, podemos dizer que, tendo o capitalista comprado essa força por seu valor, vale dizer, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária para sua produção e reprodução, cria as condições do excedente, ao deixar que o trabalho morto (o valor da força da mercadoria força de trabalho) se transforme em trabalho vivo. A atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence de jure. O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma.” (MARX, 2013, P. 62)

Fernandes (2020) ao discutir tais pormenores enfatizou a importância de compreender esse modo de atuação burguês principalmente no que diz respeito ao que ele denominou *solidariedade de classe*. Essa reunião e coexistência de diversas aspirações e interesses burgueses, inclusive alguns contraditórios entre si, acaba conferindo um certo ecletismo entre as ideias concentradas. Segundo o autor

A unidade no bloco de classe adquire um teor altamente conservador, que se pode polarizar, facilmente, em torno de orientações de valor e de comportamento reacionários ou, até, profundamente reacionários. Ela impõe, especialmente em matérias nas quais o poder burguês assume conotações políticas, a adesão de todo o bloco ao que se poderia descrever como principia media dos interesses e valores burgueses nacionais e estrangeiros. Em consequência, tanto o reformismo burguês (sirvam de ilustração os dilemas decorrentes da reforma agrária e da expansão do mercado interno) quanto o movimento democrático-burguês (sirva de ilustração o amortecimento da radicalização das classes médias) são sufocados a partir das compulsões que emanam da própria dominação burguesa e da forma de solidariedade de classe em que ela repousa. E a burguesia nacional converte-se, estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, incapaz passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente antiimperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático. (FERNANDES, 2020, p. 382)

Essa ideia da unidade do bloco burguês é importante para refletirmos tanto o processo de atuação da burguesia nacional como o próprio caráter de sobrevivência dela enquanto classe no curso do desenvolvimento capitalista no Brasil. A solidariedade de classe, uma especialmente desenvolvida pela burguesia segundo Fernandes, consegue conferir forma à dominação burguesa e levar à cabo as decisões necessárias para a manutenção de seu poderio.

É necessário ressaltar, todavia, que embora haja uma aglutinação de interesses burgueses e por consequência uma diversidade de sujeitos no interior da unidade, isso não significa uma constante harmonia e uniformidade das ideias e conflitos que ali surgem. O que ocorre, entretanto, é a realização de concessões e articulações em prol dos interesses comuns da burguesia nacional e internacional, muitas vezes com a limitação de ideias e o próprio abandono da perspectiva de reformas radicais por parcelas da burguesia. A prevalência dos interesses comuns na atuação burguesa sempre acarretará saídas reformistas e conservadoras ao modelo de atuação burguês.

Essa concepção é interessante porque revela o caráter autocrático da formação do Estado e de que maneira a luta pela sua condução é atravessada pelor

meandros dessa modalidade de dominação burguesia existente no país. A própria constituição estatal acaba por ser moldada pelos interesses em disputa na arena burguesa e responde igualmente aos ditames de tais interesses. Nesse contexto de composição do Estado vão se excluindo determinadas classes das esferas de controle do aparelho de modo a privilegiar determinadas classes e fazer a manutenção da situação econômica de dependência e subordinação brasileira em relação aos países centrais do capitalismo. Deste modo, acabam por ganhar espaço a presença de forças conservadoras e cada vez mais autoritárias no interior do Estado conferindo suas ações em função de interesses particularistas de determinadas classes:

A natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa, com sua profunda e obstinada identificação com os alvos que ela perseguia, facilitaram sobremaneira o processo implícito de domesticação particularista do Estado. É claro, de outro lado, que a militarização das estruturas e das funções do Estado nacional simplificou e fortaleceu todo o processo, conferindo, finalmente, à vinculação da dominação burguesa com uma ditadura de classe explícita e institucionalizada uma eficácia que ela jamais alcançaria sob o Estado democrático-burguês convencional. (FERNANDES, 2020, p.386)

Essa característica estatal em função do autoritarismo e de sua ampliada ligação com os militares é importante para compreender o espaço de poder que eles ocupam na sociedade brasileira e por qual estrutura se legitimam e agem.

Essa base de atuação burguesa conferiu uma especificidade de consciência à classe burguesa no país, a necessidade constante de compreender a si mesmo e definir as bases de sua sobrevivência e sua atuação política. A definição, portanto, de uma aparelhagem ideológica que subsidie sua existência enquanto classe.

Segundo Fernandes (2020) era necessário que a burguesia se afastasse da imagem de classe possuidora de escravos, até então existente no período escravocrata e que não teve meios de rompimento através de um processo revolucionário. Era preciso que se empreendesse o esforço no sentido de rever e redefinir as ideologias importadas das experiências europeias, notadamente as com caráter democrático e imprimissem suas próprias definições delas.

A necessidade então dessa elaboração ideal também é responsável pela ampliação do caráter contrarrevolucionário da burguesia nacional, que diante das exigências de transformação radical das estruturas arcaicas da sociedade pré-capitalista assume uma postura permanentemente contrarrevolucionária. A

própria definição de uma democracia nos moldes existentes na Europa não encontra respaldo diante da configuração de ampliação dos espaços de participação social que são constantemente restringidos pela dominação burguesa. O modelo de constituição da burguesia brasileira enquanto classe limita a absorção de ideologias e visões de mundo progressistas e democráticas. Esse aspecto aliado a diversos outros fatores favorecem o surgimento de uma consciência burguesa fragmentada e contrarrevolucionária.

Estruturalmente, temos uma burguesia cujas raízes se encontram na tradição escravista e num certo *cosmos* patrimonialista que se desenvolveu a partir de um processo rudimentar do capitalismo concorrencial. Essa característica gerou dificuldades no que diz respeito às aspirações revolucionárias possíveis de serem gestadas na consciência burguesa, conforme já mencionamos, o elemento escravocrata contribuiu fortemente para o abandono das noções mais radicais presentes no ideário liberal importado das nações europeias.

Por outro lado, existia uma fragmentação dos estratos de classe burguesa, ocorrido pela distância existente entre campo e cidade, o que favorecia a confusão entre interesses diversos e dificultava a criação de uma unidade ideológica que pudesse ser difundida pelo país. Havia, portanto, ampliada pela rusticidade da maioria dos locais, um problema de universalização cultural, dificultando o processo de racionalização das visões de mundo, o que nesse caso limitava o horizonte de pensamento burguês.

Esse quadro da formação da consciência burguesa é interessante para refletirmos a amplitude tanto do processo de decadência ideológica quanto das contradições existentes na constituição da burguesia nacional, principalmente no que diz respeito à sua identidade enquanto classe. Para Fernandes (2020)

Vários elementos concorriam, convergentemente, para incentivar as classes burguesas a uma falsa consciência burguesa, mantendo entre essas classes e no resto da sociedade ilusões que violentavam ainda mais as ideologias e as utopias burguesas importadas da Europa e dos Estados Unidos. Essas ilusões sempre foram entretidas e difundidas por uma vasta gama de propagadores (como, por exemplo: os propagandistas republicanos; os modernistas; os tenentes; os constitucionalistas; os nacionalistas etc.). Pode-se dizer que os “notáveis” da burguesia faziam delas a sua crença política, impondo-as como uma espécie de mores da civilização brasileira. Por sua vez, as massas populares e os jovens sentiam-se atraídos por essas mesmas ilusões, que abriam falsas perspectivas reformistas e democráticas à revolução nacional. Contudo, o desenvolvimento interno do capitalismo não conduzia a sociedade

burguesa em tal direção. Ele não comportava uma burguesia “heroica” e “conquistadora”; e tampouco podia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo ou de nacionalismo exaltado de tipo burguês. Para “governar seu mundo”, as classes burguesas deviam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente. (FERNANDES, 2020, p. 392-393)

Essa falsa consciência de classe se desenvolveu, portanto, lançando mão de uma autocompreensão da burguesia de seu papel inserido numa formação social cujo capitalismo se desenvolvia de maneira dependente<sup>8</sup>. Tal compreensão ditou as resoluções formuladas para levar adiante os processos políticos que eventualmente tomam curso na sociedade brasileira.

Nesse sentido as formulações burguesas de sua própria realidade acabam por tomar um curso de compreensão pragmática de seu papel frente a dinâmica capitalista global, contribuindo para a união dos interesses intraclasse. A estrutura de consciência que surge a partir de tais formulações provoca cada vez mais o afastamento da burguesia nacional das demais classes do país, gerando uma elite que não se identifica com o país e nem consegue compreender os dilemas e problemas sociais enfrentados por outros estratos sociais.

No que diz respeito à produção de ideologias, temos uma classe que trabalha para, diante dessa falta de identificação, busca universalizar suas visões de mundo a partir de concepções estrangeiras, baseadas inclusive em conceitos abstratos de “democracia”. Ocorre então, mudanças filosóficas no sentido de adaptação e transformação de visões utópicas trazidas de fora, para uso interno pela burguesia, gerando assim ideias de “democracia”, “civilização” e “desenvolvimento” deturpadas.

Essa transformação ideológica, que atende os interesses particularistas dos estratos burgueses acaba por também produzir uma classe profundamente alienada em termos filosóficos e políticos diante dos problemas da nação. Tais aspectos contribuem para o surgimento de padrões de classe autoritários e totalitários, enquanto a filosofia política originada dessas transformações visam a manutenção

---

<sup>8</sup> O caráter dependente do capitalismo brasileiro diz respeito ao seu desenvolvimento em relação aos países do centro do capitalismo cujas formas de exploração da força de trabalho e modalidades econômicas se organizam de maneira diferente. Nesse contexto se separa a forma de um capitalismo plenamente desenvolvido de um capitalismo dependente, articuladas na dinâmica mundial dentro da totalidade de reprodução do Capital. Isso explica porque existe uma constante revolução, inclusive tecnológica, das forças produtivas em um país enquanto em outro existe a convivência com forma arcaicas de produção de valor e uma superexploração da força de trabalho. Essa discussão é desenvolvida dentro da teoria marxista da dependência, cujos autores buscam analisar as diversas formas de capitalismo existente e como funciona a legalidade específica dos países cuja economia é dependente. Um exemplo importante desse debate é a obra de Marini (2005).

do privilégio e dominação burguesa, passando, portanto, para fundamentos ideológicos contrarrevolucionários.

Buscamos até aqui caracterizar o caráter contrarrevolucionário da consciência burguesa e como tal característica contribui para uma burguesia autoritária e com aspirações ditatoriais. Essa estrutura fomenta, portanto a defesa de uma “ordem” visando a manutenção dos privilégios e da dominação burguesa, resultando em ações violentas e repressivas às demais classes da sociedade que visam a contestação dessa ordem. Do caráter contrarrevolucionário e da necessidade de contenção de iniciativas antagônicas é que se gesta no país a ideologia central para pensarmos a burguesia que trataremos no restante do capítulo: o anticomunismo.

## **2.2 O Anticomunismo No Brasil**

As ideias no Brasil sempre sofreram trajetórias peculiares, seja pelo caráter específico da formação sócio-histórico do país, seja pela maneira como os sujeitos políticos escolheram e resolveram incorporar determinadas ideologias às suas formulações particulares de visões de mundo. No caso do anticomunismo como ideologia, seu surgimento no país obedece uma tendência já mencionada no esboço desse trabalho, ou seja, a formulação de uma visão de mundo reativa à entrada de ideais exteriores à formação social.

Em sua trajetória consonante com a perspectiva exógena das ideias no país, o anticomunismo surge por volta do ano de 1917, como um reflexo reativo à Revolução Bolchevique ocorrida na Rússia e que ganhou dimensões internacionais, influenciando em levantes e crises revolucionárias em outros países. Diante do impacto da revolução de outubro e a perspectiva de espraiamento das ideias bolcheviques<sup>9</sup>, os países capitalistas iniciaram campanhas no sentido de combatê-lo e fomentar a propaganda anticomunista.

No caso brasileiro, o anticomunismo surge justamente dessa influência externa, sendo uma ideologia importada pelas elites nacionais e, seguindo a tendência da absorção das ideias externas pela burguesia, também adaptada à realidade nacional e aos projetos burgueses.

---

<sup>9</sup> Bolchevique era o nome dado aos revolucionários russos apoiadores de Lênin quando da cisão do do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) em 1903 no período pré-revolução russa. As ideias defendidas por essa ela giravam em torno da revolução socialista e da instituição de uma ditadura proletária a fim de realizar um mudança social radical.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo experimenta o contexto da Guerra Fria com a ascensão dos Estados Unidos ao lugar de potência hegemônica do capitalismo e sua cruzada contra a União Soviética, representante do chamado “Socialismo Real”<sup>10</sup>. Esse episódio histórico contribuiu para uma massiva propaganda anticomunista em todo o mundo promovida principalmente pelos EUA, marcando também no caso brasileiro, uma relação de influência direta da política americana na realidade brasileira.

Esse contexto internacional, apesar de ser central para compreender o surgimento do anticomunismo no país, não é influenciador exclusivo das perspectivas contrárias à ideologia no Brasil. Conforme aponta MOTTA (2000):

Surgiram elaborações originais, relacionadas às singularidades da dinâmica política brasileira. É o caso do imaginário construído em torno do levante de 1935, a “Intentona Comunista”, que forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado pelos anticomunistas do Brasil. A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo. (MOTTA, 2000, p. 18)

A chamada “intentona Comunista”<sup>11</sup>, foi um movimento insurrecional dirigido pela Ação Nacional Libertadora (ANL) iniciado em novembro de 1935 contra o então presidente da época Getúlio Vargas. As críticas ao governo se pautavam na insatisfação popular com as medidas adotadas e pelas decepções geradas a partir da revolução de 1930. A ANL acabou sendo colocada na ilegalidade pelo governo após a publicação de um manifesto assinado pelo seu presidente, Luís Carlos Prestes<sup>12</sup>, e os levantes insurrecionais eclodidos em Natal e Recife foram facilmente reprimidos sob forte violência.

Uma das consequências do fomento do anticomunismo no país proporcionado pela intentona comunista é o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento liderado por Plínio Salgado. Tal movimento condensava e fomentava um

---

<sup>10</sup> O termo Socialismo Real foi cunhado para designar a experiência socialista experimentada em determinados países, sendo frequentemente utilizada para descrever a União Soviética.

<sup>11</sup> O termo Intentona Comunista foi sendo associado ao movimento ao longo dos anos como forma de depreciação do movimento, associando-o a uma ação impensada de seus membros.

<sup>12</sup> Prestes foi um importante político e comunista brasileiro. Liderou a coluna Prestes em 1920, foi preso e perseguido durante a ditadura do Estado Novo, instituída por Getúlio Vargas em 1937. Durante a Ditadura Militar exilou-se na União Soviética e foi secretário-geral do PCB entre 1943 e 1980.

anticomunismo forte entre seus apoiadores e tinha como objetivo a criação de um Estado integral.<sup>13</sup>

Com aspirações de ser um movimento amplo e nacional, o integralismo surge com a proposta de criação de um espécie de Estado Integral, que seja forte e exerça autoridade na sociedade, de modo a unificá-la e protegê-la dos perigos e tensões que se observavam na época, a principal sendo é claro o comunismo. De acordo com Gonçalves e Neto

O integralismo se apresentava como algo novo em uma sociedade intolerante que vivia com medo. Embalada no ritmo dos movimentos fascistas e conservadores europeus, com apoio na encíclica papal do Leão XIII, a AIB assumiu um caráter espiritualista de harmonização social, de negação da luta de classes, denunciando que o liberalismo e o comunismo possuíam duas faces da mesma moeda: o materialismo. (GONÇALVES, NETO, 2020, p.17)

Essa constituição ideológica do integralismo é bastante relevante para pensarmos a influência que ainda exerce na sociedade e de que maneira elementos de sua composição subsidiaram o fomento de outras ideologias de cunho autoritário na sociedade brasileira, com expressões inclusive contemporâneas. Se pensarmos numa característica marcante das expressões ideológicas brasileiras, nos veem a mente a percepção delas como componentes exógenos e com elementos importados.

Alguns elementos da ação integralista sempre conduziram à sua análise como movimento fascista, principalmente pela tendência brasileira à importação de ideias dos países centrais do capitalismo. No que diz respeito ao momento histórico, o mundo observava naquele momento, na década de 1930, a ascensão do Fascismo na Europa, especialmente na Itália de Mussolini. A classificação da AIB como fascista, tinha, portanto, razões de ser, considerando a observação da influência exterior na luta de classes em âmbito mundial.

De acordo com Chauí (1978), os principais elementos a serem considerados para analisar o integralismo é o seu aspecto autoritário e a sua identificação como um movimento nacionalista que buscava combater as reivindicações proletárias e se

---

<sup>13</sup> O Estado Integral proposto por Salgado tem a função de fazer contraposição ao materialismo que estaria desviando a *humanidade* dos indivíduos, os privando de sua *integridade* enquanto homem, os afastando de Deus. De acordo com Chasin “o *estado integral* é designadamente, da ótica do ideólogo do sigma, o meio por excelência da efetuação dessa ‘insurreição contra a matéria’, o utensílio através do qual se realiza a *retificação do andamento cego das determinações de ordem material*, a ferramenta por intermédio da qual se *contraria* o curso próprio da progressão histórico-social. Nesse sentido e exclusivamente nesse sentido é que o *estado forte* de Salgado é por ele entendido como um ‘estado revolucionário’” (CHASIN, 1978, p. 543)

dirigia principalmente à classe média, essa tendo uma clara inclinação a colaborar com a classe dominante. Ainda segundo a autora, o anticomunismo serviu nesse período de um importante combustível para a mobilização dos militantes da AIB, sempre apontando os perigos e horrores da ideologia. Para ela então

Torna-se de menor importância saber se houve importação dos fascismos europeus, pois o que interessa compreender é que, importando ou não ideias que não poderiam espelhar a situação brasileira, as formulações integralistas exprimiram, na forma da construção pura, a verdade do nacionalismo como política autoritária, mesmo quando os militantes aderiam à AIB pelo medo ao comunismo ou pelo antiliberalismo, na esperança de ver realizados ideais que, de outra maneira, permaneceriam como simples desiderata. (CHAUÍ, 1978, p. 116-117)

A crítica ao integralismo, deve considerar os aspectos constitutivos de sua ideologia e compreendê-la não apenas a partir do momento histórico em que se constitui, mas também as características inerentes à formação social a partir da qual ela se origina. Essa percepção das análises ideológicas é vital para refletirmos o que de particular podemos encontrar em uma determinada ideia, bem como nos possibilita escapar de análises simplistas e generalizantes.

É nessa perspectiva que se constrói a análise ontológica de Chasin acerca do integralismo como uma ideologia típica da nossa formação social, de caráter prussiano-colonial. Ao iniciar sua discussão o autor tece uma profunda crítica ao conceito de totalitarismo que norteia as análises até então difundidas e que ao identificar as similitudes aparentes entre o fascismo e o integralismo acabam por lê-lo como uma ideologia semelhante. Tal leitura também encontra lugar na observação dos inimigos comuns às duas ideologias, ou seja: o comunismo e isso por si só colocaria ambas no mesmo espectro ideológico autoritário.

Essa leitura se sustenta também numa forte crítica ao conceito de totalitarismo e sua utilização como mecanismo de generalização das análises, cujo terreno metodológico de sua conceituação esbarra no entrave liberal em que se apoia. A conceituação do totalitarismo, de acordo com Chasin (1978) tende a adotar uma postura formalista no tratamento dos problemas que analisa, de maneira a criar uma forma “neutra” que serviria de parâmetro para análise de qualquer caso. Para ele, essa concepção em vez de abrir para a diversidade do concreto se fecha sobre ele, impondo assim uma homogeneização que acaba por dissolvê-lo. Para ele

A tendência formalista de sua análise é expressa por um esvaziamento de conteúdos, sim, mas de conteúdos determinados, exatamente aqueles que negariam, que impugnariam por completo

suas pretensões analíticas. Constitui realmente uma arbitrariedade de um procedimento que, não respeitando os níveis de abstração, imputa a uma compreensão mínima um poder de determinação máxima. Em uma palavra, é uma “forma” que se fecha ao concreto, impõe-se a ele e, submetendo-o à validade da noção de recorrência que lhe é intrínseca, condiciona explicações analógicas, e abre os poros de sua trama teórica para as soluções explicadas que enfatizam fenômenos miméticos. Uma linha de raciocínio dessa ordem é pressuposto para tranquilamente identificar, com “todo rigor”, integralismo com fascismo. (CHASIN, 1978, p.58)

A grande diferenciação da análise do integralismo de Chasin de outros autores se dá pela sua abordagem ontológica do problema, daí se constrói sua crítica ao conceito de totalitarismo, ou seja, a sua utilização como ponto de partida da análise e a generalização que isso opera. É interessante compreender a abordagem chasiniana do problema, uma vez que também nos deparamos ao tratar do bolsonarismo com uma diversidade de perspectivas de análises e, um sem número de generalizações.

Ao analisar o conteúdo ideológico do integralismo, Chasin atesta que na visão de Salgado, o ideólogo responsável pela difusão do movimento, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil estaria num nível *primitivo*, de descompasso com as demais nações capitalismo e que por esse motivo o comunismo se constituiria como um *efeito* desse desenvolvimento, gerando assim uma síntese ideológica que combate a um só tempo capitalismo e comunismo.

A lógica interna do pensamento de Salgado se apoia na descrição do que ele chama de *mazelas* do capitalismo, que embora produza um enorme volume de riquezas para consumo é incapaz de promover a harmonia e o bem-estar social, originando guerras, confrontos e disputas entre nações. Nessa perspectiva, o comunismo é lido como uma expressão do pensamento burguês que supostamente solucionaria as problemáticas do capitalismo, daí sua concepção como um *efeito* do capitalismo na visão de Plínio Salgado.

É essa formulação que confere ao integralismo o caráter de uma expressão ideológica particular brasileira cujo cerne é o anticapitalismo romântico, pois embora teça críticas ao modo de produção, sugere o retorno à aspectos anteriores da formação social. Para Chasin ao olharmos para o integralismo

Estamos diante de uma proposta ruralista, tecida sobre as mal traçadas linhas de uma crítica romântica ao capitalismo. [...] enquanto o momento internacional vive o confronto imperialista, caracterizado pela luta em torno da redivisão territorial do mundo, suscitada exatamente pelas necessidades da expansão da produção,

Salgado emerge com uma proposta de freiação da acumulação capitalista, recusa o modo de existência urbano-industrial, acena com uma vaga e longínqua civilização agrária que se imporá espontaneamente à admiração mundial, e defende programaticamente para o Brasil um urgentíssimo retorno à terra. (CHASIN, 1978, p. 618)

É interessante refletir atentamente essa composição ideológica pois assim compreendemos como o movimento em seu início conseguiu atrair uma diversidade de participantes, muitos deles seduzidos pela crítica que a ideologia fazia ao capitalismo. É claro que, assim como toda ideia que se adapta à sua melhor funcionalidade, o integralismo acaba por tornar mais evidente em sua ação política e em seu conteúdo propagandístico o anticomunismo. Diante da resistência em diversos campos às ideias integralistas, principalmente no que diz respeito à sua crítica capitalista, a palavra de ordem a ser proferida passou a ser o combate ferrenho ao comunismo, de maneira a tratar o movimento integralista como o único capaz de identificar e combatê-lo.

Essa mudança tática é responsável pela criação de um pânico e de uma imagem do comunismo como um mal hediondo, de tal feita que a mínima crítica ou resistência ao integralismo era denunciada como conspiração comunista e apoio à ideologia. A ligação do comunismo à imagem de um inimigo a ser combatido foi explorado e fomentado pela associação ao satanismo e a todo tipo de perversão que agiria para destruir a fé e a família. Nas palavras de Salgado

O bolchevismo é a mais evidente, a mais eloquente e mais palpável das provas de que Satanás existe e atormenta os homens. Pois, Satanás é o arcanjo tenebroso da mentira, do embuste, da perfídia, da felonía, da hipocrisia, da espreita, das ciladas, das surpresas, das escamoteações, das sinuosidades, dos despistamentos, da confusão, do perjúrio, da negação e da ruína. E o bolchevismo é tudo isso. [...] A esse incumbe desmoralizar a família, fazer a apologia da vida pagã. [...] É a manobra de Satanás para impedir que os leais, os francos, os sinceros, os de cabeça erguida, os de peito aberto, os que fazer confissão pública de nacionalismo, impermeabilizem as tropas contra a infiltração secreta, a infiltração subterrânea da propaganda vermelha. É o mesmo método. É o mesmo processo. A mentira, a mentira, a mentira. *O bolchevismo engana as religiões*. Habilmente se insinua em diferentes credos religiosos, para criar incompatibilidades contra toda e qualquer corrente nacionalista que pretenda unir todos os patriotas para a obra de salvação da Pátria. (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 553-554 *grifo nosso*)

Essa concepção do comunismo como um mal a ser combatido, um inimigo poderoso e perigoso fornece uma blindagem eficiente àqueles que o utilizam como instrumento de sua articulação ideológica. Ao se munir do fantasma do comunismo e

se proclamar como o responsável por combatê-lo é possível descartar qualquer crítica a sua linha de atuação como uma conspiração comunista, cujo objetivo é dismantelar a nação, a família e a religião. A ideologia anticomunista se constitui portanto, como um artifício eficaz principalmente para os movimentos de extrema-direita. De acordo com Sodré

O anticomunismo como doutrina, como princípio, como cerne ideológico tem alimentado, com intencionalidade indesmentível, o acobertamento das maiores e mais infames violências, e não só no Brasil, evidentemente. Todas às vezes que a reação sente a necessidade de apelar para meios extremos, na defesa de seus interesses, apela para o anticomunismo. E, com seu uso intenso e reiterado, derroca as instituições em que há algum espaço para a suas vítimas se movimentarem e se defenderem. Na América Latina, o anticomunismo tem servido, em todos os casos em que inspirou os atos antidemocráticos, como o caminho mais fácil para as ditaduras mais implacáveis e criminosas [...] Sempre que é posta em discussão alguma reforma democrática, de ampliação de direitos do povo - reforma agrária, reforma urbana, lei de remessa de lucros, defesa da área estatal da economia etc. - o fantasma do anticomunismo é levantado para afugentar os partidários dessas reformas e impedir que conquistem adesões. (SODRÉ, 1986, p. 108 *grifos nossos*)

Esse anticomunismo que encontramos articulado no integralismo se intensifica e passa a ser utilizado como central em diversos processos políticos que estariam por vir na história brasileira, como na Ditadura Civil Militar que trataremos mais detidamente no tópico seguinte.

### **2.3 A Ditadura Militar Brasileira**

O período histórico que corresponde à ditadura militar brasileira é central para compreendermos a história do anticomunismo no país e de que maneira ele se consolidou como uma ideologia utilizada pela burguesia para levar em frente processos políticos na contemporaneidade.

Como mencionado no tópico anterior, o anticomunismo ganha lugar na cena política mais proeminentemente através do integralismo de Plínio Salgado, sendo a sua organização tanto política quanto teórico-filosófica uma ação anticomunista que influenciaria historicamente movimentos de extrema-direita até os dias atuais.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Hoje o Integralismo se organiza através de três grupos diferentes: a Frente Integralista Brasileira (FIB), fundada em 2005, a Ação Integralista Revolucionária (AIR) e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B). Alguns dos membros buscam a filiação partidária para disputar os

No contexto político que desaguaria no Golpe Militar de 1964 temos a existências de tensões com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da república em 25 de agosto de 1961, deixando para assumir a cadeira presidencial o seu vice João Goulart, popularmente conhecido por *Jango*. De acordo com Motta (2020) Jango era conhecido por cultivar alianças com a esquerda, sendo inclusive líder da ala no PTB e um dos responsáveis por transformar o partido *getulista*, em aliado do PCB. A sua ascensão à presidência da república levaram os conservadores a se sentirem ameaçados diante das ligações de Jango com os comunistas, tremendo assim a infiltração de tais ideias no governo.

Já no decorrer do primeiro ano de mandato do presidente empossado, os temores diante da “ameaça” comunista ganharam força devido às posições diplomáticas assumidas pelo governante em relação aos países comunistas, a exemplo do reestabelecimento da relação diplomática com a URSS em novembro de 1961. A ação provocou a fúria dos anticomunistas que interpretaram como uma provocação às suas posições conservadoras, elevando ainda mais os ânimos na época:

No início de 1962, pouco tempo após ter passado a crise provocada pelo reatamento com a URSS, as atenções voltaram-se para o posicionamento do Itamaraty frente a Cuba. O governo norte-americano vinha empenhando-se em mobilizar os Estados-membros da OEA (Organização dos Estados Americanos) numa ofensiva para isolar diplomaticamente o país caribenho. O objetivo dos EUA era expulsar Cuba da OEA e estabelecer um bloqueio econômico. Eventualmente, havia a intenção de promover uma intervenção internacional para retirar Fidel do poder. A diplomacia brasileira se constituiu num obstáculo às pretensões norte-americanas, à medida que não aceitava a expulsão de Cuba da OEA e, muito menos, a possibilidade de intervenção armada. O governo brasileiro não pretendia romper com os EUA, mas também não aceitava dobrar-se às pressões de Washington. (MOTTA, 2020, p. 292)

O posicionamento do governo nas relações diplomáticas internacionais, favoráveis a uma relação pacífica com os países cujos regimes eram comunistas, provocou a indignação dos conservadores, que esperam do então presidente a cooperação com os EUA para a erradicação do comunismo no mundo. Tal fato foi visto e reverberado, principalmente pela imprensa, como um dos indícios da

influência comunista no governo de jango e conseqüentemente da ameaça que ele representava para o país.

Essa conjuntura permeada de tensões fez surgir no país uma série de organizações anticomunistas que se aglutinaram em torno do objetivo de combater o comunismo no Brasil. De acordo com Motta (2020) nos anos que precederam o golpe de 64 o surgimento de tais organizações se deu de forma numerosa, apesar de a grande maioria permanecer pouco tempo em atividade. Esse fato demonstrou a tendência urgente na propagação do anticomunismo e na necessidade de se criar a impressão de volume no número de adeptos ao combate dessa suposta ameaça.

As organizações que apresentavam um caráter mais duradouro à priori eram aquelas sendo fundadas anteriormente à conjuntura iniciada em 1961, como a Cruzada Brasileira Anticomunista<sup>15</sup> (CBA), a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade<sup>16</sup> (TFP), a Liga da Defesa Nacional (LDN)<sup>17</sup> e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC)<sup>18</sup>.

Os grupos novos surgidos no calor dos acontecimentos pós 61, ou seja, nos primeiros anos da gestão de Goulart, visavam o protesto contra a política externa operacionalizada por jango, inclusive com forte atuação feminina, como a Liga Feminina Anticomunista e a União Feminina Anticomunista<sup>19</sup>.

Alguns grupos visavam a influência junto ao eleitorado, propagando ideias anticomunistas e incentivando o voto em candidatos que abertamente se colocavam

---

<sup>15</sup> Criada em 1952, tinha por objetivo “combater o comunismo com palavras e não com armas”. Da ocasião de sua fundação, lançou-se um livreto intitulado “manifesto à nação” que analisando a atuação do comunismo no Brasil, elencava o PCB como o grande articulador da infiltração do Comunismo em todos os âmbitos da administração pública. Além de denunciarem a “penetração bolchevista” na imprensa, no Congresso e na Educação. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzada-brasileira-anticomunista-cba>. Acesso em 22 jan. 2023.

<sup>16</sup> Fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira com o apoio de bispos, tem por objetivo “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade”. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>. Acesso em 22 jan. 2023.

<sup>17</sup> Fundada em 1916 no Rio de Janeiro, a organização tinha inicialmente os objetivos de “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros”. No contexto dos anos 1930 passou a ter uma atuação anticomunista, principalmente com trabalho de propaganda e militância junto à classe trabalhadora a fim de afastá-la dos perigos do comunismo. (MOTTA, 2000)

<sup>18</sup> Criado em 1956 pelo Padre João Botelho, tinha como objetivo “empunhar a bandeira da ‘moral e os bons costumes’ e alertar a população quanto ao ‘perigo comunista’”. (MATA, 2007, p. 146)

<sup>19</sup> Surgidas no início da década de 1960, tinham por objetivo protestar contra a política externa do governo jango, associando ela a uma aproximação ao comunismo. (MOTTA, 2000)

contrários à *ameaça vermelha*, como o Movimento Democrático Brasileiro<sup>20</sup>. A capilarização desses grupos também procurou atrair para a causa anticomunista parcelas significativas da classe trabalhadora, o que fez surgir organizações como Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL) e o Movimento Sindical Democrático (MSD).

A quantidade e a diversidade desses grupos anticomunistas surgidos na conjuntura instalada com a ascensão de Jango à presidência da república demonstra o nível de pânico gerado pela suposta ameaça comunista. Dentre os grupos criados nesse período, talvez os mais significativos sejam o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criados em 1959.

O IBAD foi criado em 1959 por Ivan Hasslocher, empresário do ramo da publicidade que, aliado a outros empresários brasileiros e americanos, financiaram a criação do instituto que alcançou relevância com a publicação da revista *Ação Democrática*. Ganhando diversos leitores pelo país, a revista com publicação mensal tinha por objetivo a divulgação de propaganda anticomunista:

Praticamente todo o conteúdo da revista se dedicava a atacar o comunismo, seja no plano externo, seja no interno. Ela trazia, principalmente, matérias apontando a “infiltração” no Brasil (sindicatos, UNE) e denúncias sobre as ações soviéticas no mundo. A intenção do grupo era chamar a atenção das classes dominantes brasileiras para o “perigo comunista”, convencê-las da necessidade de se organizar para enfrentar um inimigo que estaria se tornando cada vez mais ameaçador. (MOTTA, 2020, p. 299)

Um dos aspectos interessantes para pensarmos a existência do IBAD e de diversas outras organizações anticomunistas além do objetivo bem definido de espalhar a ideologia anticomunista é a mobilização financeira que a causa teve no período. A publicação da revista, por exemplo, custava muito dinheiro, a julgar pelo material de qualidade em que era impresso, além das tiragens que em seu auge chegou a duzentos mil, além da participação do próprio IBAD nas eleições de 1962, fornecendo apoio a candidatos aliados à pauta anticomunista. (Motta, 2020)

Esse financiamento da organização levantou suspeitas sobre a participação de forças estrangeiras na cruzada contra o fantasma comunista no país, principalmente instituições norte-americanas como a CIA.

---

<sup>20</sup> Surgido em 1962, a organização buscou influenciar o eleitorado a não votar em candidatos que seriam responsáveis pelo *muro de Berlim*. (MOTTA, 2000)

O IPES por sua vez, surgiu pouco tempo depois do IBAD, em 1961, organizado por grupos de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo que se viam temerosos com a ascensão das ideias de esquerda no país e mais especificamente com os rumos tomados pelo governo de João Goulart. De acordo com Motta

Os objetivos iniciais do grupo se resumiam a propagandear os ideais liberais e democráticos, notadamente as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo e o estatismo. Para tanto financiaram publicações, distribuíram encartes através da grande imprensa e organizaram palestras. Mas, desde o início, alguns elementos filiados ao IPES se dedicaram a conspirar pela derrubada de Jango, para tanto estocando armas fazendo contatos na área militar. Além disso, sob iniciativa da organização, foi estruturado um serviço de informações para acompanhar os passos dos inimigos esquerdistas. A atuação conjunta das duas entidades, IPES e IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além do suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda financeira aos grupos menores. (MOTTA, 2000, p. 300)

O suporte financeiro dessas instituições foi essencial para a propagação do ideário anticomunista, por meio da publicação de revistas e panfletos “informativos” alertando contra os “perigos” do comunismo no país, além da influência desses empresários na imprensa nacional, influenciando as matérias publicadas nos principais veículos visando inflar ainda mais os ânimos da conjuntura.

Essa influência financeira, com empresários inclusive do ramo publicitário engajados, se observou não apenas no teor dos editoriais e capas de revista alertando para os perigos da suposta ligação de Jango com as ideias comunistas, mas também numa máquina de propaganda que almejava, e até certo ponto conseguiu, a difusão de ideias anticomunistas de forma bastante organizada e sistematizada.

Nesse ponto é interessante pensarmos na influência dessas organizações na publicação de livros de teor anticomunista, com a organização de palestras e debates para difusão das ideias presentes nos textos e panfletos. Essa característica da época encontra similaridade com a conjuntura mais recente da ascensão bolsonarista em que se explodiu no mercado editorial a publicação de obras de cunho conservador e aliado à direita, tópico que abordaremos melhor no próximo capítulo.

Essa preocupação com a difusão das ideias de maneira mais sistemática através de literatura específica tem como objetivo conferir grau de cientificidade ao

ideário anticomunista, fornecendo uma base de atuação para as ações práticas dos militantes organizados, além de inflamar com propaganda:

Várias editoras dedicaram-se a publicar literatura anticomunista, notadamente traduções de autores estrangeiros. Dezenas de livros vieram à luz neste contexto, a maioria abordando as mazelas dos países comunistas e/ou trazendo ensinamentos sobre os métodos para combater o comunismo. Algumas das obras eram manuais anticomunistas, por exemplo, *Mestres do embuste*, de Edgar Hoover, *Cartilha de comunismo: teoria e prática*, de Moshe Decter e *Em cima da hora*, de Suzanne Labin. Esta autora, por sinal, esteve no Brasil para lançar o livro, oportunidade aproveitada para a realização de uma série de palestras sobre o comunismo e as técnicas para enfrentá-lo. A influência das idéias de Labin é visível nas mobilizações do período, particularmente sua ênfase na importância de organizar uma rede de “Ligas Anticomunistas” para fazer frente à “ameaça”. (MOTTA, 2020, p. 307)

O lançamento dessas obras é um indicativo tanto do poder financeiro que o anticomunismo detinha no país quanto da seriedade com que estavam mobilizados para combater as ideais radicais de esquerda. É interessante refletirmos ao observar esse processo como a literatura anticomunista buscava orientar os militantes em sua organização frente à “ameaça” comunista e como tal realização se dava através do pânico fomentado a partir do suposto perigo iminente.

Os manuais anticomunistas então se debruçavam sobre o *modus operandi* dos comunistas em sua suposta cruzada contra a liberdade, a família, a pátria e a democracia. Essas produções se propunham não a discutir a realidade dos fatos, mas apresentar ao leitor sua *visão de mundo* acerca do comunismo, disfarçada de seriedade e de objetividade.

Nesse caso, a produção dessas obras reflete o grau de comprometimento dessas organizações em difundir ideologia anticomunista, ainda que tentem se apresentar *isentas* de qualquer espectro ideológico, aspecto inclusive que perdura na história das direitas. A apresentação do comunismo como inimigo da liberdade e da democracia criou nesse contexto um espaço dentro do qual as ideias anticomunistas conseguiram se proliferar com relativa adesão, já que se apresentavam como defensoras da democracia no Brasil e afinal, quem seria contra uma ideologia que se apresentava assim?

Um dos aspectos importantes a serem tratados é a forma como se apresentava o comunismo para a população e quais aspectos eram distorcidos ou colocados em foco para gerar mais medo e temor no país. Um dos fatores que sempre contribuíram para a propagação da ideologia anticomunista é a religião.

## 2.4 Religião E Anticomunismo

Falar sobre a história do anticomunismo, ainda que de maneira particular na realidade brasileira, requer que mencionemos a sua relação com a religião e de como essa frequentemente atuou como linha auxiliar na propagação das ideias contrárias ao comunismo.

Ao longo do século XX a igreja católica se empenhou fortemente no combate aos comunistas, enxergando os militantes e suas ideias como seus maiores inimigos. É próprio inclusive da religião fazer frente a qualquer ideologia ou movimento que ameace lançar dúvidas ao caráter *imutável* e *sagrado* da instituição.

A religião possui um forte caráter ideológico porque visa a resolução dos conflitos surgidos da esfera da cotidianidade dos indivíduos e lhe fornecer as respostas necessárias para agir em sua vida, desempenha, portanto, a função de “regular no plano imediato de alguma maneira a convivência cotidiana, de conciliar a práxis cotidiana de cada homem singular com os interesses gerais” (LUKÁCS, 2013, p.692)

É importante ressaltar o caráter que a religião assume na vida cotidiana dos indivíduos porque isso nos auxilia a entender como a religião acaba sendo uma força potente na propagação de determinadas ideias e de processos alienantes. Ela fornece aos indivíduos uma conexão entre sua vida particular e as questões mais gerais e relevantes da sociedade, produzindo nesse processo uma confusão entre o que é assunto individual e o que matéria de interesse social, como a legalização do aborto, por exemplo.

É nesse sentido que muitas vezes são ignorados pelos adeptos de determinada religião os fatos científicos que serviriam para uma melhor mediação entre os conflitos surgidos na realidade e as melhores respostas a eles. As objeções religiosas são frutos de uma visão nebulosa acerca da realidade, pois ao se deparar com o mundo exterior o sujeito não busca compreender como ele funciona e desta forma relega sua explicação a seres superiores (deuses) que controlariam esse mundo. Para Lukács, o ser social não possui

Ideia das mediações e conexões daquilo que está usando. Usa, simplesmente, apoiado na ‘fé’, nas declarações dos especialistas, nas experiências práticas que tem acerca dos resultados imediatos do dispositivo correto de cada caso. (LUKÁCS, 1966, p.119)

Esse poder exercido pela religião nos auxilia a explicar diversos processos à priori incompreensíveis na cena política que de maneira mais profunda se relaciona como o bolsonarismo enquanto sincretismo ideológico.

No caso da Igreja Católica, enquanto instituição, observamos um empenho no sentido de combater as ideias comunistas e principalmente a possibilidade dessas ideias alcançarem a classe trabalhadora, de maneira que esta possa se organizar e combater o capitalismo. A primeira encíclica a falar sobre revolução e comunismo foi publicada em 1878 pelo então papa Leão XIII. Intitulada *Quod Apostolici Muneris*, trazia as reflexões da igreja acerca do socialismo:

Compreendeis, veneráveis irmãos, que falamos daquela seita de homens que, sob vários e quase bárbaros nomes, são chamados de socialistas, comunistas ou niilistas, e que, espalhados por todo o mundo e unidos pelos laços mais estreitos em uma confederação perversa, não buscam mais o abrigo de reuniões secretas, mas, marchando aberta e corajosamente à luz do dia, se esforçam para trazer à tona o que há muito planejam - a derrubada de toda a sociedade civil. (LEÃO XIII, 1878, *tradução nossa*)

Já em 1891 temos a encíclica *Rerum Novarum*, também escrita pelo papa Leão XIII, versava sobre a condição dos operários, endereçada às demais autoridades religiosas (bispos e padres). No documento, a Igreja objetivava fornecer orientações acerca das condições da classe trabalhadora no advento da Revolução Industrial e buscava rejeitar no escopo de suas reflexões a adesão dos operários às ideias comunistas.

Essa condenação da Igreja do comunismo, se dava num contexto de muita pobreza e desigualdade social, efeitos imediatos do avanço das forças produtivas e o aprofundamento das contradições capitalistas. Diante desse quadro, as ideias comunistas ganhavam força principalmente quando questionavam a propriedade privada, e escancaram as desigualdades provocadas pelo acúmulo de riquezas da burguesia.

Na Encíclica, o Papa Leão XIII escreveu abertamente contra os “perigos do comunismo” e incentivou a *harmonia* entre os capitalistas e os proletários, acusando os socialistas de incitar o ódio aos ricos e culpá-los pela pobreza vivenciada. No texto, a Igreja não apenas se coloca contra o comunismo como também advoga em defesa de um dos pilares do capitalismo, a propriedade privada:

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua

administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (LEÃO XIII, 1891)

Podemos observar a associação ao questionamento da propriedade privada aos males experimentados pelo indivíduo, já que, uma vez destituída a propriedade privada, estariam privados de empregos e espaços de trabalho e assim, jogados permanentemente na miséria. Essa lógica de que as ideias comunistas seriam responsáveis pela destruição da sociedade ganha cada vez mais força, englobando outros aspectos constitutivos da realidade social e contribuíram fortemente para a criação de uma imagem aterrorizante do comunismo. Na mesma encíclica, por exemplo, a igreja argumenta que “os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família” sendo responsáveis pela grande ameaça de destruição dessas instituições.

O ataque anticomunista formulado pela Igreja Católica não justificava apenas a disputa pelas mentes e corações dos operários que simpatizassem com as ideias radicais, mas advinha de uma compreensão do comunismo enquanto filosofia, que potencialmente ofereceria respostas às transformações experimentadas na sociedade, respostas essas que questionariam o poder exercido pelas religiões em geral. Para Motta

A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (MOTTA, p. 38)

A necessidade, portanto, da Igreja criar uma imagem abominável e demoníaca do comunismo vem da defesa de sua sobrevivência na sociedade, e

mais que isso, a manutenção do seu poder diante dos indivíduos. Ao fazer concessões e realizar uma apologética do capitalismo, principalmente no que diz respeito à propriedade privada, a igreja se coloca como ente *conciliador* de classes, apaziguando os conflitos e contribuindo ideologicamente para que uma classe siga exercendo dominação sobre outra:

E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça. (LEÃO XIII, 1891)

Enquanto agente mobilizador de ideologia, a religião contribuiu ao longo da história para a perpetuação de inúmeras injustiças, basta pensarmos no papel desempenhado durante a escravidão, no processo de naturalização do racismo e na perseguição de negros e indígenas.

A imagem criada do comunismo como algo intrinsecamente “mau” e fomentada pela Igreja Católica ganha força no Brasil a partir da década de 1940, em que a principal preocupação gira em torno da infiltração do comunismo no seio da Igreja, que se sentiu ameaçada pelo crescimento eleitoral do PCB após 1945. O partido ganhava força e buscava dissociar sua imagem do ateísmo para atrair fiéis para sua base, algo preocupante aos olhos da Igreja. (MOTTA, 2000)

Ainda segundo o autor, a partir da década de 1960 a ameaça se intensificou à medida que se firmava a organização de uma “esquerda católica” ligada ao apostolado leigo, representado pela Juventude Universitária Católica (JUC) que era extremamente mal vista aos olhos da Igreja pelo seu “progressismo” e seu pouco combate à suposta ameaça comunista.

A abertura desses grupos às ideias progressistas de transformação social representava uma ameaça à Igreja, que dotada de grande poder social passou a combater mais efetivamente tais ideais:

O prestígio social desfrutado pela Igreja, que se traduzia em poder, abria-lhe acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, jornais, rádio e televisão. Por exemplo, havia um programa de rádio transmitido nos anos 60, chamado “Voz do Pastor”, que consistia basicamente na alocação radiofônica de mensagens elaboradas por elementos do alto clero. Inúmeras vezes o espaço foi utilizado para propagar o anticomunismo. (MOTTA, p. 48)

Esse combate, que se traduzia numa máquina de propaganda amplamente capilarizada no país, também se inseria no campo político, tanto no próprio incentivo

a organizações que militassem contra o comunismo<sup>21</sup> quanto no apoio a candidatos que defendessem os valores cristãos. A recomendação feita por padres e bispos era de que os fiéis votassem nos candidatos que estivessem ligados à Igreja Católica, pois esses estariam em sintonia com os valores do cristianismo e seriam confiáveis. Em 1962 chegou a ser criado inclusive a Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), que reunia candidatos ligados às posições religiosas, tendo como promessas de campanha o combate ao comunismo no território nacional.

No contexto do Golpe Militar de 1964, a religião desempenhou um importante papel na mobilização dos cidadãos, abrindo seu discurso anticomunista para diversos grupos sociais, afim também de angariar fiéis, mas também de conferir caráter “universal” ao combate ao comunismo, o colocando como ameaça iminente. Nesse contexto, o lema integralista “Deus, Pátria, Família” foi reutilizado com nova roupagem na “Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade”, ocorrida em março de 1964, um evento que buscava chamar os brasileiros para se reunirem num grande esforço para “expurgar” o comunismo do país. A utilização da palavra “Deus” visava conferir um caráter ecumênico à marcha, proporcionando a adesão não só de católicos, mas também judeus, protestantes etc.

A breve discussão acerca do papel da religião na agenda anticomunista nos permite compreender um aspecto relevante da difusão de tal ideia: o quão profundamente arraigada ela pode se tornar no imaginário popular e na consciência social das pessoas. O fato da religião exercer um papel forte na vida cotidiana, lhe confere poder enquanto ideologia na realidade social, sendo responsável por mobilizar de maneira altamente eficaz a visão de mundo e a atuação prática dos sujeitos.

O papel da religião no Golpe Militar de 1964 também nos dá indícios da heterogeneidade ideológica que se aglomerou em torno do anticomunismo, uma vez que, dentro da própria atuação religiosa, já havia uma diversidade de grupos representados. Essa heterogeneidade não significa uma ampla adesão popular, mas sim a coalizão de grupos em torno de um inimigo comum, o comunismo:

Desta forma, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização antiGoulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a “ameaça comunista” e não um fim. Parcelas mais

---

<sup>21</sup> A exemplo do Movimento por um mundo cristão.

conservadoras e radicais da “frente anticomunista”, certamente, desejavam o autoritarismo em si, enquanto alguns agentes recusavam qualquer alteração na ordem social e econômica. Outros tinham como principal preocupação colocar fim às políticas nacionalistas e estatistas ensaiadas por Goulart. Porém, suas opiniões não tinham capacidade de obter consenso entre as elites sociais e setores moderados e conservadores. A única posição unânime era a recusa à “comunização”.(MOTTA, P. 286)

Nesse contexto, é importante lembrarmos o significado do Golpe Militar realizado em abril de 64, que não se resume a um “regime militar”, mas a um Golpe civil-militar, que instrumentalizando as Forças Armadas, se tornou a solução para a crise que se vivenciava na época. A Guerra Fria<sup>22</sup> que atravessava o globo, impunha um clima de instabilidade em que o risco de revoluções estavam sempre à espreita, patrocinado pela propaganda norte-americana que, inclusive, financiava<sup>23</sup> contrarrevoluções preventivas em diversos países. Acerca disso, Netto explica quais eram os três objetivos dessa cruzada:

1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas. (NETTO, 2014, P. 75)

O significado do golpe, portanto, nos ajuda a compreender porque grupos tão diversos se reuniram em torno da bandeira do anticomunismo, utilizando-a como

---

<sup>22</sup> A Guerra Fria corresponde ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, em que imperou um clima de tensão político ideológica entre EUA e URSS que representavam polos opostos, um representando o capitalismo e o outro o comunismo. A denominação Guerra Fria se deu por não haver conflito armado entre os países. De acordo com Hobsbawn “A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.” (HOBBSAWN, P.229)

<sup>23</sup> “Inquestionavelmente, os EUA tiveram papel de destaque no desenvolvimento da campanha anticomunista, fazendo pressões políticas e estimulando os grupos locais com suporte material e ideológico. Os representantes norte-americanos no Brasil apoiaram a derrubada de Goulart; inclusive se prepararam para suprir os golpistas com combustíveis e armas no caso de uma guerra civil.” (MOTTA, p. 287)

pretexto para assumir o controle das decisões no país, impedindo assim que reformas e transformações estruturais se operacionalizassem.

Um último aspecto que serviu ideologicamente à destituição de Jango e cuja persistência chega a atualidade é a corrupção:

Parte da indisposição contra o governo devia-se às acusações de que o Presidente era “tolerante” com a corrupção, característica que seria uma herança do varguismo (o “mar de lama”). Contudo, as denúncias contra a corrupção frequentemente vinculavam esta prática à trama comunista. Os “vermelhos” seriam responsáveis por estimular a corrupção, pois através deste recurso aliciariam para o seu lado os políticos “(...) menos sensíveis aos fatores moral ou cívico” . De acordo com as representações anticomunistas, o problema da corrupção era um desdobramento secundário da ameaça maior, o comunismo. (MOTTA, 2000, P. 334)

A ligação, então, entre corrupção e comunismo era feita como forma de demonstrar a infiltração comunista no governo, que exposto à tais ideias sucumbia a práticas corruptas na administração do Estado brasileiro. Essa lógica que liga o comunismo à corrupção perdura até os dias atuais e ganha relevo no conjunto de ideias mobilizado pela base bolsonarista. No contexto da ditadura militar, após a demonstração que de fato a ameaça comunista não se sustentava na realidade, os discursos de combate à corrupção ganharam centralidade entre os governos militares, de tal forma que muitos acreditam até hoje que não houve corrupção nesse período, o que, obviamente, é uma inverdade.

No escopo desse capítulo buscamos demonstrar as bases ideais da formação socio-histórica brasileira, de maneira a fornecer elementos para compreendermos as raízes ideológicas do bolsonarismo. Partimos, portanto, da formação da estrutura econômica marcada pelo *colonialismo*, trabalhando o processo de formação da autocracia burguesa e de que forma as ideias dali derivadas contribuíram para uma contrarrevolução preventiva que alijou a classe trabalhadora brasileira. A partir daí discutimos o anticomunismo no Brasil através de seus principais marcos históricos: o surgimento do Integralismo de Plínio Salgado e o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira, período esse relevante para o tratamento do nosso objeto de estudo.

### 3. OS CAMINHOS DA DISCUSSÃO IDEOLÓGICA

Ao darmos início à discussão da ideologia bolsonarista e sua formação a partir da reconstrução de seus elementos principais, precisamos introduzir o debate da ideologia no interior do marxismo, expondo assim o caminho que propomos para análise do fenômeno e destacando pontualmente algumas diferenças relevantes.

Enquanto categoria teórica de análise, a ideologia é fonte de problematizações e de pesquisa. Enquanto elemento imanente de realidade, trata-se de um campo ainda mais complexificado e permeado por mediações que na maioria das vezes permanece difuso para as pessoas.

Partindo do resgate das origens da discussão ideológica, os primeiros vestígios da discussão da temática e mesmo o uso do termo ideologia, partiram do filósofo francês Destutt de Tracy, durante a revolução francesa. Ele usou o termo como objetivo para definir o estudo das ideias, publicando em 1801 o livro *Eléments D'ideologie*.

No campo do marxismo, a inauguração do debate da ideologia tem localização histórica na publicação da obra *A Ideologia Alemã*, escrita por Karl Marx e Friedrich Engels entre 1845 e 1846. Na obra os autores empreendem uma crítica ferrenha aos ideólogos da época. Para Marx, segundo Löwy

Ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade. (LÖWY, 2003, p.12)

É nesse sentido que Marx e Engels apreendem a noção de ideologias na sociedade de classes, principalmente ao fazer ao longo da obra uma análise da concepção idealista em comparação à concepção materialista, considerando sobretudo as críticas realizadas aos jovens hegelianos responsáveis pela elaboração de visões de mundo baseadas no idealismo. Assim escrevem Marx e Engels na obra:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção

espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal a das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (ENGELS, MARX, 2007, P.47)

A partir dessa concepção introduzida na ideologia alemã, a categoria da ideologia passou a ter uma conotação negativa, geralmente associada à noção de *falsa consciência*. É nesse momento que surge a concepção *restrita* da ideologia.

Essa concepção restrita da ideologia elaborada a partir da definição inicial marxiana de falsa consciência deriva da ligação entre ideologia e classes sociais, discussão inaugurada na Ideologia Alemã para problematizar um processo de dominação de uma classe por outra.

Essa ligação entre ideologia e a relação de dominação nos escritos de 1845 confere segundo Iasi (2011), uma conotação negativa de ideologia, segundo a qual as ideias justificam as relações de dominação através da naturalização e velamento dessas condições. De acordo com Marx e Engels

Os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que eles são ou devem ser. Eles organizaram suas relações de acordo com suas representações de Deus, do homem normal e assim por diante. Os produtos de sua cabeça tornaram-se independentes. Eles, os criadores, curvaram-se diante de suas criaturas. Libertemo-los de suas quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles definham. Rebelemo-nos contra esse império dos pensamentos. (ENGELS, MARX, 2007, P. 523)

As ideologias, portanto representariam uma visão de mundo invertida, mistificando as relações sociais de dominação presentes na sociedade capitalista, que estão mediadas pelo fetichismo da mercadoria e pelo processo de reificação dela derivada.

Na sociedade de classes, a ideologia sempre esteve presente em momentos históricos decisivos e em alguns foi além de tudo *determinante* ( *pensemos no nazismo, por exemplo*). A importância da ideologia na sociedade capitalista por si só deveria pressupor um interesse e uma gama de pesquisas e investigações em torno

dela, todavia não é o que acontece.

Ideologia quase sempre é reduzida a acepção marxiana de *falsa consciência* e, portanto, negligenciada na tradição marxista. Quando observamos os estudos recentes sobre as transformações societárias, poucos são os intelectuais que destacam o papel da ideologia no avanço de processos principalmente relacionados à política e às transformações no mundo do trabalho.

Ideologias movimentam discussões teóricas, fomentam visões de mundo e mobilizam práticas no campo da materialidade histórica, indo muito além da redução a uma consciência falsa. Ademais, ainda que toda ideologia fosse terminantemente falsa, a prática cotidiana baseada nessa ideologia está no campo da realidade social, de modo que desprezar sua importância é contraproducente, tanto teoricamente quanto no campo da práxis política.

Pensar sobre ideologia na atualidade é tentar compreender como as ideias se transformam numa força material que subjuga os seres humanos ao ponto de controlá-los. Daí a importância da disputa em torno da ideologia principalmente enquanto arma teórica na luta de classes.

Eagleton (1997) discutindo introdutoriamente a temática afirma que a teorização em torno da ideologia é atravessada por disputas tanto em termos políticos quanto epistemológicos e inserida na tradição marxista passa por alterações no seu sentido. Segundo o autor,

De modo geral, uma linhagem central — de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores — esteve muito preocupada com ideias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; já uma outra tradição de pensamento, menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal. (EAGLETON, 1997, p.16)

Todavia, é importante ressaltar a problemática em uma visão reducionista da ideologia como falsa consciência, principalmente no campo da luta de classes, considerando, por exemplo, que muitas vezes o marxismo é enquadrado como ideologia, de modo a desqualificá-lo como corrente teórica.

Nas críticas realizadas por Marx e Engels à falsa consciência, a preocupação se deu no sentido de ligar a prática dos indivíduos originadas de uma consciência falsa de sua realidade à ideologia, ampliando processos de alienação.

Porém, a redução da ideologia à falsa consciência produz uma negligência ao estudo aprofundado da temática e da forma como se comporta na vida dos

sujeitos. Segundo Konder (2002)

Não podemos deixar de levar em conta, também, que o processo da ideologia é maior do que a falsa consciência, que ele não se reduz à falsa consciência, já que incorpora necessariamente em seu movimento conhecimentos verdadeiros. (KONDER, 2002, p.49)

Para Mézszáros (2011), a ideologia na concepção marxiana possui diferentes conotações, sendo por um lado colocada como uma força que mistifica e que de forma contraproducente impede o desenvolvimento social e por outro lado, colocada como um fator positivo que, servindo para superar determinadas restrições, pode contribuir para as potencialidades históricas.

Nesse sentido, Mézszáros defende que a concepção de ideologia deve ser pensada dentro de um quadro histórico reflexivo, ressaltando que a principal característica da ideologia é a sua orientação para a prática. É nessa perspectiva que se diferencia *falsa consciência* de ideologia, pois nem todo pensamento falso se configura em ideologia se não se converter em *práxis* no interior da relação do indivíduo com a sociedade.

Essa concepção colocada pelo autor é importante porque infere um tratamento cada vez mais historicizado no estudo de determinada ideologia. E separa aquelas ideologias que tem potencial emancipatório, daquelas que são apologéticas do Capital. Para ele

A ideologia é a *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, preocupada com a articulação e afirmação dos *conjuntos rivais de valores e estratégias*. Não em nome de alguma “reflexão teórica separada” pseudocientífica, e nada mais, autoilusoriamente fantasiada sob o lema autocentrado de “prática [estritamente] teórica”, mas pelo propósito vital de *levar até o fim o conflito fundamental* na arena social, posto que os conjuntos rivais de valores que são inseparáveis das *alternativas hegemônicas* objetivamente identificáveis da situação histórica dada. (MÉSZÁROS, 2011, p.145)

Para Mézszáros (2008), é necessário pensar a ideologia como uma forma específica de consciência social, que é inseparável das sociedades de classe e como tal, vinculada à articulação dos valores e estratégias que visam o controle do metabolismo social sob o seus principais aspectos. Dessa maneira, os interesses sociais que se desenvolvem e se entrelaçam ao longo da história se manifestam no plano da consciência social na diversidade do discurso ideológico tendo impacto nos processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Para o autor, o sentido *negativo* da ideologia, ou seja, sua concepção de

*falsa consciência*, é proveniente de um processo de *fetichização* da ciência que visa uma supervalorização das ciências naturais, principalmente no sentido de classificar certas correntes das ciências como *ideológicas* de modo a desqualificá-las, dentre elas o marxismo.

O tratamento da questão da ideologia deve, portanto, ser empreendido com o aporte do materialismo dialético, considerando sua especificidade social e histórica de modo a extrair de tais determinações suas *funções*. Para Mészáros (2011) a aplicação do método dialético revela a especificidade social e histórica dos intercâmbios relevantes na sociedade e seu resultado na forma de seu desdobramento dinâmico. Desta maneira, a redução da abordagem dialética a uma visão fetichizada de modo a simplificar o estudo da ideologia não faz sentido quando se trata de conhecer os fundamentos ontológicos dos processos sociais em questão.

A elaboração realizada por Mészáros parte de uma interpretação *ontológica* da ideologia também teorizada por Lukács na sua *Ontologia do Ser Social* (1978). Para Lukács a principal diferenciação da concepção da ideologia é a sua *função social*. Para ele, deve ser compreendida como “sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2013, p.465).

Essa concepção da ideologia como potencializadora de conflitos sociais através de sua função prática reflete do porquê de ela ter adquirido ao longo da história uma conotação pejorativa, principalmente devido aos acontecimentos da segunda metade do século XX, com a queda do muro de Berlin e a dissolução do chamado *socialismo real* da União Soviética.

### **3.1 A Visão Ampliada Da Ideologia: Um Resgate *Ontológico*.**

Trabalhadas as diferenciações e polêmicas acerca da concepção restrita da ideologia em comparação com a versão ampliada, cabe-nos a tarefa de abordar mais detidamente a perspectiva ontológica do debate da ideologia, que contribui em muito para a apreensão do sentido ampliado do termo.

Começamos, pois, a discussão com o resgate dos escritos lukacsianos do debate para localizarmos uma ontologia do momento ideal, o surgimento da

ideologia na sociedade e como ela se relaciona com outros complexos do ser social, de maneira a assumir um papel preponderante na vida dos sujeitos.

Parece-nos essencial ao tratar da questão da ideologia o resgate da dimensão do trabalho como momento fundante do ser social por tratar-se de uma dimensão importante para as demais esferas existentes no ser social, incluindo o surgimento da ideologia enquanto complexo.

Lukács discute o trabalho como ato fundante do ser social e nos é interessante por algo determinante ligado a ele: o pôr teleológico. O trabalho sendo uma atividade humana, pois parte de uma elaboração mental do resultado a ser conseguido, uma *prévia ideação*. Essa ideação prévia corresponde ao resultado do trabalho que já existe na imaginação do ser antes dele ser de fato executado, o que classifica o que Lukács denominou *teleologia*.

A teleologia é a categoria ontológica central do trabalho, pois “através do trabalho é realizada uma posição teleológica no interior do ser material como o nascimento de uma nova objetividade.” (LUKÁCS, p.12, 2018).

Antes de adentrarmos sobre os demais complexos que surgem na sociedade e são responsáveis pelo surgimento da ideologia, necessitamos fazer algumas considerações acerca dos pores teleológicos e seu papel decisivo na reprodução do ser social.

Para o autor húngaro, o trabalho tem o caráter de uma posição teleológica, mas essa, todavia, deve ontologicamente anteceder uma realização material. Desta forma, aqui o trabalho é tratado em sua relação com a natureza:

Isso quer dizer que o ato da posição teleológica torna-se um autêntico ato teleológico apenas e através da execução real de sua realização material, sem esta permanece um estado puramente psicológico, uma ideação, um desejo etc. que está, no máximo, em relação de representabilidade com a realidade material. (LUKÁCS, 2018, p. 297)

Essa relação existente entre o pôr teleológico e a realização material revela a gênese do momento ideal e a complexidade dessa relação, que se torna inseparável. Assim, ontologicamente, não são dois atos independentes entre si, um ideal e um material, mas são combinados. Para Lukács, o trabalho possui uma característica de ser experimentado por todos os seres sociais, ou seja, o pôr teleológico que origina o complexo do ser é experimentado por todos os indivíduos.

Essa posição teleológica primária do ser, justamente por ser experienciada amplamente pelos indivíduos acaba por se tornar *modelo de práxis* a ser realizada pelos seres. O caráter inerradicável das posições teleológicas produz uma generalização destas na sociedade, que acaba por atingir todas as esferas da vida social: “o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na medida em que nesta — mesmo se através de mediações muito extensas - sempre são realizadas posições teleológicas, por último materiais.” (LUKÁCS, 2018, p.12)

Convém agora apresentar os dois tipos de pores teológicos existentes e a sua relação com a sociedade. Os pores assim chamados *primários* são aqueles destinados à natureza e visam a sua transformação. Nesse sentido, são aqueles pores dirigidos à transformação dos objetos naturais e aos processos biológicos que compõem a natureza. Já os pores teleológicos secundários representam uma mudança qualitativa na estrutura teleológica do trabalho, visto que esses se destinam a outros seres sociais. Segundo o autor húngaro

A estrutura originária do trabalho sofre alterações essenciais tão logo a posição teleológica não é mais exclusivamente dirigida à transformação dos objetos naturais, à utilização de processos naturais, mas deve induzir o ser humano a executar, por sua vez, tais posições teleológicas determinadas. Qualitativamente ainda mais decisiva torna-se essa mudança quando o desenvolvimento leva a que, para o ser humano, seu próprio modo de comportamento, sua própria interioridade, deve se tornar objeto da posição teleológica. O gradual, desigual e contraditório entrar-na-vida de tais posições teleológicas é o resultado do desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2018, p.109)

Os pores teleológicos secundários são especialmente importantes, pois tornam os sujeitos objetos das posições teleológicas e desta forma, seres dentro de uma campo de influência. Pensar nessa mudança qualitativa entre pôr primário e secundário também nos direciona a compreender como se formam na sociedade os complexos sociais, dentre os quais se localiza a temática desse trabalho: a ideologia.

O seu processo de germinação está presente no *momento ideal*. Esse momento constitui o ponto de partida das posições teleológicas, pois ele representa a parte da elaboração ideal das respostas exigidas pelo meio dirigidas ao ser social. Essa importância do momento ideal se observa quando pensamos no ser social como um ser que responde, todavia, é igualmente importante ressaltar o complexo processo que se opera no interior das posições teleológicas e que não se torna claro

e diferenciado como pode parecer. Acerca disso Lukács afirma que o momento ideal:

De maneira alguma, tanto formal quanto conteudisticamente, pode ter um caráter autônomo, antes corporifica uma resposta a questões levantadas pelo ser social e pelo ser natural por ele mediado em objeto de um metabolismo com ele, então deve ser imediatamente acrescido de que uma ameaça causada pelo ser, uma possibilidade de alimentação etc. está ainda muito longe, no imediato em-si de seu ser, de ser uma pergunta. (LUKÁCS, 2018, P. 337)

O momento ideal, portanto, encontra-se imbricado a outros fatores da estrutura interna dos pores teleológicos e não necessariamente representa o momento de interação com uma pergunta a ser respondida pelo ser, mas que pode ser considerado como campo de possibilidades destas. A complexidade do ser social é ressaltada por Lukács no seguinte trecho:

O ser social, em sua estrutura ontológica fundamental, representa algo unitário: seus “elementos” últimos são as posições teleológicas dos seres humanos que, em sua qualidade ontológica fundamental, no interior e no exterior da esfera econômica, não exibem nenhuma marca distintiva por princípio diferente. Naturalmente, essa constatação não significa nenhuma homogeneidade dessas posições. Em outras conexões foi seguidamente apontado que posições que são imediatamente dirigidas ao metabolismo entre sociedade e natureza, essencialmente se diferenciam, tanto subjetivamente quanto objetivamente, daquelas cuja intenção direta é a alteração da consciência de outros seres humanos; também estas podem mostrar diferenças qualitativas, tudo depende de quão amplas são as mediações das visadas alterações na consciência com o problema direto da reprodução dos seres humanos, e qual é o conteúdo dessas alterações. (LUKÁCS, 2018, p. 337)

A complexificação da sociedade acompanha o desdobramento da esfera econômica e da interação da sociedade com a natureza, assim tornando-se cada vez mais mediatizada e complicada, transformando a relação entre ideal e real cada vez mais dinâmica e dialética. Tal relação vai transformando qualitativamente os pores teleológicos que em primeira instância são dirigidos ao intercâmbio com a natureza em pores que visam mais diretamente a influência da consciência e decisão de outros. Nesse sentido temos contidos na posição teleológica o ideal tanto como objeto quanto intencionalidade do pôr fazendo assim com que o papel do ideal se intensifique cada vez mais na sociedade.

É importante ressaltar que embora haja a complexificação do ideal na sociedade e sua presença intensificada o papel do ideal não suprime ou supera a legalidade do processo de reprodução da sociedade e do ser. Toda posição

teleológica tem por intencionalidade colocar em curso cadeias causais reais e sua legalidade se desdobra independente da intenção de seus realizadores. É nesse ponto que entra em foco outro aspecto importante para se pensar a ideologia: a *causalidade*.

A causalidade por essência<sup>24</sup> é “um princípio de automovimento autoposto que preserva este seu caráter mesmo quando uma série causal tem seu ponto de partida em um ato de consciência” (LUKÁCS, p.13, 2018). Ela diferencia-se entre *natural*, ou seja, aquela que corresponde aos processos que ocorrem por si mesmos na natureza, e causalidade *posta*. A causalidade posta é uma causalidade transformada através dos atos teleológicos postos pelo ser social e são propiciados através do trabalho:

A cadeia causal na natureza desdobra-se “por si mesma”, de acordo com a sua própria, naturalmente inerente, necessidade de “se... então”. No trabalho, portanto, como vimos, não é apenas posta teleologicamente a finalidade, mas também a cadeia causal que é realizada tem de se transformar em uma causalidade posta. (LUKÁCS, p.35, 2018)

O pôr teleológico, portanto possui essa característica de transformar uma casualidade natural em casualidade posta e colocar em curso uma série de *cadeias causais*. Essas cadeias causais postas em movimento mobilizam e fazem exitosas ou fracassadas as posições teleológicas inicialmente colocadas pelo ser, a depender do quão amplo o conhecimento do sujeito sobre as forças que está pondo em movimento. Segundo Lukács

O pôr-em-movimento das séries causais, cujo significado, efeito etc. conduz para além do ato de pôr é, portanto, a marca característica de toda posição teleológica. Este ir para além é, ele próprio, um fenômeno extremamente complexo, que se expressa em todas as questões da objetividade dos processos e seus produtos, mas que mantém sua unitariedade ontológica nesta infundável diversidade. Essência e fenômeno seriam impossíveis em sua dialética ontológica se não brotassem de uma tal gênese fundamentalmente unitária e se não fosse preservada dinamicamente esta unitariedade. (LUKÁCS, 2018, P. 329)

Esse ir além do pôr teleológico e o caráter da casualidade posta nos auxilia a compreender os processos sobre os quais se opera as ações do ser social e da ideologia na sociedade. Como falado anteriormente, as posições secundárias são

---

<sup>24</sup> Aqui utilizamos a palavra “essência” em sua compreensão como a continuidade dos processos, que ainda que opere mudanças, possui uma “duração na mudança” (LUKÁCS, 2013, p.396). Para Lukács “A continuidade é por natureza traço essencial de todo ser” (LUKÁCS, 2013, p. 206)

aquelas dirigidas à consciência dos indivíduos, de maneira a influenciar suas decisões e ações na sociedade. Elas também são submetidas às cadeias causais existentes e postas em curso e sua inter-relação dinâmica recebe o nome de *processualidade*.

Essa processualidade, ou seja, de um lado os pores e de outro os nexos causais que eles põem em movimento, se caracteriza pela sua dinamicidade e por vezes contradição. É através dessa característica da processualidade, da relação entre pôr e nexos causais, que com frequência o resultado de um pôr teleológico se dá de maneira diversa do que foi pretendido a priori. O momento entre a realização da finalidade do pôr teleológico e sua subsunção à causalidade uma vez posta em movimento Lukács chamou *período de consequências* (2018).

A processualidade histórica e sua característica dinâmica aliada principalmente à causalidade confere certo grau de imprevisibilidade aos resultados das ações do ser social. É graças a essa essência causal que se impossibilita controlar totalmente os resultados dos pores teleológicos. Quando tratamos dos pores primários temos a impossibilidade de total domínio da natureza pelo homem e se pensarmos naqueles pores direcionados à consciência de outros seres temos ampliados essa imprevisibilidade pela alternativa.

A alternativa é uma categoria mediadora da consciência do indivíduo em que ele escolhe entre questões postas pela realidade material e fundamenta a finalidade de seu pôr:

A alternativa, igualmente um ato de consciência, é, portanto, a categoria mediadora, com a ajuda da qual o reflexo da realidade se torna o veículo do pôr de um existente. Com isto é salientado que, no trabalho, esse existente é sempre algo natural e essa qualidade natural jamais pode ser completamente superada. (LUKÁCS, p.36, 2018)

A reflexão da sua realidade na consciência do ser social possibilita a tomada de decisões em sua vida, sejam essas decisões originárias de pores direcionados a transformações materiais ou a atos de consciência. A alternativa se constitui como algo ineliminável da posição teleológica, e ao entrar em contato com as cadeias causais apresenta sempre novas alternativas ao ser:

A alternativa revela ainda mais nitidamente sua verdadeira essência: ela não é um ato isolado de decisão, mas um processo, uma cadeia

ininterruptamente temporal de alternativas sempre novas. Se se reflete, mesmo que ainda tão superficialmente, sobre qualquer trabalho — e mesmo sendo ele tão primitivo —, deve-se enxergar que não se trata jamais meramente de um executar mecânico de uma posição de finalidade. (LUKÁCS, p.35, 2018)

O recurso à análise da alternativa é importante principalmente quando pensamos sobre os atos teleológicos direcionados à consciência do indivíduo, que além das possibilidades inerentes à processualidade da realização de tal pôr também está condicionado às escolhas alternativas de cada ser, tornando, portanto, pessoas impossíveis de serem totalmente manipuláveis.

Já falamos anteriormente sobre o surgimento do momento ideal na estrutura interna dos pores teleológicos, portanto convém agora falarmos sobre a posição teleológica em ideologia e o que caracteriza uma ideologia.

As ideologias surgem na totalidade social como produtos do desenvolvimento da sociedade e sua eventual resposta a esses problemas. Aparecem no processo de realização de pores teleológicos que assumem uma *função* para além daquela intenção previamente idealizada. A existência das ideologias encontra suas raízes principalmente no espaço de manobra propiciado pela processualidade histórica e se caracteriza pelo desempenho de uma *função* na sociedade, função essa de dirimir conflitos.

Segundo Lukács (2018), visões pessoais, pensamentos corretos ou falsos não constituem por si só uma ideologia, mas apenas quando eles se tornam veículo teórico ou prático para dirimir conflitos sociais, esses grandes ou pequenos. Existe nesse processo um grande papel desempenhado pelo que o autor chama de *aqui e agora*, pois é nesse momento e no efeito que tal pensamento tem nesse momento concreto que o transforma em ideologia:

O processo de seu colocar-se e de sua solução pode ser, em um sentido imediato, até mesmo puramente científico. Todavia, isso de modo algum contradiz que o espaço de manobra de possibilidade da colocação e solução do problema, precisamente em sua específica particularidade, apenas pode tornar-se operante sobretudo a partir do solo do ser-precisamente-assim-existente *hic et nunc*. A transformação do pensamento científico em ideologia surge, pois, no efeito que ela exerce sobre o mesmo *hic et nunc*; este efeito pode ser diretamente intencionado, mas não tem de sê-lo; o crescimento de um pensamento para uma ideologia pode caminhar por uma via através de variadas mediações e tal maneira que apenas no processo de mediação essa transformação se torne fato. (LUKÁCS, 2018, P. 401)

É através desse resgate de algumas categorias ontológicas fundamentais para pensarmos a ideologia que podemos pensar o papel da ideologia e assim refletir sobre o bolsonarismo como *sincretismo ideológico*.

### 3.2 Vida Cotidiana E Ideologia

Para compreendermos o movimento bolsonarista tendo como ponto de análise central a ideologia, precisamos compreender as nuances existentes na realidade social que propiciam e favorecem o surgimento e a persistência das ideologias. É essencial, nesse sentido, analisarmos a relação existente entre ideologia e vida cotidiana, esta sendo o *locus* privilegiados dos atos de consciência e posições teleológicas dos seres sociais, o local de nascimento das ideologias.

Na vida cotidiana existe um nível de consciência responsável pela construção da percepção da realidade pelo ser. Segundo Konder

Grandes modificações históricas nas condições em que vivem os homens são impulsionadas por ideias, sentimentos, convicções, paixões que se manifestam muitas vezes por qualidades excepcionais de sensibilidade e inteligência. Essas modificações, entretanto, só se concretizam efetivamente, produzindo efeitos duradouros, e em certo sentido irreversíveis, quando são de algum modo incorporados, aos hábitos, ao modo de vida do *homem comum*, em sua existência cotidiana. (LUKÁCS, 2020, p. 251)

O pensamento produzido na vida cotidiana tem por objetivo refletir a realidade vivida pelo ser social e desta forma, tornar operativa sua vivência e suas ações. A importância da vida cotidiana na vida dos homens se faz valer no ponto em que é nela que são sentidas e experimentadas os fenômenos histórico-sociais e uma das suas principais características é a relação imediata entre teoria e prática, denominada *imediaticidade*.

A arte e a ciência assim como o cotidiano possuem a característica de reflexo da realidade, mas esses se diferem do nível da cotidianidade, pois suas reflexões vão além do nível imediato da consciência do ser. Para Konder (2020) a consciência cotidiana submetida às pressões existentes na vida cotidiana tendencialmente permanece no nível da empiria.

A imediaticidade então, constitui algo central na vida cotidiana dos indivíduos e corresponde a essa conexão imediata entre teoria e prática: relação imediata entre

o reflexo da realidade feito pelos seres, sua apreensão ideal e conseqüente prática. Pelas pressões existentes na cotidianidade e a necessidade de dar respostas rápidas às questões postas pela realidade social, o ser social acaba por não realizar eventuais mediações possíveis e necessárias para tomar uma “melhor” decisão.

Essa urgência da realização material confere principalmente uma *espontaneidade* à vida cotidiana:

A consciência cotidiana precisa de certa *espontaneidade*, que lhe impõe limitações, quando comparada às formas de percepção e compreensão da realidade proporcionadas pela arte e pelas ciências. Seria totalmente irrealista (e inumano) pretender que as pessoas desenvolvessem permanentemente o esforço do trabalho, da investigação autodisciplinada ou da construção objetiva de obras de expressão artística. No cotidiano, predomina a *lei do menor esforço*. (KONDER, 2020, p. 252)

Essa espontaneidade exigida pela vida cotidiana faz com que os homens não estejam e *não consigam* estar a par de todos os pormenores exigidos para agirem em sua vida imediata, muito menos consigam antever tão amplamente o resultado de tais ações. Ora, se não se sabe quais estruturas se movimentam como parte de suas ações não é possível nem sequer resistir a elas.

Essa concepção descrita por Lukács em que “os homens jamais estão em condições de efetuar os seus pores teleológicos com o conhecimento adequado de todas as forças efetivamente ativas nesse processo” (2013, p. 658) ilustra mais detidamente a relação de *imediaticidade* presente na vida cotidiana e que faz os homens agirem *sob pena de ruína*.

A “pena de ruína” à qual o autor húngaro tanto se refere em diversos textos corresponde à necessidade imposta ao ser social, de que ele responda às alternativas surgidas durante o pôr teleológico, sendo a ruína a *não efetivação* do resultado do pôr. A imediaticidade, portanto, tem essa característica de exigir dos indivíduos, ações cotidianas sem serem realizados profundos processos reflexivos.

O surgimento das ideologias na vida cotidiana está intimamente ligado aos mecanismos que o ser social lança mão para se adaptar à imediaticidade e espontaneidade cotidiana. O ordenamento do cotidiano é vital para o indivíduo, a criação e a conservação de hábitos, esses repetidos e imitados por outros, dão certo grau de legalidade da vivência diária, conferindo uma base para a percepção da realidade.

Nesse sentido, o indivíduo, dentro de sua percepção imediata da realidade, relaciona fenômenos entre si presentes na sua vivência, esses podendo ser de fato similares ou não. Essa ordenação preliminar da realidade objetiva é chamada *analogia*:

A analogia, não é, em última análise, nenhum meio autêntico de conhecimento, mas certamente o jeito natural e inerradicável de reagir a novas fenômenos e ordená-los nos sistemas daqueles já conhecidos. (LUKÁCS, p. 659,2013)

As analogias, portanto, correspondem àquelas respostas espontâneas que se dá no nível da prática cotidiana e que, apesar dos avanços do conhecimento humano, perduram na sociedade. Essas analogias, que possuem a interpretação dos indivíduos acerca de fenômenos observados e relacionados entre si, acabam por se generalizar na sociedade e é a partir desse processo de generalização que surgem as ideologias.

É importante ressaltar que as analogias não surgem de atos difusos e exteriores ao ser social, mas de pores teleológicos que, visando um resultado definido (compreender a cotidianidade e operar nela), acabam ganhando importância e se ampliando na sociedade. Segundo Konder:

A dimensão ideológica surge quando a *ultrageralização* se liga a alguma tendência histórica real, às motivações de algum grupo que pode tirar proveito de determinado preconceito porventura embutido na generalização desmesurada. (2020, p. 254)

Como vimos anteriormente, as ideologias surgem no desenvolvimento da sociedade, justamente pelo desenvolvimento dos pores teleológicos e o desempenho da função de dirimir conflitos. Trazemos a categoria da analogia por ser amplamente presente na vida cotidiana e pela sua tendência a contribuir para generalizações de tipos ideológicos.

No nível da cotidianidade, a consciência é submetida a diversas distorções ideológicas, principalmente por ser um lócus fecundo para os preconceitos e para expressões de opressão de variados tipos. Todavia, é importante ressaltar o caráter da vida cotidiana como *campo de possibilidades*, em que, ao mesmo tempo, em que é terreno favorável para proliferação de ideologias, também é campo de resistência às influências delas.

Segundo Konder (2020) a consciência cotidiana possui limitações e que no dia-a-dia os indivíduos precisam recorrer a inferências simplificada e analógicas e generalizações abusivas. Sua dimensão teórica é obrigada a se autolimitar para que o espírito possa responder às diversas demandas de adaptação e ações práticas da vida diária.

É importante refletir sobre o campo da vida cotidiana como um espaço de possibilidades, porém sem perder de vista suas características essenciais que em última instância propiciam e colaboram para a persistência das ideologias.

Falamos anteriormente sobre o papel das generalizações na vida cotidiana e como a ampliação destas podem dar origem às ideologias. Essas generalizações que inicialmente buscam ordenar e facilitar a reprodução imediata da cotidianidade, vão muitas vezes para além da imediatividade a ela inerente. Portanto, justamente por ter por base as experiências e vivências cotidianas, justificando suas aplicações, as generalizações se tornam uma possibilidade socialmente difundida, também estando nesse ponto a força da *aderência* das ideologias na sociedade.

Para Lukács, a ideologia desempenha dois papéis na vida cotidiana:

Na vida cotidiana, sob a condição de uma imediata conexão de teoria e práxis, são possíveis dois tipos diferentes de função da ideologia: ou operam elas puramente como ideologias em forma de um dever, que confere direção e forma às decisões dos seres humanos singulares na vida cotidiana, ou a visão do ser nelas contida aparece aos seres humanos da vida cotidiana como o próprio ser, como aquela realidade à qual apenas reagindo adequadamente é ele capaz de organizar sua vida de acordo com suas intenções. Essa bipartição, sem dúvida, é existente nos patamares mais desenvolvidos do desenvolvimento social. (Lukács, 2018, p. 602)

O primeiro tipo de função ideológica mencionado pelo autor é justamente aquela função que constantemente mencionamos no decorrer desse trabalho: a de tornar a práxis humana consciente e capaz de agir. Se trata daquelas formas mais completas das analogias e pores teleológicos que dão subsídio ao agir do ser na vida cotidiana. A segunda função é precisamente àquela que nos interessa para compreender o fenômeno ideológico do *bolsonarismo*, pois se trata daquela função ideológica fortemente ligada ao complexo da política.

A política trata-se de um complexo da totalidade social e possui maior *tendência* à influência ideológica e suas eventuais deturpações. Ela nasce no processo de reprodução social e atua como complexo ideológico, auxiliando os indivíduos a solucionarem os conflitos existentes na sua vivência. Para Lukács:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. (LUKÁCS, 2013, p. 502)

Desta maneira, a política possui duplo caráter, pois enquanto está direcionada à totalidade social, ou seja, à unidade entre fenômeno e essência da realidade, também só é conduzida na cotidianidade a partir de interesses particulares dos indivíduos. A práxis política, ainda que possua caráter universal, é motivada pelas demandas colocadas pelo mundo fenomênico, pela cotidianidade, implicando uma apreensão da realidade presa à imediaticidade. Assim, a política acaba permeada por contradições e terreno fértil para manipulações e deturpações ideológicas.

As formas ideológicas, dentre as quais a política faz parte, surgem do desenvolvimento da sociedade e se apresenta enquanto superestrutura ideológica. Tal estrutura, todavia, não possui caráter independente em relação à base material da sociedade, pelo contrário, é profundamente condicionado por ela. Ainda assim, o caráter contraditório e dinâmico da sociedade não os torna meros reflexos um do outro, conferindo à superestrutura ideológica *relativa* autonomia.

Existe nesse sentido uma relação complexa que é importante para compreender os diversos processos que se engendram na sociedade. Uma relação de totalidade ligada às relações de produção que constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sob a qual se ergue a superestrutura política e jurídica através das quais se originam determinadas formas de consciência. Assim nos diz Marx acerca desse processo:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção — que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das

ciências físicas e naturais — e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (MARX,2008, p. 47- 48)

Essas formas de consciência social que se estruturam durante o desenvolvimento da base material servem de mediação para as reflexões dos indivíduos sobre a realidade em que estão inseridos. Essas reflexões quando utilizadas como veículo para a resolução de questões e conflitos da vida social se tornam ideologias.

É frequente, portanto, dado a dinâmica própria da sociedade, que estruturas de consciência se tornem parte da superestrutura ideológica devido à natureza de tais consciências, ou seja, sua ligação com as relações de produção de uma formação social, a base material. Essa relação com a base material, ainda que esta possua *relativa autonomia*, contribui para que as formas de consciência sejam utilizadas para *legitimar* as relações de produção existentes.

É nesse sentido que elas se transformam em ideologias, pois elas assumem uma *função* de reproduzir as relações existentes, seja pela criação de hábitos, costumes ou uma cultura que facilite o processo de reprodução metabólico-social de uma época. Essa transformação também se encontra no processo de generalização das analogias anteriormente discuto, que também correspondem às generalizações dos pores teleológicos.

Esse sofisticado complexo ideológico se amplia e penetra todas as esferas da vida social, principalmente a vida cotidiana. A persistência desses complexos ideológicos se faz presente no quão profundamente atinge os indivíduos em sua reprodução social imediata e atravessa a história das sociedades. A destruição, o abandono ou mesmo a erosão propiciada pelo efeito do tempo podem ser insuficientes para o desaparecimento de uma forma ideológica, de tal maneira que inclusive, transformações profundas nas relações materiais de produção fazem surgir formas ideológicas sincréticas, com traços da nova formação social e da antiga.

É frequente, na verdade, que o modo de reprodução social preserve aspectos ideológicos de períodos históricos precedentes, seja pela própria necessidade da reprodução social, seja pela resistência dos indivíduos às mudanças experimentadas. Essa resistência não se trata segundo Lukács (2018) de uma resistência contra uma generalização nova por si só, mas uma defesa das

generalizações antigas e tudo que elas abarcam: tradição, costume, hábito etc. Um exemplo disso foi o papel desempenhado por Edmund Burke durante a Revolução Francesa através de seu livro *Reflexões sobre a Revolução na França (1790)*, em que criticava ferrenhamente os ideais iluministas e advogava pela conservação dos privilégios da nobreza.

Esse processo que aqui estamos descrevendo, complexo e extremamente mediado será melhor esclarecido no próximo tópico quando trataremos de algo vital para compreender o objeto de estudo aqui proposto: o sincretismo e a decadência ideológica. Por ora voltemos à política como complexo ideológico.

Tratamos brevemente da formação das estruturas de consciência social em relação à base material e sua ligação com a ideologia, da maneira como uma consciência assume um papel ideológico ao desempenhar determinadas funções no curso da reprodução social. Segundo Carli (2013), a política é a mais elementar forma de consciência social, pois em comparação com a arte e a filosofia<sup>25</sup>, possui uma imediatividade elementar, que a conecta com as lutas dos grupos sociais na vida cotidiana, atuando nela para transformar ou preservar conflitos.

O ato político, ou a consciência social que dá vazão ao agir político, não surge aleatoriamente, mas está cercado de circunstâncias e particularidades, tornando a ação política do ser social algo particular e específico para si. Isso se dá principalmente pelo direcionamento do agir político à imediatividade da vida cotidiana, fazendo com que os indivíduos baseiem suas decisões políticas na vida que experimenta na cotidianidade, sem ter por vezes, clareza da essência estrutural em que está engendrado.

É precisamente nesse aspecto que a política se torna campo de manipulações e distorções ideológicas, frequentemente para legitimar as formas de exploração existentes na sociedade. O conteúdo, pois, de uma atuação política emancipadora ou conservadora da ordem social vigente encontra-se presente na consciência social que estrutura tal atuação, qual ideologia está contida na ação política de um determinado indivíduo ou grupo social.

---

<sup>25</sup> A arte e a filosofia se caracterizam como ideologias *puras*, pois se distanciam da prática social imediatamente cotidiana, uma vez que além da autonomia que adquirem na divisão social do trabalho, também expressam questões que vão além da imediatividade cotidiana numa sociedade, conferindo o caráter duradouro de algumas delas. (COSTA, 2006)

### 3.3 Sincretismo E Decadência Ideológica

Um último ponto que precisamos inserir no debate antes de prosseguirmos para os elementos específicos de composição do bolsonarismo como sincretismo ideológico é a definição de sincretismo e sua relação com o processo de decadência ideológica. Tal relação, que também revela sua ligação com a vida cotidiana é essencial para pensarmos como se portam as grandes ideologias tais como o bolsonarismo.

O termo sincretismo é comumente utilizado nos estudos da ciência das religiões para designar a união de diversos elementos de religiões distintas que não necessariamente dialogam entre si e por vezes são até contraditórios. De acordo com Abbagnano (2007) frequentemente a palavra é utilizada para designar conciliações mal feitas de elementos ou pontos de vista, sendo empregada na história das religiões para indicar a sobreposição e fusão de crenças diversas. Todavia, o desenvolvimento dos estudos sobre o sincretismo se estende à discussão filosófica, abarcando também a problematização das ideologias.

Ainda conforme os estudos religiosos, o sincretismo

É usualmente compreendido como uma combinação de elementos de duas ou mais tradições religiosas, ideologias, ou sistemas de valores. Nas ciências sociais, é um termo objetivo e neutro usado para descrever a mistura de religiões como resultado do contato cultural. (MULLINS, 2001, p. 809, *tradução nossa*)

Partindo da compreensão marxista segundo a qual a religião possui um caráter fortemente ideológico, por si só o sincretismo religioso compreende um sincretismo ideológico e a utilização da discussão do sincretismo pode ser contributiva para a compreensão da junção de elementos de visões de mundo e ideologias que fomentam o bolsonarismo.

Para fazermos uma decupagem dos elementos sincréticos bolsonaristas convém pensarmos o sincretismo em sua relação com a cotidianidade e como os elementos constitutivos da vida cotidiana contribuem para o surgimento de grandes emaranhados de ideologias. Um das determinações fundamentais a que nos referimos diz respeito à *heterogeneidade*.

A heterogeneidade é um componente ontológico estrutural da vida cotidiana e corresponde à multiplicidade de fenômenos que ocorrem simultaneamente na vida dos indivíduos e cuja compreensão se torna complexa. Netto (2012) ao realizar a

crítica da vida cotidiana apresenta a heterogeneidade a partir das contribuições lukacsianas da seguinte forma:

A vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Intersecção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social, o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e privada etc.) (NETTO, 2012, p. 67)

Essa heterogeneidade se intensifica à medida que se desenvolve a sociedade e se complexificam as relações de produção. Na contemporaneidade, temos uma vida cotidiana cada vez mais heterogênea, que se apresenta ao indivíduo de forma cada vez menos compreensível, tornando ela também permeada por uma superficialidade fruto de todos esses fatores.

O sincretismo ideológico se forma, pois, com as raízes na heterogeneidade cotidiana, pois é dela que brotam as tradições, ideias, hábitos e costumes que, de maneira diversa se acoplam uns nos outros. Mediadas pela imediaticidade, essa inerente à vida cotidiana e anteriormente discutida aqui, temos a formação de estruturas sincréticas que aglutinam ideias, tradições, costumes e que, uma vez requisitados a apresentar respostas às demandas imediatas da cotidianidade, se tornam sincretismos ideológicos.

A imediaticidade nesse caso também desempenha um papel muito importante na formação de um sincretismo, pois ela enquanto relação imediata entre teoria e prática reduz significativamente o espaço de reflexão do ser social acerca de sua realidade, facilitando o agrupamento de elementos ideológicos diversos, muitas vezes contraditórios entre si. Isso é nitidamente observado naqueles indivíduos que defendem a ditadura militar, por exemplo, mas o fazem reivindicando a “liberdade de expressão”.

A *aparente* ausência de contradição em posições ideológicas diversas reunidas num sincretismo é naturalizada pelos indivíduos que deles fazem uso porque eles estão em constante contato com a imediaticidade cotidiana e não realizam as possíveis mediações que colaborariam para elucidar tais complexidades.

Lukács em sua Estética discute os elementos da cotidianidade e dentre eles a imediaticidade, sobre ela ele diz:

A cotidianidade, o exercício e o costume do trabalho, a tradição e o uso na convivência e colaboração dos homens, e a fixação dessas

experiências na linguagem, tendem a transformar o mundo das mediações, assim conquistado, em um novo mundo da imediatividade. (LUKÁCS, 1966, Pg.90)

O surgimento do sincretismo ideológico está ligado com esses elementos anteriormente mencionados como também é amplificado pelo processo de *decadência ideológica*.

A decadência ideológica da burguesia, corresponde ao processo de mudança de orientação político-ideológica da burguesia no período pós revolucionário, em que enquanto classe revolucionária, foi responsável por conduzir o processo revolucionário rumo à destruição das bases da sociedade feudal. Tal mudança ocorreu através do abandono dos ideais revolucionários e da conversão em classe conservadora, no sentido de conservação da sua dominação de classe, resultado oriundo da revolução. Essa transformação em classe conservadora, desencadeou uma série de mudanças ocorridas principalmente na produção de visões de mundo e de explicação da realidade, a fim de fornecer subsídios teóricos, políticos e ideológicos para a manutenção da dominação burguesa.

Segundo Lukács, essa mudança de orientação ideológica influenciou no desenvolvimento de uma tendência a mistificação da realidade e o desprezo pelos fatos históricos, principalmente pela luta de classes como motor da história. Para ele a

Liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. (LUKÁCS, 2010, p.)

Para o autor, a decadência se manifesta numa saída metodológica segundo a qual os ideólogos acabam evitando entrar em contato direto com a realidade e concentram seus esforços em disputas verbais e formais no campo da produção de conhecimento sobre a realidade. É a partir desse processo que se formam correntes de pensamentos e visões de mundo cada vez mais ecléticas e, portanto, também sincréticas, condensando elementos diversos em prol de uma determinada leitura da realidade.

A decadência e suas consequências para a elaboração de visões de mundo contribuem para a realização de uma apologética do capitalismo na medida em que

“se limita a uma mera reprodução dos fenômenos superficiais” (LUKÁCS, 2010, p. 56). Desta maneira, a forma de conceber e explicar a realidade passa pelo *falseamento* desta, de modo a mascarar as contradições do sistema capitalista e contribuir para a conservação de sua ordem.

A decadência ideológica da burguesia, acaba por ser fundamental para se pensar o sincretismo ideológico, principalmente se consideramos a sua característica eclética, que tenta condensar elementos ideológicos e metodologias diversas para subsidiar a prática burguesa e transformar sua visão de mundo em universal:

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como “método” científico ou “por um lado...e por outro”, tão caro ao pequeno-burguês; de negar as contradições da vida ou, o que é a mesma coisa, de contrapor entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias. Ademais, este ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio. Quanto mais de máscara de “crítico” e “revolucionário”, tanto maior é o perigo que representa para as massas trabalhadoras cuja revolta é ainda confusa. (LUKÁCS, 2010, p. 60)

Essas características da decadência ideológica acabam se espalhando em diversos âmbitos da sociedade, colaborando para o surgimento de inúmeras visões de mundo e ideologias validadas pelo processo de reprodução social. Se os ideólogos adeptos direta ou indiretamente da ideologia decadente desempenham o papel de refletir os processos sociais de forma aprofundada e *ainda assim* realizam um trabalho de *falseamento* da realidade, o que dizer daqueles indivíduos que afogados pela vida cotidiana não conseguem ultrapassar a *superficialidade* de suas reflexões.

O ser social nessa perspectiva enxerga a sociedade “como um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe, ameaçadora e incompreendida, ao indivíduo” (LUKÁCS, 2010, p. 66). O sincretismo nesse sentido aparece também composto pelas características presentes e canalizadas pelo processo de decadência ideológica, principalmente aquelas que dizem respeito ao *ecletismo* e a *evasão da realidade*. É interessante inclusive pontuarmos que a profundidade de influência da decadência na sociedade se dá por ser um processo que data do período imediatamente posterior à revolução francesa e estar, portanto, inscrito na formação da sociabilidade burguesa.

Segundo Netto (2011) é próprio da sociedade burguesa a instauração de uma pseudo-objetividade como padrão fenomênico das suas relações e que esta “positividade” no plano da razão a faz se cindir em dois polos: o irracionalismo e a razão formal-burocratizada. Ambas essas vertentes nos interessam para pensarmos tanto o surgimento de um sincretismo ideológico como para através desse problematizarmos o bolsonarismo. O polo da razão formal-burocratizada se faz presente na vida cotidiana, pois fornece um arsenal de instrumentos para manipular e controlar os níveis singulares da dinâmica social. Para Netto

Este repertório técnico tem a sua racionalidade hipotecada às regularidades sociais epidérmicas da ordem burguesa - *ele é, essencialmente, a transcrição imediatas destas ao plano do pensamento formal-abstrato*. Por isso mesmo, nos períodos onde a reprodução das relações sociais se dá sem a reversão crítica do seu processamento estável, a sua articulação teórica e a sua instrumentação prática revelam-se sincronizados à epiderme do movimento social e aptos quer a fornecer dele uma explicação coerente, quer a encontrar formas interventivas com graus variáveis, mas efetivos, de eficácia. (NETTO, 2011, p. 101 *grifo nosso*)

É nesse sentido que se observa a dificuldade de rompimento com a imediatividade cotidiana, pois a razão formal abstrata condiciona inclusive o andamento da reprodução social, principalmente rearranjando seu “arsenal” instrumental para servir aos interesses da manutenção da ordem. Aqui a decadência desempenha um papel essencial, pois, à medida que uma certa maneira de pensar, ou estrutura de consciência não fornece mais aquelas mediações para tornar um agir efetivo elas vão sendo adaptadas e modificadas para dar continuidade ao processo de reprodução social.

Esse fenômeno vai afastando a ação humana de uma correta apreensão da realidade na medida em que a forma de reflexão da consciência, seu processo de racionalidade vai se transformando e sendo manipulado para atender interesses materiais contraditórios e opressivos. Tal fenômeno vai se ampliando à medida que a sociedade vai se desenvolvendo e se burocratizando, inclusive lançando mão da burocracia na vida cotidiana para auxiliar o processo de manipulação das mediações do ser social. Acerca disso assim diz MARANHÃO

A burocratização da vida social é a práxis típica da fase decadente da burguesia e ocorre quando certas atividades e procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente. Por meio dessa práxis burocrática, assumida como procedimento indispensável ao funcionamento das instituições, empobrece-se a

ação humana que é continuamente afastada de sua relação com a realidade social e suas finalidades. (MARANHÃO, 2016, p. 177)

A burocratização então, corresponde a um aspecto da vida cotidiana intimamente ligada à decadência e às formas de manipulação da consciência social. A tendência de controle das formas de pensar dos indivíduos é ampliada pela já mencionada imediaticidade que cristaliza as mediações realizadas, de maneira a tornar previsível as consequências dos pores teleológicos e sua repetição rotineira. Mediação é categoria indispensável para pensar sobre esse processo de manipulação na vida cotidiana, pois é através dela que a totalidade se movimenta dialeticamente e no plano reflexivo o ser a compreende pela razão:

A centralidade da categoria de mediação reside em que — na estrutura ontológica da realidade e na sua reprodução pela razão teórica — só ela permite viabilizar a dinâmica da totalidade concreta. Na estrutura da realidade, é através do sistema de mediações que o movimento dialético se realiza: os processos ontológicos se desenvolvem, estruturas parciais emergem, se consolidam, entram em colapso etc., garantida a especificidade da legalidade de seus níveis particulares etc. Na reconstrução do movimento da totalidade concreta, é a categoria da mediação que assegura a alternativa da “síntese das muitas determinações”, ou seja, a elevação do abstrato ao concreto — mais exatamente, assegurando a apreensão da processualidade que os fatos empíricos (abstratos) não sinalizam diretamente. (NETTO, 2012, p. 82)

A cristalização das mediações ocorre quando as mediações realizadas na vida cotidiana se fixam em costumes e hábitos, facilitando a aplicabilidade prática delas. São reproduzidas então, mediações em larga escala de maneira a construir um arsenal que dê subsídios às ações dos indivíduos na cotidianidade. Tais cristalizações lançam mão da facilidade com que os seres aderem a determinadas posições no processo de distanciamento da reflexão profunda de sua realidade. Esses sistemas de reprodução irrestrita de tais mediações formam o que compreendemos por *senso comum*.

Essa característica de formação de um senso comum na vida cotidiana e ele sendo utilizado pelos indivíduos no andamento de suas vivências ilustra as razões pelas quais o senso comum é utilizado como elemento constitutivo das mais variadas ideologias. A persistência de algumas ideologias se sustentam através da presença de tais elementos, que inclusive podem conter traços de preconceitos profundamente enraizados em determinada cultura.

Lançando mão das contribuições gramscianas acerca do senso comum, o autor o caracteriza como uma variação da ideologia, como uma concepção de

mundo de um estrato social em que determinadas posições são absorvidas *passivamente* por membros de um grupo social, tais quais as cristalizações que mencionamos anteriormente. De acordo com Liguori, o senso comum para Gramsci

Em geral, trata-se da ideologia mais difundida e com frequência implícita de um grupo social, de nível mínimo. Por isso, ele se relaciona dialeticamente com a filosofia, isto é, com o segmento alto da ideologia, próprio aos grupos dirigentes dos vários grupos sociais. Da mesma forma, também uma força política que se coloque do lado dos subalternos deve instaurar com ele uma relação dialética para que ele seja transformado e se transforme, até se alcançar um novo senso comum, necessário no âmbito da luta pela hegemonia. (LIGUORI, 2017, p.)

O senso comum, portanto, desempenha um papel importante na construção e concentração de ideologias, auxiliando na formação de sincretismos ideológicos. A espontaneidade, própria da cotidianidade, também se manifesta nessa elaboração por parte dos indivíduos, já que é através da necessidade de respostas rápidas às demandas cotidianas que se formam tais cristalizações ideológicas.

As discussões trazidas no escopo desse capítulo são necessárias para pensarmos na formação do bolsonarismo enquanto sincretismo ideológico, pois elencam tanto a discussão ontológica da ideologia, quanto os pormenores de sua atuação através do ser social e na sua vivência cotidiana.

#### 4. DA IDEIA BOLSONARO AO BOLSONARISMO

Passar pelo objeto de pesquisa aqui elencado como *bolsonarismo* incluiu ao longo dos capítulos precedentes a incursão em algumas categorias de análise do fenômeno que nesse capítulo serão essenciais para pensarmos de maneira aprofundada suas determinações históricas.

Para iniciarmos a caracterização do bolsonarismo como sincretismo ideológico responsável pelas recentes transformações sofridas na sociedade brasileira necessitamos realizar o resgate do que aqui iremos chamar de *caldo cultural*, que nada mais é do que conjunto de elementos conjunturais que propiciaram e alavancaram a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república.

O objetivo central desse capítulo, como proposta de sintetizar o que chamamos de *sincretismo ideológico bolsonarista*, é expor algumas características conjunturais que permearam a sociedade brasileira entre 2016 e 2018, ano de sua eleição e que serviram de pano de fundo para sua ascensão enquanto figura política representante de um determinado ideário. Além disso, buscaremos discutir alguns elementos ideológicos que permearam a campanha bolsonarista e que baseados no anticomunismo foram relevantes para a consolidação do sincretismo.

Embora o recorte temporal deste trabalho verse entre os anos de 2016 a 2018, buscaremos nesse capítulo resgatar alguns elementos ainda do ano de 2013, por compreender que os acontecimentos de junho daquele ano impactaram de tal forma a política, que sua problematização perdura até os dias atuais, e o desafio de se compreender tais acontecimentos segue sendo presente na esquerda brasileira.

Na esteira desse processo, o capítulo buscará mapear as principais ideologias mobilizadoras dos sujeitos políticos atuantes nesse processo, atentando-se para a problematização de seu uso em relação à história das ideias no país, algo exposto no primeiro capítulo da dissertação. Com isso, tentaremos demonstrar os elementos históricos do sincretismo bolsonarista, com suas características ideoculturais e os principais traços compósitos de sua base, de maneira a nos auxiliar a compreendê-lo em sua complexidade.

#### 4.1 Junho de 2013 e os elementos preparatórios do Bolsonarismo

Refletir tal processo nos leva ao elemento inicial responsável por apresentar alguns elementos que ganhariam centralidade no bolsonarismo. Aqui nos referimos às manifestações de Junho de 2013 e suas consequências no Golpe parlamentar de 2016 que afastou a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Tratar da miríade de tais acontecimentos é relevante, pois neles se encontram os elementos ideológicos basilares do movimento encabeçado por Bolsonaro. Durante o ano de 2013 acompanhamos o que ficaria conhecida como *jornadas de junho*, nomenclatura emprestada do processo ocorrido na França nos anos de 1848.

No início de 2013 temos uma conjuntura permeada por ebulições sociais cujos pontos de enfoque se deram a partir da insatisfação com o aumento do preço das passagens do transporte coletivo nas grandes cidades do país. A insatisfação deu lugar à organização de uma série de manifestações por todo o país, inicialmente liderados pelo assim chamado *MPL - Movimento passe livre*, tendo a cidade de São Paulo como seu epicentro inicial.

As reivindicações iniciais giravam em torno da reversão do aumento das passagens, bem como de fatores ligados à mobilidade urbana, como o número de frotas de ônibus e a precariedade dos serviços prestados pelas empresas de transporte.

O momento conjuntural de 2013 trazia consigo outros fatores que potencializavam a revolta popular, como o cenário da Copa mundial da FIFA que aconteceria no ano seguinte e que no contexto de sua realização exigiu o investimento de altas somas de dinheiro público na criação de uma infraestrutura que permitisse a realização do evento.

A copa das confederações, evento a ser realizado em junho de 2013 e que seria uma preparação para a copa do mundo no ano seguinte, também contribuiu para a efervescência popular, devido às críticas aos gastos com os estádios em detrimento do investimento em serviços públicos como moradia, transporte público e saúde. A frase de ordem entoada durante o início organizativo dos protestos contra a copa do mundo foi “não vai ter copa” e as reivindicações por serviços públicos “padrão FIFA” ganharam relevância.

Outro fator relevante para entendermos esse contexto é a crise econômica mundial que embora tenha aspectos estruturais que datam da década de 1970

ganhou contornos mais conjunturais e aprofundados no ano de 2008 com o caso da bolha imobiliária dos EUA. Esse processo que se espalharia por todo o globo pode ser retardado em alguns países, com a percepção de que seus efeitos chegariam de maneira amena. Entretanto, já em 2012 podemos observar as consequências da crise econômica na América Latina e de que forma isso refletiu nas saídas políticas elaboradas pelos movimentos populares que faziam contestação às mudanças experimentadas.

O aprofundamento da crise e o fracasso das medidas adotadas para mitigar seus efeitos trouxeram como consequência a queda dos indicadores econômicos no país e abalos significativos nas bases de sustentação do governo de Dilma, então presidenta pelo Partido dos Trabalhadores - PT.

Nesse contexto cultural e econômico é que tomam as ruas milhares de sujeitos protagonizando o que ficou conhecido como *jornadas de junho*. Como mencionado anteriormente, o movimento inicial que levou os manifestantes às ruas era pautado em reivindicações legítimas que giraram em torno de mobilidade urbana, investimento em saúde, moradia, educação, contra a violência policial, especialmente contra a população negra e periférica. Entretanto, no desenvolvimento das manifestações, mudanças significativas nas pautas e nas palavras de ordem fizeram *girar à direita* o movimento.

Pautas ultraliberais passaram a ter lugar nos protestos, com presença dos chamados *think tanks*<sup>26</sup> representados pelo Instituto Liberal, Instituto Mises Brasil, Instituto Liber. Apesar da agenda neoliberal<sup>27</sup> sempre ocupar espaço no debate público e influenciar a formulação das políticas públicas, principalmente nos

---

<sup>26</sup> Segundo Rocha “Os think tanks podem ser definidos de modo mais genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas. Essas instituições, que podem ser independentes ou associadas a grupos de interesse específicos, costumam atuar como uma ponte entre a academia e demais comunidades epistêmicas e a esfera pública, na medida em que traduzem resultados de pesquisas especializadas para uma linguagem e um formato que sejam acessíveis para implementadores de políticas públicas e para a população em geral.” (ROCHA, 2015, p. 262)

<sup>27</sup> A agenda neoliberal toma corpo no Brasil a partir da década de 1990, principalmente no governo FHC, através de uma série de processos, iniciando pela “liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetário (plano real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado” (BEHRING, 2008, p. 176)

governos FHC e Lula<sup>28</sup> através do chamado *neodesenvolvimentismo*<sup>29</sup>, nas manifestações de junho de 2013 as pautas *ultraliberais* ganharam relevo com a organização política dos representantes dessa agenda.

De acordo com Rocha (2019) nas manifestações anteriores a 2013 o foco das reivindicações não era exatamente o PT ainda que houvesse o fator mensalão para impulsionar tal descontentamento. Foi a partir de junho de 2013 que os temas da anticorrupção e do antipetismo tomaram centralidade nos protestos, como pautas inseridas por movimentos ultraliberais e conservadores. Nesse escopo, os membros dos movimentos liberais buscavam nessa atuação difundir seus ideais pró-mercado, principalmente destacando a necessidade de realização de reformas no país de modo a sanar os problemas sociais.

No contexto das manifestações surgiu o Movimento Brasil Livre (MBL) que seria central na difusão da agenda ultraliberal que pautaria as manifestações posteriores. O MBL surge então como um coletivo para reunir as diversas correntes de direita que ocuparam as ruas há época, entre militantes *pró-mercado* e defensores da ditadura militar. Eles então, observando a força com que conseguiram mobilizar pessoas nas ruas, conclamam novamente mais manifestações.

De acordo com Rocha (2019) apesar de junho de 2013 ter permitido o avanço para a formação de um *nova direita*<sup>30</sup>, a consolidação desta se deu no contexto da

---

<sup>28</sup> De acordo com Rocha (2019) a guinada neodesenvolvimentista iniciou-se em 2006 com a nomeação de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda e “tal movimento teria sinalizado uma importante conquista na disputa de espaço com os neoliberais, principalmente tendo em vista que foi sustentado e aprofundado por uma grande coalizão política durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, durante o qual o projeto neo-desenvolvimentista também não encontrou maiores impedimentos.” (ROCHA, 2019, p. 156)

<sup>29</sup> De acordo com Sampaio Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo é um fenômeno localizado na realidade brasileira e indissociável das particularidades econômicas e políticas da segunda metade dos anos 2000. É a expressão teórica de um tempo cujos esforços giram em torno da conciliação entre “os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.” (p. 679) Nesse contexto até mesmo Bresser Pereira, antigo ideólogo do desenvolvimentismo, abraça a necessidade de se pensar novas estratégias de desenvolvimento nacional, para ele o neodesenvolvimentismo “É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. [...] É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. [...] É a forma por meio da qual empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais podem se constituir em nação real para promover o desenvolvimento econômico.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, P.12)

<sup>30</sup>De acordo com Rocha (2014) essa nova direita surge no auge do lulismo no país e se define na identificação com *think tanks* neoliberais, principalmente ligados às ideias de Ludwig Von Mises membro da escola austríaca de economia. Tal identificação também se alia ao orgulho de se definirem “de Direita” e em seu empenho contra a “hegemonia cultural da esquerda”

reeleição de Dilma Rousseff (2014) e seu posterior Golpe em 2016. Para a autora, a campanha pró-impeachment permitiu reunir diversos sujeitos da cena política em torno da mesma pauta, cujas palavras de ordem eram “Fora PT”, “Fora corruptos” e “Fora Dilma”:

Pela primeira vez, os ultraliberais, os Revoltados Online, e outras figuras icônicas da nova direita em formação, como Eduardo Bolsonaro, Lobão, e Olavo de Carvalho, se uniram em torno de pautas em comum. Este momento foi um marco a partir do qual teve início o processo de consolidação da nova direita. (ROCHA, 2019, P. 167)

É nesse contexto de mobilização em torno do impeachment da presidenta Dilma que é resgatada e aprimorada a ideologia do antipetismo, existente desde sua fundação em 1980. Sendo resultado de mobilizações sindicais da região do ABC paulista e de diversos intelectuais de esquerda, o PT originalmente se apresenta como um partido de massas de esquerda que busca fazer frente aos partidos políticos representantes da burguesia nacional, a exemplo do PSDB, oponente histórico cujos embates eleitorais contribuíram para a formação de uma ideia antipetista. (AQUINO, 2019)

Nesse processo também se consolida um movimento conservador no país, aglutinando o ideário neoliberal com as pautas girando em torno dos costumes. Tais pautas, que apelam para os aspectos morais da sociedade, se concentram na família e na religião, criando pânico em torno da questão do aborto e da redução da maioria penal, por exemplo.

O conservadorismo, nesse caso, é convocado para fazer a defesa da família, da religião e da pátria, colocando-se contra as bandeiras progressistas levantadas pelas mulheres, LGBTQIAPN+, negros, indígenas e demais “minorias”, fazendo surgir o *liberal na economia, conservador nos costumes*. É importante ressaltar o quanto a organização de uma direita no país também se coloca como uma reação ao avanço das pautas progressistas, como a Lei Maria da Penha sancionada em 2006 e a criminalização da Homofobia proposta em 2006.

Como ideologia, ele se coloca como um defensor da ordem e das instituições na sociedade, elas sendo a família, a igreja e a pátria. As mudanças oriundas do avanço nos direitos das chamadas minorias seria, segundo eles, responsável por levar ao colapso o funcionamento social. Essas instituições que conforme a ideologia seriam *naturais* e, portanto, imutáveis, são responsáveis pelos fundamentos da sociedade como a conhecemos e qualquer ameaça a ela deve ser

combatida:

o conservadorismo será antes uma ideologia posicional e reativa: é perante uma ameaça concreta aos fundamentos institucionais da sociedade que a ideologia conservadora desperta, reage e se define. (COUTINHO, 2014, p.31)

A pauta dos costumes, então, ganha relevo na formação do que denominamos bolsonarismo, pois dialoga diretamente com o *modus operandi* da atuação de diversos militantes do movimento, bem como do próprio Bolsonaro. A ascensão dos movimentos progressistas impôs o que a base bolsonarista denominou por *politicamente correto*, uma espécie de ditadura em que fossem condenadas posturas que vão de encontro a tais pautas.

Essa atuação na *desconstrução* do que eles classificam como politicamente correto fez surgir o seu antagonista, o autodenominado *politicamente incorreto*. Esse movimento ganhou força durante a crise política do PT, frequentemente alvo de suas sátiras e ataques. Figuras como Lobão, Roger Moreira e Danilo Gentilli contribuíram para cimentar o terreno de atuação de Bolsonaro, que personificaria esse movimento contrário.

Tratar da maneira como se formou o bolsonarismo enquanto base sincrética ideológica passa não só por compreendermos esses movimentos políticos conjunturais de 2013-2016, mas de que maneira entre 2016-2018 se formou um aparato articulado de ideias que dão sustentação a tal base política-ideológica.

Um dos grandes aspectos a serem tratados é o processo de revisionismo histórico que tomou corpo durante as manifestações pró-impeachment, representado por militantes intervencionistas e saudosistas da ditadura militar brasileira. Antes de tratarmos detidamente desse aspecto crucial para o bolsonarismo, falaremos da transmutação entre a agenda anticorrupção e o antipetismo.

## 4.2 Da Anticorrupção Ao Anticomunismo

O problema da corrupção ressurgiu na cena pública<sup>31</sup> quando explodiu o escândalo do mensalão<sup>32</sup> em 2005, em meados de junho daquele ano, o então

<sup>31</sup> A temática da corrupção sempre mobilizou a política brasileira, principalmente no sentido de seu combate, tendo diversos políticos se aproveitado da plataforma *anticorrupção* para se elegerem, como Jânio Quadros em 1960, que se candidatou pela UDN com o jingle de campanha “varre, varre vassourinha, a corrupção.”

<sup>32</sup>O termo mensalão foi popularizado pelo deputado Roberto Jefferson, denunciante do esquema, fazendo alusão ao termo “mensalidade” o que seria uma espécie de “mesada” paga aos deputados

deputado Roberto Jefferson denunciou à *Folha de S. Paulo* que o PT teria pago a diversos deputados valores para que fossem aprovados na Câmara dos Deputados projetos de lei propostos pelo então governo da época, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com o estopim do escândalo de corrupção no país, iniciou-se uma série de investigações para apurar as denúncias e alegações feitas, num processo que duraria alguns anos e contaria com a ampla cobertura da mídia nacional. Veículos como *Veja*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, publicaram diversas matérias cobrindo as investigações e divulgando editoriais com reflexões sobre o tema, influenciando e formando a opinião pública acerca do caso.

Entre 2012 e 2013 aconteceu a Ação Penal 470, o julgamento dos acusados de corrupção no mensalão pelo STF. A denúncia crime foi apresentada pela PGR contra 38 réus, resultando na condenação de 25 desses, pelos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e gestão fraudulenta. Nesse período, portanto, havia uma ampla divulgação do julgamento do mensalão e o crescente interesse da população na temática da corrupção, bem como na busca por punição dos culpados.

A partir de tal processo, a imprensa se tornou central no bombardeio midiático sobre a corrupção no país, influenciando diretamente a percepção da população acerca do tema, tendenciando inclusive a compreensão sobre o problema, vinculando-o exclusivamente ao PT.

Em 2014, ainda no calor dos resultados do julgamento do mensalão, foi deflagrada a Operação Lava Jato, um conjunto de ação investigativas realizadas pela PF visando averiguar supostos esquemas de lavagem de dinheiro e evasão de divisas oriundas do tráfico de drogas. No decurso das investigações, a conexão com o doleiro<sup>33</sup> responsável pelo desvio de dinheiro acabou chegando a esquemas de corrupção envolvendo o superfaturamento de obras pela Petrobrás e pagamento de propina a partidos políticos (PP, PMDB, PT).

A Operação Lava Jato, acabou requeitando a ideologia *anticorrupção* por parte dos brasileiros, responsável inclusive pelos desdobramentos de alguns aspectos do bolsonarismo que reverberam até hoje na sociedade. A

---

para voltarem em projetos a favor dos interesses do governo.

<sup>33</sup>Doleiro é o indivíduo que negocia dólares no mercado paralelo, geralmente usando dinheiro ilícito, realizando assim a lavagem do dinheiro. No caso da Lava Jato, o doleiro investigado e condenado é Alberto Youssef, empresário paranaense que já havia sido preso em 2014 pelo escândalo do Banestado.

instrumentalização, nesse caso, do “combate à corrupção” para fins políticos reuniu diversos sujeitos políticos e jurídicos em busca do combate ao inimigo representante desse amálgama no país, o Partido dos Trabalhadores.

O papel desempenhado pela mídia mais uma vez toma centralidade na análise do processo de consolidação do movimento ideológico “*anticorrupção*”<sup>34</sup> no país, pois em suas matérias, impressas ou *online*, nos noticiários de TV e nos editoriais das revistas, a vinculação do PT como único partido responsável pela corrupção no país perdurou por mais de uma década.

É importante salientar o papel da imprensa como um aparelho privado de hegemonia e a maneira que ela consegue influenciar ideologicamente os indivíduos pautando suas ações políticas. Os aparelhos privados de hegemonia são organizações coletivas que aparecem de forma relativamente autônoma em relação à sociedade política<sup>35</sup> e através dos quais uma classe atua para definir hegemonicamente a direção política do Estado.

Um aparelho privado, nesse caso a imprensa, mobiliza em sua atuação ideologia de maneira a definir e pautar a consciência social das demais classes, trazendo para a arena política os interesses privados de uma classe social, nesse caso, a elite burguesa brasileira. De acordo com Liguori

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências [...] Aqui, aparelho hegemônico e ideologia estão explicitamente ligados. Um “aparelho” serve para criar um “novo terreno ideológico”, para afirmar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo”. (LIGUORI, 2017, p.77)

No contexto tanto das manifestações de junho de 2013 como no papel desempenhado pela mídia na cobertura dos escândalos de corrupção, mudou-se no país a percepção que os cidadãos tinham acerca da problemática. Uma vez bombardeados diariamente por notícias de desvio de dinheiro e corrupção, aliado também aos problemas sociais e à precarização dos serviços públicos, criou-se em torno do PT a aura de vilania propiciada pela agenda anticorrupção. O estímulo midiático em torno da questão fomentou na população um interesse particular pela

---

<sup>34</sup>Esse movimento de combate à corrupção que reapareceu e se aprofundou na cena política a partir dos efeitos da Lava-jato não se direcionava a todos os partidos integralmente, como ficou claro nos efeitos posteriores. A concentração midiática no envolvimento do PT contribuiu para a associação do fenômeno ao partido, de tal forma, que mesmo diante das provas de corrupção de outras siglas, não se forma tal indignação, que é reservada somente ao PT e a outros partidos de esquerda.

<sup>35</sup>De acordo com Liguori (2017), Gramsci considera a sociedade política como uma parte do Estado Ampliado, composta por sociedade civil e política, essa última sendo o aparato governamental e coercitivo, uma espécie de “governo dos funcionários”.

pauta. Em pesquisa realizada pelo IBOPE em 2014, era perguntado quais os principais assuntos sobre o governo que apareciam nas notícias lidas naquele período. Em resposta espontânea, os temas mais mencionados foram a corrupção da Petrobrás, a Operação Lava Jato e as prisões decorrentes do julgamento.

De acordo com Cardoso (2020) a pesquisa demonstrou também o descontentamento com o governo Dilma, naquele momento em vias de iniciar o segundo mandato, em relação ao combate à corrupção, além de mencionarem os poucos investimentos na área de educação e saúde. O nítido viés de classe da população em relação à corrupção também se demonstrou na pesquisa:

Entre os entrevistados com renda acima de 5 salários mínimos, que incluía a maioria das classes médias “médias” e altas, nada menos que 73% das referências apontaram a corrupção entre as notícias mais lembradas, contra apenas 39% na faixa até 1 salário mínimo e 56% entre 1 e 2, mesmo valor encontrado na faixa imediatamente acima. Logo, ainda que mais saliente entre os mais ricos, o tema era sensível também para parcela expressiva das classes populares e das classes médias baixas, revelando que a saliência da corrupção cortava de alto a baixo a estrutura social. (CARDOSO, 2020, p.148)

Diante do aumento do interesse da população pelas problemáticas conjunturais do país e da atuação tendenciosa da mídia ao associar aos governos petistas os escândalos de corrupção, é que emerge potencializada a ideologia do antipetismo na cena política. A revolta contra a corrupção que vinha de maneira modesta nos protestos iniciados em 2013 ganhou centralidade a partir de 2015, com agentes como o MBL, o movimento *vem pra rua* e os *revoltados online* convocando milhares<sup>36</sup> a irem às ruas protestar contra a corrupção e contra o petismo.

Aqui também convém mencionar o papel diferenciado da mídia na cobertura dos protestos de 2013 e de 2015/2016. As manifestações de junho de 2013 inicialmente minimizadas pela grande mídia, tomou contornos dramáticos com a repressão da polícia militar em diversas cidades do país. Os grandes veículos nesse momento passaram a condenar os manifestantes, acusando-os de vandalismo e defendendo o uso da força coercitiva da polícia para “preservar o patrimônio público” e “manter a ordem”.

A cobertura realizada em 2016 já deixaria mais nítido o caráter partidário da mídia golpista do país, com a amplitude de sua realização, assim como a diferença

---

<sup>36</sup>“Segundo a Polícia Militar, o número de manifestantes reunidos na Avenida Paulista batera a cifra de um milhão de pessoas, já de acordo com o Instituto Datafolha o número seria menor, 250 mil pessoas, mas ainda assim muito expressivo.” (ROCHA, 2019, p.169)

de tratamento dos manifestantes nas ruas:

Os atos convocados por essa “nova direita” receberam por parte dos governantes um tratamento muito distinto daquele que marcou Junho: governadores de oposição ao governo e parlamentares se mostraram presentes e apoiaram os atos, com divulgação e liberalização dos transportes públicos; as polícias militares confraternizaram com os manifestantes e as bombas de gás e balas de borracha foram substituídas por poses sorridentes em *selfies*; as grandes corporações da mídia convocaram, repercutiram, fizeram coberturas de dia inteiro ao vivo e deram dimensões de massas, através do uso seletivo das imagens, mesmo quando os atos não as tinham. (MATTOS, 2020, p.160)

Com a diferenciação no tratamento dado às duas manifestações criou-se também para a população em geral uma certa *legitimidade* das pautas de uma em comparação à outra. Enquanto junho de 2013 era tratado como “baderna” e “vandalismo”, 2015/2016 era tratado como algo em defesa do país, contra a corrupção e contra o petismo.

Outro fator relevante que lança luz às dimensões dos protestos é o perfil de manifestantes que saiu às ruas em cada caso. Enquanto nas manifestações de junho de 2013, os protestos concentravam jovens em sua maioria universitários ou com ensino médio e de baixa renda, as manifestações na nova direita em 2015/2016 atraiu pessoas mais velhas, com ensino superior completo e altos rendimentos.

As mudanças nas bandeiras defendidas também contribui para pensarmos como as ideologias se desenvolveram no interior dos protestos e como isso foi sequestrado por essa nova direita em ascensão. Se em junho de 2013 tivemos a defesa de bandeiras ligadas aos direitos sociais e em defesa de maiores investimentos nos serviços públicos, a favor da educação, saúde, mobilidade urbana e habitação, nas manifestações *pró-impeachment* essas pautas foram acopladas à agenda anticorrupção em curso naquele momento.

A ideia desenvolvida era a de que os problemas sociais experimentados nos últimos anos, nos governos do PT, eram frutos do desinvestimento do orçamento público que estaria sendo desviado em esquemas de corrupção como o mensalão e o caso da Petrobrás, popularmente conhecido como *petrolão*. As manifestações iniciadas em 2015 contra o governo Dilma girou em torno dessa postura, com o destaque para a proibição de bandeiras de partidos políticos e movimentos sociais, em prol de uma bandeira supostamente maior, que agregaria os interesses de todo o país.

Nesse contexto é que surge a palavra de ordem “meu partido é o Brasil”, com os manifestantes comparecendo aos protestos munidos de bandeiras do Brasil e trajados com a camisa verde-amarela da CBF. Essa lógica apropriadora da bandeira do Brasil era utilizada de maneira a passar a impressão que a luta dessa direita organizada era em prol dos interesses maiores para o país. Através dessa lógica eram atraídos para os protestos um grande número de pessoas que não necessariamente sabiam das reais motivações por trás das manifestações.

A principal característica dessa concentração das pautas em nome da defesa do país é a impressão de que nesse escopo não é defendido nenhuma ideologia, já que isso seria algo *natural* para todos os cidadãos, defender o seu país a qualquer custo. Esse aspecto é uma expressão do processo de *desideologização* tratado por Lukács em sua ontologia ao discutir o caráter alienante da ideologia. Esse processo, discutido pelo autor através da ciência, seria a generalização do neopositivismo, convertida em *slogan da moda*.

Assim, a desideologização representa uma característica da manipulação que coloca para o sujeito uma visão de mundo governada pelo individualismo, o descolando subjetivamente da sociedade em que se encontra e motivando seus interesses a partir de sua particularidade. Apesar de a formulação teórica e de se propor contra a concepção de ideologia

Ela, de fato, segundo sua determinação social de ser, é igualmente uma ideologia, todavia com uma qualidade peculiar. Enquanto, a saber, no dirimir de todo conflito, a maior parte das ideologias mais antigas — fundadas racional ou irracionalisticamente, honestamente convictas ou demagógicamente vazias — apelavam prevalentemente à generidade dos seres humanos como princípio último decisivo de sua práxis, a desideologização da era da manipulação coloca em movimento quase que exclusivamente o ser humano particular (*partikularen*), atua motivadoramente apenas sobre a visão e instintos dessa particularidade (*Partikularität*). (LUKÁCS, 2018, p. 494)

É interessante pontuarmos esse processo porque experimentamos na contemporaneidade uma ampla difusão de ideias sobre a roupagem *desideologizada*, incluindo o bolsonarismo, mas não apenas. A profusão de ideologias nos momentos de crise econômica, cultural e política auxiliam na atuação prática dos indivíduos das diversas classes sociais e a sua apresentação como algo descolado da definição da ideologia demonstra o papel nocivo que tal ideia pode ter em determinado período histórico. Para Lukács

As consequências de tais abordagens mostram-se já na práxis

científica puramente singular, o lugar central de seu domínio, todavia, é a síntese da ciência até uma imagem de mundo, até a filosofia. Quase todas as crises do pensamento filosófico de nossa época brotam de tais constelações de coisificação, tanto se essa se mostra como perda positivista da realidade e, com isso, perda das ideias, como desideologização manipuladora ou como hipostasiado arbítrio subjetivista e, como consequência, por último, como domínio de um irracionalismo. Também essa coisificação penetra, a partir da vida, no pensamento e não o reverso, ao também ela intensamente desbotar a ontologia da vida cotidiana do presente. (LUKÁCS, 2018, p.598)

Essa discussão nos auxilia a compreender como ocorre o processo de manipulação desempenhado por uma ideologia e como ainda que ela se apresente como algo “vazio” de interesses particulares ou mesmo *apolíticos*, sua forma em si não deixa de desempenhar um papel na resolução de conflitos ou questões na sociedade, exercendo assim, o papel de uma ideologia.

É interessante pontuarmos o caráter falsário dessa defesa contraideológica de um movimento porque denuncia o modo pelo qual a manipulação dos sujeitos acontece nesse ínterim. A ideia de “neutralidade” é algo amplamente defendido por aqueles que através desse filtro desideologizado incorporam no senso comum interesses particulares da burguesia em favor dos lucros do Capital.

Também é importante observarmos que em algumas análises de conjuntura, principalmente sobre momentos tão contraditórios como junho de 2013 frequentemente se concede a ascensão bolsonarista ao que chamam de *vácuo ideológico*, uma espécie de terreno vazio em que o bolsonarismo floresceu justamente pela ausência de ideologias. Tal análise em nossa concepção é equivocada considerando que a ausência de ideologias na sociedade é impossível e em se tratando do Brasil, observamos um ciclo de reatualizações ideológicas, como o anticomunismo, por exemplo. O que na *aparência* parece ser um vácuo de ideologias, é justamente a expressão da desideologização.

No contexto das manifestações pró-impeachment, a bandeira da anti-corrupção foi rapidamente convertida em antipetismo, que por sua vez se transformou em *anti-esquerdismo* e por fim ao *anticomunismo*. Essa transformação se orquestrou no decorrer dos protestos e no agitação realizado pelos militantes dessa nova direita em ascensão, associando cada vez mais a imagem do PT ao comunismo e aos, assim alegados, problemas sociais do país.

Essa centralização do anticomunismo como ideia nos protestos auxiliou no processo de aglutinação das pautas que por ventura poderiam aparecer de forma

difusa. Como observamos no capítulo anterior, a ideologia anticomunista aparece no contexto histórico do país para auxiliar os interesses da burguesia nacional em prol da *ordem* e do processo de maximização dos lucros das elites.

No caso do anticomunismo reverberado nas manifestações pró-impeachment entre 2015 e 2016, observamos sua utilização num processo de radicalização dos protestos, passando assim a ser associado a qualquer pauta progressista em ascensão no país nos últimos anos. Como mencionamos anteriormente, a ascensão de movimentos de cunho conservador no país ocorre como uma resposta ou reação ao avanço de movimentos progressistas como o feminismo, o movimento LGBTQIAPN+ e o movimento negro.

Dentro desse contexto, a mobilização de setores no interior da classe trabalhadora foi importante para levar à diante a mobilização popular contra esses segmentos. Aqui o papel desempenhado pela classe média brasileira foi primordial para conferir legitimidade à agenda golpista orquestrada pela elite e pela mídia brasileira. Nesse caso específico temos uma fração de classe que, alienada de sua identidade enquanto parte da classe trabalhadora, se enxerga como *membro* da classe dominante do país, mesmo estando anos-luz distante da participação da burguesia na apropriação da riqueza socialmente produzida.

Ao se identificar com a burguesia, a classe média absorve os valores e princípios fomentados por ela, servindo frequentemente como *massa de manobra* nos acontecimentos políticos-sociais. Aqui também vale mencionar o caráter desempenhado pelo ressentimento de classe da burguesia, que ao ascender socialmente, ainda que entre estratos no interior da classe trabalhadora, se ressentia da mera *possibilidade* de outros chegarem a conquistar os mesmos benefícios.

É nesse momento que o ressentimento se instrumentaliza contra as pautas progressistas sob a forma do *anticomunismo*, transformando a visão de mundo desses sujeitos para fazê-los enxergar qualquer pauta no campo dos direitos sociais como uma grave ameaça à sua existência:

As frações das classes médias que se bateram contra a invasão de seus espaços de exclusividade e distinção classificaram como “comunistas” as políticas de transferência de renda aos mais pobres, as ações afirmativas que permitiram acesso ao ensino superior por parte de pessoas que de outra maneira não chegariam ali, as políticas de combate à violência contra a mulher, as muitas secretarias e mesmo ministérios voltados para a defesa dos direitos humanos, a legislação de proteção dos/as trabalhadores/as domésticos/as, a valorização do salário mínimo e o crescimento

econômico, que tornaram muito mais caros os serviços domésticos, tanto em função dos salários quanto da escassez de mão de obra numa economia aquecida etc. (CARDOSO, 2020, p.146)

O anticomunismo então aparece como uma forte ideologia que aglutina basicamente qualquer aspecto da realidade a ser rejeitado por quem o assume como visão de mundo, tornando praticamente impossível o diálogo com as diferenças, já que tudo é enquadrado como “ameaça comunista”. Essa concepção ideológica também será central no processo de ascensão bolsonarista e em sua campanha eleitoral, como discutiremos no próximo tópico.

### 4.3 A Imagem Bolsonaro

A figura de Jair Messias Bolsonaro se mostra emblemática na política brasileira e adentrar nos meandros de sua chegada à presidência da república requer um resgate de sua trajetória.

Bolsonaro nasceu em 1955 na cidade Glicério, cidadezinha de pouco mais de 4.000 habitantes no interior do estado de São Paulo. Sua trajetória inicia-se em 1973 quando adentra na Escola Militar de Cadetes de Campinas um pouco antes de atingir a maioridade. No ano seguinte, é aceito na Academia Militar da Agulhas Negras (AMAN), em Rezende no estado do Rio de Janeiro, onde permaneceria e se envolveria em diversas polêmicas.

Conforme discute Carvalho (2019) ao analisar a trajetória do presidente na carreira militar, seu primeiro engodo ocorreu em 1986 após a publicação de um artigo na revista *veja*<sup>37</sup> em que o então capitão cobra ao comando militar o pagamento de melhores salários, principalmente a soldados e oficiais de baixa patente. Por causa dessa publicação, Bolsonaro chegou a ficar preso durante quinze dias no quartel.

No ano seguinte, em 1987, o mesmo veículo publicou reportagem revelando os planos de Jair e de um colega militar, Fábio Passos, de explodir bombas no interior das instalações militares para fazer com que o comando militar se sentisse pressionado a reavaliar os valores dos salários pagos. Apesar de a dupla ter negado a elaboração de tais planos, Bolsonaro foi alvo de uma investigação no conselho de

---

<sup>37</sup><https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>  
Acesso em: 17 Fev. 2023.

justificação do exército, condenado por unanimidade. Após recorrer da decisão ao Superior Tribunal Militar (STM), acabou sendo absolvido por falta de provas.

Com essa ligação militar na sua juventude, Jair ficou conhecido por essa “suposta” defesa dos interesses dos militares, principalmente daqueles que estão nas patentes mais baixas do exército.

Dois anos após os acontecimentos da assim conhecida *Operação Beco sem Saída*, em 1989 Jair inicia seu primeiro mandato político ao vencer as eleições de 1988 para vereador na cidade do Rio de Janeiro. Dois anos após a eleição ele se lança pela primeira vez como candidato a deputado federal também pelo RJ, vencendo pelo Partido Democrata Cristão (PDC) com 67.041 votos.

A partir do primeiro mandato como deputado federal, Bolsonaro defendeu em sua atuação parlamentar a melhoria dos salários dos militares, o controle de natalidade, o fim da estabilidade dos servidores públicos e com isso garantiu a reeleição em 1994 com 135 mil votos, bem mais que o dobro de votos logrados na primeira eleição disputada.

Em 1995 ele muda de partido e se filia ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), se candidatando em 1998 à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, mesmo tendo em sua plataforma política posicionamentos contrários à pauta, como a defesa da redução da maioria para 16 anos, do controle da natalidade como instrumento para acabar com a miséria e a defesa da pena de morte no país. Apesar de tais posicionamentos permeados por polêmicas, para dizer o mínimo, no final de 1988 se reelege novamente com 102 mil votos.

Se consolidando através dessa plataforma de atuação e pela defesa de tais bandeiras, Bolsonaro se mantém com o mesmo patamar de votação, angariando votos mais ou menos nos mesmos nichos em suas campanhas eleitorais:

Em 2002 se reelege pela terceira vez com 88 mil votos, em 2006, após ter trocado de sigla por três vezes, se reelege pela quarta vez com 99 mil votos, e em 2010 pela quinta vez com 102 mil votos. Porém, em 2014, Bolsonaro se torna o candidato a deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, com 464 mil votos, mais de quatro vezes a soma angariada na eleição anterior. Além disso, um de seus filhos, Eduardo Bolsonaro, é eleito pela primeira vez deputado federal, também pelo Rio de Janeiro, com 82 mil votos. (ROCHA, 2019, p. 179)

A eleição de Jair em 2014 foi bastante expressiva em número de votos recebidos, além da eleição de seu filho Eduardo Bolsonaro, o primeiro dos que fariam carreira na política, essenciais para a campanha presidencial do pai.

Em meio a uma atuação parlamentar permeada pela defesa de pautas conservadoras, Bolsonaro e seus filhos sempre rondaram os programas de tv em quadros mais polêmicos como o Super Pop e o CQC, que entrevistaram diversas vezes Jair em nome de um humor de gosto duvidoso, ou o assim chamado *politicamente incorreto*.

Como mencionamos anteriormente, esses parlamentares ganharam notoriedade a partir de tais plataformas e com o auxílio das redes sociais, que rapidamente se tornaram canal de profusão de ideias da nova direita. A partir de 2011, as bandeiras defendidas por Bolsonaro na câmara passaram a ser cada vez mais enfáticas em torno de pautas morais. Como atesta (Rocha, 2019) os discursos passaram a carregar cada vez mais as palavras “tortura”, “direitos humanos”, “Cuba”, “esquerda” e “gays”, de maneira a mobilizar esse novo público adquirido através das audiências dos programas de tv mencionados e das redes sociais, principalmente o *twitter* e o *facebook*.

Em 2011 Bolsonaro aliado a outros parlamentares conservadores barraram a impressão de material a ser distribuído nas escolas, fruto do projeto “Brasil sem Homofobia”. O projeto, que visava promover nas escolas o debate sobre o respeito à diversidade, foi visto como um *incentivador* de práticas homossexuais nas escolas, e apelidado pejorativamente de *Kit Gay*. A mobilização contra pautas de cunho progressista ainda ocorreu na tentativa de impedir a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011 e a aprovação da união civil homoafetiva em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Devido a suas atuações no que tange essas pautas, principalmente durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, Jair e seus filhos ganharam notoriedade como representantes dessa nova direita em ascensão no país. Suas figuras conseguiram reunir em torno de si tanto sujeitos abertamente conservadores como aqueles que ainda na esteira dos acontecimentos de 2013 se identificavam com os valores ideológicos pró-mercado.

Muitos daqueles inclusive que se denominavam ultraliberais passaram a se definir como liberais-conservadores no intuito de deixar explícita a suas bandeiras de defesa das ideias mercadológicas ao mesmo tempo em que defendiam o conservadorismo na pauta dos costumes. Essa adesão do movimento liberal brasileiro ao conservadorismo não se trata de uma característica particular do país, mas de uma tendência histórica dos liberais de aderirem à agenda conservadora em

prol da defesa de seus interesses.

O liberalismo enquanto ideologia burguesa busca sempre servir os interesses do capitalismo, este que é caracterizado por suas crises estruturais em que ocorre a queda das taxas de lucro. Nesse contexto, a depender da própria dinâmica da luta de classes, o ideário liberal pode recorrer a quaisquer instrumentos que sirvam de proteção à propriedade privada burguesa. Assim, a burguesia

Para manter a “liberdade” essencial, a propriedade privada dos meios sociais de produção, não costuma ter escrúpulos em revogar o conteúdo ético- político do liberalismo (“Estado de Direito”, liberdades e garantias individuais, etc.) trocando-o por medidas (e, se necessário, por regimes) de exceção, do “estado de sítio” às ditaduras militares que aplicam a tortura e as execuções sumárias em escala genocida. (MORAIS, 1999, p.18)

É nesse sentido que se observa os assim ditos liberais defenderem em larga escala posicionamentos que vão de encontro aos princípios ideológicos do liberalismo de liberdade individual e serem contra a legalização do aborto, por exemplo.

Essas mudanças ideológicas ocorridas nesse processo se expressaram na troca de partidos de Bolsonaro, seus filhos e de diversos expoentes dessa direita ultraliberal-conservadora. A partir de 2016, Jair e sua prole se filiam ao PSC, partido declarado de direita conservador, que ganhava expressão com a filiação de diversos sujeitos oriundos dessa nova base política formada através das manifestações pró-impeachment e da organização através das redes sociais.

Em 2016, nas eleições municipais, observou-se o avanço de candidaturas tanto do PSC, do PSL e do NOVO, partido criado por João Amoedo em 2015. Esses partidos, incorporaram em seu interior tendências oriundas das manifestações ocorridas entre 2013 e 2015, com ideias pró-mercado, elegendo naquele momento candidaturas diretamente ligadas ao MBL, por exemplo.

A partir de 2017 as disputas internas nos partidos se acirram e Bolsonaro deixa o PSC rumo ao Partido Ecológico Nacional (PEN), rebatizado posteriormente de PATRIOTAS. Entretanto, como atesta Rocha

No início de 2018, o capitão da reserva se desentendeu novamente com as lideranças do Partido Patriota e resolveu se filiar justamente ao PSL, onde estavam os militantes ultraliberais reunidos na tendência “LIVRES”. Refratários ao político, os ultraliberais decidiram então sair do partido e ingressar no Partido Novo, onde se concentra atualmente a maior parte da militância ultraliberal que se reunia nas comunidades do Orkut. (ROCHA, 2019, p.190)

Essa dança de cadeiras executada por Bolsonaro acompanha o processo de maturação de ideias às quais o candidato estava tentando se acoplar, surfando na onda ultraliberal-conservadora que se aprofundava no período pós-golpe de 2016.

O despontamento de Jair e sua prole como representantes dessa nova direita ultraconservadora em ascensão é ampliada pelo *boom* de uma onda conservadora em curso no mundo e que no Brasil se expressa em diversos contornos ideológicos.

Um dos pilares do bolsonarismo se constitui na produção bibliográfica de Olavo de Carvalho, despontado por muitos como uma espécie de *guru* dessa nova direita que se formou a partir de junho de 2013. Formado em astrologia e autointitulado “filósofo”, muito embora não possua nível superior nem tenha reconhecimento da comunidade acadêmica como um autor relevante, consolidou-se nos últimos trinta anos como principal intelectual de diversos grupos ligados ao espectro da extrema-direita no Brasil.

De acordo com Mattos (2020), apesar da ridicularização com que Carvalho é encarado por setores da esquerda, principalmente acadêmica, desde o final dos anos 1980, ele empreende uma crítica conservadora da cena política brasileira, sendo colunista de jornais impressos e posteriormente ganhando notoriedade na internet. A linguagem de seus escritos conecta uma visão de mundo reacionária ao senso comum conservador internalizado por parcelas da população escolarizadas, mas não necessariamente detentoras de algum senso crítico.

A agressividade e o tom vulgar de suas intervenções discursivas e mesmo seus textos impõe uma retórica que vai ao encontro do que tratamos anteriormente ao discutirmos a onda do “politicamente incorreto”. Essa forma de pensar a sociedade e os processos políticos através dessa linguagem vulgar carregada de palavrões e xingamentos criou uma aura de *autenticidade* tanto às ideias contidas nos livros, textos e videoaulas quanto à figura de Jair Bolsonaro, que apropriou-se dessa roupagem.

A produção de Olavo de Carvalho, contém um aspecto central para o bolsonarismo: a reatualização do fantasma do comunismo através do combate ao que eles chamam de *marxismo-cultural*:

As intervenções de Olavo de Carvalho centram-se na ideia de que a esquerda (especialmente após a queda dos regimes socialistas do Leste) passou a investir em uma estratégia de conquista progressiva de espaços no aparelho de Estado e nos meios educacionais/culturais - “marxismo cultural” - de forma a, “sorrrateiramente”, controlar as mentes das massas e os instrumentos

de poder. Assim, Olavo encontrou no avanço eleitoral do PT e nas conquistas de governos pela esquerda reformista na América Latina [...] após a onda neoliberal que se sucedeu ao fim das ditaduras, o alvo objetivo a combater, associando-os, por esse discurso, à estratégia “gramscista” de construção da hegemonia comunista. (MATTOS, 2020, p. 173)

É nesse sentido que a figura de Antonio Gramsci ganha relevo na produção de Carvalho, de modo a denunciar em seus escritos a suposta estrutura de funcionamento do *marxismo cultural*. Para ele a filosofia marxista não seria uma filosofia propriamente dita, mas sim

Uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do ‘senso comum’ a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como ‘burgueses’, valores e princípios milenares” (CARVALHO, 1994, p.70).

Em seu livro publicado em 1994 intitulado *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*, o autor denuncia a ameaça do “gramscismo” à sociedade brasileira, uma estratégia de articulação comunista que oriunda dos escritos do autor italiano desempenharia uma sofisticada cadeia de controle mental responsável por espriar na sociedade ideias comunistas.

Para Olavo, o fato de Gramsci ter elaborado sua contribuição teórica enquanto estava no cárcere, esse inclusive nomeando seus famosos *quaderni*, conferiu às suas ideias um grau de subjetivismo e profundidade que as tornaram mais facilmente absorvíveis e, portanto, mais perigosas.

Segundo o autor, a solidão imposta a Gramsci durante o cárcere fez com que suas reflexões partissem do distanciamento das organizações práticas nas ruas da Itália, conferindo um profundo subjetivismo às suas ideias, carregado de sutileza e mais perigoso para quem tem contato com elas. Para ele, Gramsci, impossibilitado de agir, criou uma estratégia para controlar corações e mentes, imperceptivelmente:

Para contornar a dificuldade, Gramsci concebeu uma dessas ideias engenhosas, que só ocorrem aos homens de ação quando a impossibilidade de agir os compele a meditações profundas: amestrar o povo para o socialismo antes de fazer a revolução. Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem como membros de um Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo capitalista. Assim, quando viesse o comunismo, as resistências possíveis já estariam neutralizadas de antemão e todo mundo aceitaria o novo regime com a maior naturalidade (CARVALHO, 1994, p. 55)

Por essa razão é que Olavo elege Gramsci como o mais perigoso entre os marxistas e vincula sua influência na sociedade brasileira aos partidos políticos de

esquerda e de centro-esquerda. Esse enquadramento do autor italiano como principal intelectual responsável pelas ideias que ecoam nos partidos políticos liga o marxismo não apenas a esses grupos, mas à todas as ideias progressistas fomentadas na sociedade.

A lógica por trás do combate ao suposto *marxismo cultural* é a criação de um espantalho ideológico que abrigaria em seu interior todo corpo de ideias contrárias àquelas que supostamente vão de encontro aos fundamentos da sociedade como a conhecemos. Essa concepção, conservadora da sociedade, argumenta que o marxismo não seria uma filosofia propriamente dita, a partir da qual podemos analisar a sociedade, mas sim uma estratégia sofisticada de manipulação cujo objetivo é destruir os “valores” que fundamentam a nossa sociabilidade.

Para Olavo, esses valores que estariam estruturados na *família*, na *religião* e na *pátria*, seriam naturais na sociedade, algo impossível de ser desconstruído e sequer criticado. Por essa razão é que o marxismo para ele se trata de

Uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do ‘senso comum’ a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como ‘burgueses’, valores e princípios milenares.(CARVALHO, 1994, p.70)

O caráter crítico do marxismo é alçado como principal fator que ameaça tais princípios “milenares” da sociedade, com essa concepção fomentando o conspiracionismo reinante no olavismo.

A produção dessa “guerra cultural”<sup>38</sup> não ataca apenas o marxismo, mas acaba por criar uma onda de anti-intelectualidade, reforçada por tais posições contrárias aos debates progressistas travados no interior das universidades e nos movimentos sociais. O discurso anti-ciência ganha força nesse processo, pois segundo Carvalho, o conhecimento científico estaria permanentemente contaminado com as ideologias, de esquerda, obviamente, o que prejudicaria a veracidade de suas reflexões. Para o autor a ciência é apenas “um símbolo aglutinador destinado a criar um senso de identidade e autoconfiança nos grupos sociais empenhados em espalhar a ideologia do anticristianismo militante” (CARVALHO, 2013).

O anti-intelectualismo<sup>39</sup>, portanto, no interior da produção olavista, é

---

<sup>38</sup>Aqui pegamos emprestado a expressão utilizada por Rocha (2021) ao analisar a cruzada empreendida pelo bolsonarismo no sentido de eliminar aqueles que não seguem os ditames da cartilha bolsonarista.

<sup>39</sup> É importante ressaltar que o anti-intelectualismo não se configura como propriedade ideológica exclusiva da direita ou de posições conservadoras. Como algo dinâmico, também adentra segmentos progressistas e de esquerda na sociedade.

encorajado e cada vez mais fomentado por teorias e ideias conspiracionistas. Para Olavo e seus seguidores, o suposto fato da ciência estar contaminada pela ideologia comunista desqualificaria o papel de toda a produção acadêmica, daí o fato de a absorção de tais ideias provocar tantos ataques às universidades no país.

Esse modo de enxergar a realidade, povoado por um anticomunismo conspiratório, nega a luta de classes como motor da história, que seria segundo Carvalho uma forma de classificar os fundamentos da sociedade como “burgueses” e assim não tratá-los de maneira naturalizada, conforme o olavismo trata:

No olavismo a naturalização de processos históricos empreendidos pelos indivíduos tem por objetivo realizar uma apologia indireta ao capitalismo, de modo a conservar as práticas capitalistas, [...] Para o autor, ecoando as teses que atacam a razão e a modernidade, existiria uma espécie de “fé cega” na ciência que, segundo ele, estaria impregnada de ideologias (na acepção de falsa consciência) e espalhada por toda a sociedade. (CHAGAS, SOUZA, 2022, p.43)

Esse combate sistemático da produção olavista ao pensamento pautado na razão também se traduz no revisionismo histórico proposto no escopo de seus textos e cursos. No caso especificamente da história brasileira, o período que mais detém a atenção é a Ditadura Civil Militar, colocada sob a ótica conspiratória de que inclusive, nunca existiu ditadura no país.

O revisionismo histórico fomentado nesse contexto se alinha aos discursos do próprio Bolsonaro e seus filhos, principalmente se pensarmos na sua atuação parlamentar em defesa dos interesses dos militares. A presença nas manifestações *pró-impeachment* de cartazes e faixas pedindo a volta da ditadura militar, principalmente para a defesa contra um suposto “comunismo” sinaliza o processo de reatualização desse fantasma na história recente brasileira. Para Rocha

As Manifestações de Junho de 2013 abriram a Caixa de Pandora do sentimento antissistêmico, que, por si só, tornou-se, se não um agente político, seguramente uma agência política de força incomum. A vitória eleitoral do Messias Bolsonaro é incompreensível sem esse sentimento, muito embora o capitão seja o gestor de uma franquia muito bem-sucedida: sua própria família. [...], assinalo a convergência, essa sim propriamente brasileira, entre três fatores cuja inter-relação produziu a anomia-Brasil do governo Bolsonaro: pulsão antissistêmica, anticomunismo de almanaque da Guerra Fria e revisionismo histórico do período de chumbo da ditadura militar. (ROCHA, 2021, p. 215)

O anticomunismo resgatado durante as manifestações de 2015-2016 encontrou lugar de propagação nas ideias conspiratórias da doutrina olavista, incorporada por Bolsonaro, seus filhos e aliados. O ataque à razão na perspectiva

olavista contribui para o fomento de um anti-intelectualismo que seria crucial no processo eleitoral de 2018 e se tornaria marca registrada do bolsonarismo: a criação e difusão das *fake news*.

#### 4.4 Eleições 2018 E A Máquina Bolsonarista

Durante as eleições 2018, observamos um aprofundamento do discurso anticomunista difundido por Bolsonaro. Tal aprofundamento foi pautado por uma lógica auxiliada pelo uso da tecnologia e pelas redes sociais. Durante a campanha de Bolsonaro, utilizou-se de uma máquina precisamente articulada para a criação e propagação das chamadas *Fake News*, notícias e boatos falsos.

Essas notícias falsas, são difundidas através das redes sociais, em especial, grupos de *whatsapp*, de *telegram* e publicações no *Facebook*. Em geral, as notícias veiculadas buscavam criar pânico em torno de pautas morais, grandes aliadas na sustentação do bolsonarismo. Embora tenham ganhado relevo e importância durante o pleito eleitoral de 2018, a criação de fake news já havia sido utilizada por Bolsonaro desde 2010, quando ele denominou de “kit gay”<sup>40</sup> a campanha Escola Sem Homofobia do MEC, que visava combater ao preconceito através de discussões sobre sexualidade nas escolas.

A fake news, inclusive, permanece sendo explorada por Jair enquanto deputado federal, nas suas manifestações em plenário, sendo levada para a campanha presidencial de 2018 ao ponto de aparecer no Jornal Nacional:

Em sua entrevista no dia 28 de agosto de 2018 para o Jornal Nacional da TV Globo, no âmbito da campanha presidencial, Bolsonaro mostrou em rede nacional o livro *Aparelho sexual e Cia*. Um guia inusitado para crianças descoladas, da francesa Hélène Bruller e do cartunista Zep, publicado pela Companhia das Letras, afirmando que ele fazia parte do “kit gay do PT”. Na entrevista Bolsonaro disse que o livro estava sendo distribuído pelo MEC às escolas públicas com o objetivo de “disseminar o homossexualismo nas crianças”, mas o MEC já havia desmentido a notícia em 2016, afirmando que o Ministério da Cultura (e não o MEC) havia adquirido exemplares para algumas poucas bibliotecas, mas que o livro não fora adotado pelas escolas. (CARDOSO, 2020, p. 267)

Essa utilização de uma informação falsa carregada de LGBTQIAPN+fobia tem

---

<sup>40</sup><https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml> (Acesso em: 6 fev. 2023)

por objetivo apelar para os setores conservadores da sociedade a fim de angariar apoio na campanha eleitoral e ao governo em si. A mobilização em torno de uma pauta que inclusive faz menção a uma suposta ameaça às crianças tenta gerar pânico e mobilizar com urgência indivíduos para o combate.

Os elementos mobilizados pela base bolsonarista abarcam temas que são constantemente explorados nas fake news e que dialogam com os grupos que a compõe, como os evangélicos, por exemplo, cujas pautas dos costumes tem maior poder de sensibilização.

Outro exemplo de fake news difundida pela máquina bolsonarista, especificamente na pessoa de Olavo de Carvalho<sup>41</sup>, acusava Fernando Haddad, então presidenciável pelo PT no pleito de 2018, de incentivar o incesto num livro publicado. O livro em questão, chama-se *Em defesa do Socialismo: por ocasião dos 150 anos do manifesto* publicado em 1998. Conforme a análise olavista, no livro o petista atualiza as estratégias do manifesto comunista de 1848, sugerindo “derrubar o tabu do incesto” e assim reformular as bases morais da sociedade, sendo Haddad, portanto, um “monstro de frieza” representante de uma “visceral perversidade”<sup>42</sup>.

A análise olavista, utilizada como fake news na campanha difamatória do candidato petista, foi desmentida, já que segundo ele o livro em questão discute estratégias para subverter o conservadorismo, entre elas a educação e a liberdade sexual dos jovens. Essa associação entre comunismo e perversão, sugerindo que o pensamento marxista seria responsável pela destruição das bases morais da sociedade, é amplamente utilizada pelos bolsonaristas. Segundo seus apoiadores, orgulhosamente autodenominados conservadores, o comunismo seria a principal ameaça à família, responsável por corromper as crianças e os jovens e por destruir a sacralidade do casamento, instituições essas, *naturais* na sociedade. Não à toa, outras fake news espalhadas durante a campanha presidencial de 2018 pela máquina bolsonarista dão conta de que o PT distribuiria “mamadeiras de pirocas”<sup>43</sup> nas escolas para crianças e de que Haddad seria responsável por “legalizar a pedofilia”<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup>Link do Vídeo em que Olavo profere inverdades acerca do livro de Haddad: <https://www.youtube.com/watch?v=6ee7V-mwGI0> Acesso em: 6 fev. 2023.

<sup>42</sup><https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-novo-texto-olavo-de-carvalho-chama-haddad-de-monstro-de-frieza-e-premeditacao.shtml> Acesso em: 6 fev. 2023.

<sup>43</sup><https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghtml> Acesso em: 17 Fev. 2023.

<sup>44</sup><https://veja.abril.com.br/coluna/me-engana-que-eu-posto/projeto-nao-torna-pedofilia-ato-legal-nem-t-em-participacao-de-haddad/> Acesso em: 6 fev. 2023

A chamada pauta dos costumes foi então protagonista na formulação de fake news pela máquina bolsonarista, utilizadas para sustentar o combate à fantasiosa “ideologia de gênero”, um carro chefe das informações falsas, que inclusive perdura fortemente até os dias atuais. A campanha bolsonarista começou a propagar tal informação falsa a partir da polêmica envolvendo o pejorativamente apelidado de “kit gay” mencionado anteriormente. Nesse contexto, criou-se uma urgência em setores conservadores no sentido de combater na sociedade as discussões envolvendo gênero e sexualidade, que propõe uma reflexão sobre os papéis historicamente impostos aos indivíduos, que contribuem para a perpetuação das diversas formas de opressão na sociedade.

A “ideologia de gênero” segundo a máquina bolsonarista, faria parte da tentativa de implantar o *marxismo cultural* e assim destruir os papéis “naturais” ocupados pelo homem e pela mulher na sociedade, ameaçando assim “a família e os bons costumes”. De acordo com Miguel (2021), a ideologia de gênero

Trata-se de uma banalização e desvirtuação da discussão teórica sobre “gênero”, termo que ganhou curso a partir dos anos 1970 para indicar a diferença entre, por um lado, o dimorfismo biológico da espécie humana e, por outro, os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens. A discussão sobre o significado e a operacionalidade desta distinção é ampla, nas teorias feminista e queer, mas creio que seria mais ou menos consensual o entendimento de que, se há uma “ideologia de gênero”, ela consistiria na vigência dos estereótipos que associam automaticamente cada sexo biológico a um conjunto determinado de comportamentos, sensibilidades e papéis sociais. Ideologia, afinal, remete à naturalização do social. Mobilizada por grupos conservadores, no entanto, a expressão “ideologia de gênero” significa exatamente o combate aos papéis estereotipados. Trata-se, assim, de uma ofensiva contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero. (MIGUEL, 2021, P. 3)

Essa tentativa de taxar qualquer debate que vise desafiar as hierarquias tradicionais na sociedade, como a família, a heteronormatividade e o patriarcado, e as opressões que delas derivam corresponde a um movimento de resposta dos setores conservadores aos avanços de pautas que objetivam contestar tais padrões. A aglutinação dessas pautas sob a forma de uma ameaça acaba sendo inserida dentro do combate ao *marxismo cultural*, por facilitar a adesão massiva a um discurso que não deixa margem para processos reflexivos, apenas concordância cega a um inimigo que, de fato, não existe.

Um dos aspectos importantes a ser destacado é que a utilização de fake news na campanha eleitoral não seria possível sem o apoio financeiro de empresários

brasileiros no disparo massivo de mensagens em grupos de whatsapp com essas notícias falsas. Empresas de marketing digital como a *Yacows* e *Kiplix* foram investigadas por fornecerem nomes, data de nascimento e CPF's de cerca de 10 mil pessoas para o cadastro de chips falsos utilizados para criação de contas no whatsapp e disparo de mensagens em massa. Tais dados eram utilizados sem o conhecimento dos sujeitos e serviram ao propósito de alimentar a máquina de campanha bolsonarista de fake news, financiado por empresários através de doações para a campanha de Jair, que aparecia na prestação de contas como “serviços de criação de páginas de internet.”<sup>45</sup>

Apesar de o principal beneficiário das fakes news ser Bolsonaro, diversos outros candidatos, a maioria ligados à direita, também utilizaram-se da divulgação de notícias falsas. Com a formação de uma base articulada de ideias conspiracionistas e anticomunistas, os aliados do ex-presidente sempre buscaram orbitar e fomentar as pautas levantadas pelo clã bolsonaro levando adiante projetos pessoais dentro da política, não à toa a composição do congresso nacional eleito em 2018 foi considerada a mais conservadora desde a redemocratização do país.<sup>46</sup> A influência, portanto, das fake news na campanha eleitoral de 2018 e seus efeitos no resultado do pleito foram bastante significativos:

Em 17 de outubro de 2018, portanto entre o primeiro e o segundo turnos da eleição, a Folha de S. Paulo divulgou o trabalho do grupo de pesquisa “Eleições sem Fake”, da UFMG, que monitorava 347 grupos públicos do WhatsApp analisando o conteúdo que neles circulava. Os grupos tinham mais de 18 mil usuários, que postaram quase 850 mil mensagens, 107 mil das quais eram imagens. Tomando-se as 50 imagens que mais circularam, apenas 4 eram verdadeiras. Dentre as falsas o jornal reproduziu uma foto em que Fidel Castro e Dilma Rousseff aparecem lado a lado, como se celebrassem alguma conquista. E outra em que Lula e FHC aparentemente se preparam para tomar um cafezinho juntos. A foto era verdadeira, mas a legenda dizia que eles se encontraram para roubar bancos. Um survey encomendado pelo site de petições Avaaz ao IDEA Big Data junto a 1.491 brasileiros em novembro de 2018 encontrou que 98% dos eleitores de Jair Bolsonaro foram expostos a uma ou mais notícias falsas, e 90% acreditaram nelas. O coordenador da pesquisa informou que a notícia de que as urnas eletrônicas tinham sido fraudadas no primeiro turno, sem o quê Bolsonaro teria vencido, alcançou 16 milhões de pessoas nas redes sociais 48 horas após o término do primeiro turno. Além disso, 85%

---

<sup>45</sup>Detalhes dos esquemas foram revelados em matéria da *Folha de S. Paulo*: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml> Acesso em 9 fev. 2023.

<sup>46</sup> <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/> Acesso em 9 Fev. 2023.

dos eleitores de Bolsonaro entrevistados viram a notícia de que Haddad implantou o “kit gay” nas escolas, e 84% acreditaram nela. A proporção de eleitores do petista que viram a notícia foi de 61%, mas apenas 10,5% acreditaram nela. (CARDOSO, 2020, P. 270)

É importante ressaltar que a formulação e propagação de notícias falsas não é uma coisa necessariamente nova na cena política, e tal qual o *tea party*<sup>47</sup> estadunidense, a base bolsonarista também importou essa prática dos EUA utilizada na campanha de Donald Trump em 2016, quando se candidatou pela primeira vez à presidência da república pelo Republicanos. Durante a corrida presidencial norte-americana, diferentemente do Brasil, cujas redes sociais usadas foram o *WhatsApp* e o *telegram*, a principal ferramenta de propagação de fake news foi o *Facebook*, sendo seu principal articulador Steve Bannon:

Bannon se destacou recentemente nos EUA por três razões principais: é um dos mais importantes representantes de seitas supremacistas que disseminam ideologias e práticas racistas; foi um dos mais importantes conselheiros políticos de Donald Trump na sua campanha política e no início do seu governo; e é um dos principais organizadores de empresas que se utilizam das redes sociais para fins políticos. Por meio da plataforma do Facebook, Bannon conseguiu estabelecer uma organização extremamente eficiente, identificando, mapeando e estimulando comportamentos agressivos. (WELLEN, 2019, p. 108)

Bannon, articulador da campanha trumpista acabou por estreitar os laços com a família Bolsonaro e influenciou fortemente na estratégia de campanha de Jair em 2018, sendo exaltado publicamente por Eduardo Bolsonaro pelo seu papel no “combate ao marxismo cultural”<sup>48</sup>. Esse empenho do clã bolsonaro em importar as estratégias de campanha da extrema-direita norte-americana teve por objetivo realizar em território nacional a mesma estratégia de manipulação política vitoriosa lá. Essa manipulação através das fake news contou com o aparato articulado de redes sociais e com o financiamento de empresários que viram em Bolsonaro o ideal de político para levar adiante seus interesses particulares.

A manipulação política através de notícias falsas, cria o terreno ideal para que um determinado viés político, nesse caso o bolsonarismo, se torne representante da

---

<sup>47</sup> O *Tea Party* foi um movimento conservador surgido nos EUA em 2009 influenciada por políticos do Republicanos. Caracterizado por uma série de protestos contra o governo de Obama e a implantação do chamado *obamacare* (uma lei criada para tornar mais acessível à saúde no país), as ideias reverberadas entre os manifestantes defendiam o conservadorismo e acusavam Barack de comunista, além de pregarem um fundamentalismo cristão. O Tea Party estadunidense serve de inspiração para muitos intelectuais da direita brasileira, como Rodrigo Constantino (2013) que defende a implementação de suas ideias aqui.

<sup>48</sup><https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>  
Acesso: 10 Fev. 2023

única saída a todas as “atrocidades” propostas pelos demais sujeitos presentes na sociedade. As fake news utilizam como meios de se propagar não só aspectos da ideologia anticomunista, na criação de pânico moral, mas também elementos constitutivos da vida cotidiana que dão fluidez às alienações proporcionadas nesse processo, como o senso comum, por exemplo.

Como tratamos no segundo capítulo, o senso comum é elemento formado na vida cotidiana quando do processo de cristalização de mediações, de maneira a subsidiar as ações dos indivíduos em suas vidas. O senso comum, então, acaba por constituir e auxiliar as mais variadas ideologias a se propagar, e no caso do bolsonarismo facilita a formação do sincretismo, atuando na adesão a inúmeros elementos ideológicos.

A utilização das fake news nesse caso recorre ao senso comum através de sua manipulação na sociedade brasileira, já que como ele compõe o pensamento cotidiano, ele encontra-se em estreita relação com outras dimensões ideológicas, como a religião. Nesse processo de cristalização das mediações, próprio do senso comum, as reflexões acerca da realidade não são incentivadas, pelo contrário, é necessário que exista a aceitação passiva de qualquer elemento apresentado aos sujeitos que absorvem essas dimensões e reproduzem o comportamento determinado.

Esse é um dos motivos pelos quais as fake news encontram terreno fértil para se proliferar, pois, ao mesmo tempo, em que o conteúdo ideológico delas se baseiam num anticomunismo e num suposto combate ao marxismo cultural que mobiliza historicamente a sociedade brasileira, elas também se beneficiam da composição cotidiana marcada pela imediaticidade e o senso comum, em que os sujeitos não buscam (e muitas vezes não tem tempo de) refletir acerca das informações, notícias e ideias que lhes são apresentadas, apenas aceitam o que lhes é proposto.

O senso comum na sociedade brasileira é responsável pela *naturalização* de diversas ideologias que compõem estruturalmente nossa formação ideal, como o racismo e o machismo. Não coincidentemente, ambas estão presentes no conteúdo ideológico das bandeiras defendidas pela base bolsonarista e, portanto, também compõem o sincretismo. A defesa da família e as diversas fake news em torno da suposta ameaça que o comunismo representa a ela se baseia nessa noção naturalizada do patriarcado na sociedade, corroborada pelo senso comum. Assim

como promessas de campanha como a diminuição da maioria penal e o jargão “bandido bom é bandido morto<sup>49</sup>” estimulam o senso comum que atribui a criminalidade à falta de punição e ignora o racismo que atravessa o sistema penal brasileiro, marcado pelo encarceramento em massa de jovens negros e periféricos.

Esse inclusive é um dos aspectos mobilizados pela base bolsonarista: a utilização da pauta da segurança pública para atrair simpatizantes, uma vez que Bolsonaro tem uma trajetória ligada à pasta e ao Exército, sendo ele autor de projetos de lei em benefício de militares. Na opinião pública, um dos ampliadores do discurso de ódio são os chamados programas “pinga-sangue<sup>50</sup>”, atrações sensacionalistas de cunho policiaisco que buscam narrar os acontecimentos cotidianos envolvendo segurança pública e formam a opinião dos telespectadores no sentido de fomentar o discurso de ódio e punitivista envolvendo não só os envolvidos em crimes mas também aqueles que zelam pela preservação dos Direitos Humanos, por exemplo.

Programas como “Brasil Urgente” apresentado pelo jornalista José Luiz Datena influenciam a opinião pública *ensinando* como devem ser tratados tanto os bandidos quanto os “defensores de bandido”, inflamando os telespectadores a apoiarem ideias autoritárias como a pena de morte e a defenderem a violência policial e o encarceramento em massa. Para Mattos (2020), a manipulação da violência é uma das responsáveis pelo “cimento ideológico” da popularidade de Bolsonarista

Desde sempre, Bolsonaro vinculou-se ao discurso reacionário de resposta à violência cotidiana nas cidades brasileiras através da violência estatal, ou miliciana, na fórmula ‘bandido bom é bandido morto’. Na campanha, o gesto imitando uma arma tornou-se a marca registrada do candidato e seus apoiadores. A proposta de mudar a legislação para facilitar compra, posse, porte e uso de armas foi um dos carros-chefe de seu discurso. Nisso, a ideologia bolsonarista se acopla a uma longa trajetória de exploração política e midiática da violência do Estado e do exercício da ‘justiça privada’ pelos ‘cidadãos de bem’ como melhores respostas ao cotidiano violento das grandes cidades brasileiras. (MATTOS, 2020, P. 180)

<sup>49</sup> Expressão de uma lógica punitivista e justiceira, é ecoada pela base bolsonarista para justificar e apoiar a violência perpetrada pela Polícia Militar. Fazendo coro à frase também proferida em diversas ocasiões por Jair ao mencionar mortes em abordagens policiais, “CPF cancelado” também representa essa visão da sociedade de que a saída para melhorar a segurança pública é mais violência, nesse caso institucionalizada através da polícia.

<sup>50</sup> Uma análise interessante de como os programas de cunho policial e sensacionalistas mobilizaram uma base de ódio e encontraram lugar privilegiado entre os fundamentalistas religiosos pode ser encontrada em matéria do Intercept Brasil: <https://theintercept.com/2020/08/28/programas-pinga-sangue-evangelicos-fundamentalistas-crentes/> Acesso em: 17 Fev. 2023.

Outro elemento que se relaciona diretamente com o senso comum é a centralidade da religião no processo de formação do bolsonarismo. A presença do eleitorado e apoio evangélico fez parte da base bolsonarista muito antes das eleições de 2018, se aproximando da agenda de Jair a partir de suas aparições públicas e suas declarações em defesa da família e se colocando tanto contra o “marxismo cultural” quanto da “ideologia de gênero”. Assim como as diversas mudanças de partido em busca do que melhor acomodasse seus objetivos na política, Bolsonaro também declarou-se por vezes católico, outras vezes frequentador da Igreja Batista e durante 2016, durante o Golpe de Dilma, foi batizado nas águas do Rio Jordão<sup>51</sup> pelo pastor e presidente do PSC Everaldo, membro central da Igreja Assembleia de Deus.

Um massivo apoio religioso que dá sustentação à base bolsonarista é a presença do conjunto de igrejas *neopentecostais*, sendo a principal delas a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), presidida por Edir Macedo:

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é um complexo que envolve um império midiático não voltado apenas à propagação de seus preceitos religiosos e morais e ao proselitismo, mas também como a expressão do crescimento extraordinário evangélico no Brasil, em especial o do neopentecostalismo, cujo cerne está na Teologia da Prosperidade e da Saúde. [...] É uma igreja-empresa, cujo poderio se espalhou especialmente nas periferias brasileiras e chegou à esfera pública, à política institucionalizada, por meio da eleição de pastores e de adeptos que a representam no Congresso Nacional e em municípios e estados brasileiros. Portanto, com o elevado número de adeptos e com o império midiático que tem, a IURD aparece – ao lado da Assembleia de Deus, a mais antiga igreja pentecostal brasileira – como um espaço para recrutar eleitores e ampliar a imagem de candidatos que dela se aproximem e que ofereçam a manutenção e ampliação desse poderio. (PINEZI, 2019)

Essas relações que as igrejas constituem com diversos políticos tem por objetivo influenciar nas decisões políticas do país, fazendo prevalecer os interesses particulares de seus principais líderes, com o discurso disfarçado de defesa dos “interesses de Deus”. Essa mobilização das igrejas em torno de formar uma base política que os represente não é um fenômeno isolado, mas algo que outros setores da sociedade também fazem, a exemplo dos representantes do agronegócio, políticos apoiados financeiramente por essa parcela e que buscam defender os interesses desses sujeitos nas votações. A mobilização inclusive de grupos na

---

<sup>51</sup><https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html> Acesso em 13 Fev. 2023.

câmara dos deputados fez surgir a alcunha de *bancada BBB*, representando a reunião de parlamentares em grupos defendendo interesses religiosos (Bíblia), dos ruralistas (Boi) e dos armamentistas (Bala).

No caso do apoio à campanha bolsonarista, as igrejas neopentecostais foram importantes no sentido de influenciar os eleitores a aderirem ao ideário de Jair, além de auxiliarem na ampliação do pânico gerado pelas fake news. Assim como mencionado no primeiro capítulo, ao discutirmos o papel exercido pela religião durante a Ditadura Militar Brasileira, também na conjuntura recente observamos a aproximação entre a igreja e extrema-direita, fornecendo suporte ideológico na cruzada anticomunista perpetrada por Bolsonaro e seus aliados.

Entre as notícias falsas espalhadas pela campanha bolsonarista, as que giram em torno da pauta dos costumes são as que mais causam pânico e histeria entre os evangélicos, o fantasioso “Kit gay”, o avanço do suposto “marxismo cultural” e tudo o que dele pode vir, e aqui podemos inserir qualquer teoria conspiratória, desde a “legalização da pedofilia” até a “mamadeira de piroca”. A organização evangélica no país e sua expressividade em número de votos e parlamentares eleitos não deve ser entendida apenas como uma manipulação de uma base homogênea via fake news, uma vez que em suas diferentes expressões<sup>52</sup>, as igrejas enquanto instituição na sociedade possuem um projeto de poder, visando avançar o fundamentalismo religioso no país. Se configurando como uma expressão ideológica que também compõe o sincretismo bolsonarismo

O fundamentalismo religioso se caracteriza pelo apego à ideia de verdade absoluta. Para o fundamentalista religioso, a bíblia detém a verdade absoluta e essa verdade é incontestável, isso envolve desconsiderar toda e qualquer possibilidade de questionamento acerca da veracidade de um dogma, assim como exclui a possibilidade de que a bíblia seja passível de diversas interpretações. Interpretações estas que podem variar de acordo com o contexto histórico e social. Em suma, o fundamentalismo religioso é a concepção que impede o pleno convívio entre as diferenças, sejam elas em relação à religião ou qualquer outra forma de visão de mundo, ou forma de existir no mundo que não esteja conforme uma

---

<sup>52</sup> “As diferentes denominações (protestantes históricas, pentecostais e neopentecostais) possuem distintas concepções religiosas e políticas. Considerada essa heterogeneidade, por certo ainda mais expressiva quando temos em vista as ideias de dezenas de milhões de fiéis, predominaram ao longo das últimas décadas elementos de uma concepção teológico-política conhecida como ‘teologia da prosperidade’, que sustenta uma ideologia de adaptação à ordem por meio da ideia de esforço individual e alicerça a expansão empresarial das igrejas em diversos setores econômicos, particularmente no das comunicações. Tal inserção está acoplada a um projeto político orientado para a ocupação de espaços no aparelho do Estado por parte das lideranças religiosas.” (MATTOS, 2020, p. 179)

determinada leitura da bíblia. (Lowenthal, 2020, p. 57)

Essa perspectiva contida no fundamentalismo religioso, da adoção de uma verdade impossível de ser contestada, casa perfeitamente com a função exercida pelas fake news durante a campanha, de uma vez conectando o PT ao comunismo, culpabilizá-lo por qualquer coisa que possa mobilizar votos. Essa perspectiva, também cimentada pelo senso comum, influenciou uma onda anti-intelectual na sociedade, em que o conhecimento científico é condenado a tal ponto que até mesmo a sugestão de verificação de fatos, algo que desmontaria uma notícia falsa, é tratado como algo absurdo.

O eleitorado evangélico apoiador de Bolsonaro foi decisivo no resultado das eleições de 2018, uma vez que no segundo turno, em pesquisa divulgada pelo Datafolha, o número de votos que Bolsonaro obteve entre o eleitorado evangélico, em suas múltiplas determinações (11, 6 milhões) foi maior que a diferença total de votos registrada entre o candidato e Fernando Haddad no resultado final: 10,7 milhões de votos.<sup>53</sup>

O papel da religião na campanha bolsonarista acaba por extrapolar os limites da defesa dos interesses religiosos e assume contornos preocupantes quando os fiéis passam a enxergar na figura de Jair um novo “messias” representante na terra não só da verdade absoluta, mas também o único capaz de frear os supostos planos do comunismo de dominação mundial. Nesse aspecto, o bolsonarismo, enquanto sincretismo ideológico, abarca em seu escopo um aglomerado de elementos ideológicos e culturais que, uma vez absorvido por seus seguidores, adquire nuances delirantes, típico do comportamento de seita que observamos nos assim chamados *bolsominions*<sup>54</sup>. Essa característica do delírio que por vezes observados nos apoiadores mais ferrenhos de Bolsonaro é

uma construção organizada como um sistema, com lógica própria, embora pareça simplesmente uma narrativa absurda. Estamos falando de uma construção paradoxal. De algo incrível, inacreditável e, mesmo assim, objeto da crença de seu autor. E de seus seguidores. (TIBURI, 2019, p. 15)

Essa lógica delirante é possibilitada pela presença da religião nesse

<sup>53</sup><https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro> Acesso em 16 Fev. 2023

<sup>54</sup> O termo *bolsominion* inclusive se popularizou para definir os apoiadores de Bolsonaro e sua trupe. Com função pejorativa, o termo surge da junção de “Bolsonaro” e “minions”, personagens da franquia “Meu malvado favorito” da *Universal Studios* que são seguidores do vilão “Gru” e agem como servos, o auxiliando em todos os seus planos maquiavélicos.

sincretismo, uma vez que ela fornece a perspectiva da crença inabalável em algo que parece não só absurdo, mas que também carece de provas na realidade material. São por esses motivos que as mais fantasiosas falsidades são absorvidas com tanta facilidade entre os apoiadores de Bolsonaro, são utilizadas como combustível para levar adiante não só os votos em candidatos de extrema-direita, mas também em ações violentas e persecutórias a qualquer um que ouse contestar as “verdades” proferidas entre eles.

Nesse capítulo buscamos elencar alguns elementos que compõem a base sincrética ideológica do bolsonarismo, partindo dos elementos conjunturais presentes nas manifestações de Junho de 2013 e a ascensão de Jair enquanto representando de uma direita que se organizava no país. A partir disso demonstramos como o discurso da anticorrupção se converteu em anticomunismo e como ele foi potencializado pela produção bibliográfica de Olavo de Carvalho, no sentido de associar as ideias de esquerda ao suposto perigo do marxismo cultural. Por fim, analisamos como o anticomunismo se desenhou na campanha eleitoral bolsonarista no conteúdo ideológico da criação de *fake news*, com adesão facilitada pelo senso comum e pelo papel da religião enquanto ideologia alienante.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida nos levou a algumas conclusões relevantes para a produção de conhecimento. Ao refletirmos sobre as proposições de pesquisa que nos levaram à elaboração desse trabalho chegamos a algumas conclusões aproximativas.

O objetivo central do presente trabalho foi o de analisar o bolsonarismo como sincretismo ideológico na contemporaneidade a partir do processo de decadência ideológica da burguesia nacional. Para tanto buscamos tomar como ponto de partida, as bases ideias da formação sócio-histórica brasileira, analisando os elementos constitutivos da base material marcada pelo processo de colonização. Essa análise partiu do pressuposto de que a formação econômica brasileira, no quadro geral do desenvolvimento capitalista, fornece importantes aspectos para compreendermos o aparato ideológico construído sob a forma de estrutura de consciência e que seria relevante para traçar uma linha até o bolsonarismo enquanto sincretismo ideológico.

No primeiro capítulo, buscamos então demonstrar como ocorreu processo de colonização e como isso contribuiu para a formação de uma *ideologia do colonialismo* (Sodré, 1961), facilitadora da transplantação dos aspectos superestruturais de um país colonizador para aqueles que são objeto de sua colonização. Nesse sentido, os elementos da colonização portuguesa e os caminhos traçados para a independência nacional acabam por comporem o processo de formação do Estado brasileiro, fazendo-lhe assumir contornos autocráticos.

Ao discutirmos como se deu a emancipação e o caráter assumido pelo Estado brasileiro, discutimos brevemente as vias de desenvolvimento capitalista a partir de suas características político-ideológicas, contribuindo assim para o melhor entendimento do capitalismo no país. Diferentemente do caminho *clássico* em que o capitalismo se desenvolveu em alguns países centrais, na realidade brasileira esbarramos na particularidade de sua formação sócio-histórica, anteriormente resgatada também no início do capítulo, e que resulta num desenvolvimento com características denominadas de *via prussiana*. Nesse caminho ocorre o abandono pela burguesia de sua tarefa histórica no processo revolucionário, simultaneamente, em que se busca o rompimento com a ordem feudal.

Nesse desenvolvimento social o país, nesse caso o Brasil, acaba por não romper totalmente com a estrutura social até então desenvolvida, e ocorre um pacto conciliador entre o arcaico e o novo. Ao buscarmos discutir esse processo para delinear a formatação do Estado nacional, fizemos o resgate da análise lukacsiana da história alemã, também caracterizada pela *via prussiana*, e que fornecesse uma base histórica para compreendermos como a partir de tal processo conciliador é que se forma um aparato estatal capaz de manipular as massas.

Na sequência do capítulo buscamos apresentar a formação do caráter autocrático da dominação burguesa e de que maneira isso resultou numa estrutura de consciência contrarrevolucionária. Para isso lançamos mão das contribuições de Fernandes (2020) ao apresentar as funções que a dominação burguesa assume para o desenvolvimento de uma *solidariedade de classe*, fazendo com que exista uma unidade na burguesia mesmo tendo uma composição heterogênea quanto a suas visões de mundo.

Nesse ínterim é que se forma o caráter autoritário da burguesia, enquanto ela enxerga na saída autocrática a possibilidade de exercer sua dominação sobre as demais classes, ainda que possua internamente seus próprios conflitos. Na formulação ideal em que se estrutura o Estado autocrático é que se desenvolve a consciência contrarrevolucionária da burguesia, caracterizando-a como uma burguesia com aspirações ditatoriais, que enxerga nos militares aliados para exercer o controle da sociedade.

Na sequência do capítulo buscamos discutir o processo de formação do anticomunismo no Brasil, principalmente enquanto uma ideologia exógena à nossa formação, cuja influência é trazida pelo contexto da Revolução Bolchevique de 1917. Essa ideologia serviu desde sua inserção na sociedade brasileira como uma consciência auxiliar do ideal contrarrevolucionário burguês, fornecendo combustível para inflar os ânimos e agir de maneira violenta e autoritária contra aqueles que buscavam contestar a dominação burguesa. Nesse sentido, a Ação Integralista Brasileira foi essencial na criação de uma mentalidade anticomunista no país, cuja crítica abordamos com o auxílio das reflexões de Chasin (1978).

Com o resgate do papel da AIB pudemos constatar as raízes históricas do anticomunismo que se mostra fortemente na atualidade, bem como observamos como tal ideologia se utiliza da elaboração de um “inimigo” a ser combatido e que

como tal, ameaça os valores que seriam basilares da sociedade: a pátria, a família e a religião, lema que também ecoa até os dias atuais.

Na sequência discutimos a presença do anticomunismo nos momentos preparatórios para o Golpe Militar de 1964, destacando a propaganda anticomunista divulgada em jornais e revista, que classificava como perigosa a política de relações exteriores do governo Jango, principalmente sua aproximação com a União Soviética. Tal aproximação foi mal vista, uma vez que naquele momento histórico, marcado pela Guerra Fria, havia um esforço por parte dos EUA de combater o avanço das ideias comunistas no mundo.

No caso brasileiro, aconteceu um forte financiamento do empresariado na publicação de literatura e folhetos anticomunistas, bem como a articulação de diversas organizações, em várias partes do país, na militância contra o comunismo. A presença do IBAD e do IPES nas ações de divulgação de literatura e propaganda anticomunista expressa não apenas o empenho do empresariado nacional para combater ideias radicais no país, mas também o esforço de conferir cientificidade a essa concepção de mundo. Estruturar o combate ao comunismo na apresentação sistemática dos supostos perigos que ele apresenta contribui para dar sustentação e disseminar o medo e pânico a esse denominado *inimigo* da nação.

No tópico seguinte do capítulo discutimos a importância da religião na difusão do anticomunismo na sociedade, partindo de suas primeiras aparições nas encíclicas papais divulgadas pela igreja católica na figura do papa Leão XIII. A religião em sua dimensão ideológica contribuiu historicamente para a construção da imagem demoníaca e maléfica do comunismo, ao mesmo tempo em que também defendia a propriedade privada e passividade da classe trabalhadora em relação às expressões da Questão Social vivenciadas.

Durante a Ditadura Militar a religião, principalmente católica, desempenhou um importante papel na mobilização de sujeitos ao combate do comunismo no país, de tal maneira que a histórica marcha realizada em março de 64 chamou-se “Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade”. No final do primeiro capítulo discutimos também o significado do Golpe e a instrumentalização das forças armadas nesse processo que tinham objetivos claros de adequar os padrões de desenvolvimento nacional à dinâmica capitalista internacional, imobilizar as forças de resistência a esse processo e combater em todo o mundo as tendências político-ideológicas que

se apresentavam como alternativas ao modo de reprodução capitalista. (Netto, 2014)

Esse processo foi possível através da instrumentalização das Forças Armadas do país e do auxílio da burguesia nacional, que com o seu caráter autocrático é suscetível à saídas antidemocráticas para a resolução de crises que possa enfrentar. Nesse ínterim é que o anticomunismo aparece como uma importante ideologia para causar temor e pânico na sociedade, que não compreende inteiramente como sequer funciona o comunismo e acredita em qualquer absurdo plantado pela máquina de propaganda burguesa.

No segundo capítulo, ao resgatarmos o debate da ideologia no interior do marxismo, buscamos contribuir para a discussão dessa categoria, ressaltando o caminho escolhido como chave de análise do bolsonarismo. Dessa forma, mencionamos a polêmica que envolve a questão da *falsa consciência*, representante da versão *restrita* da ideologia, conforme elaboração marxiana na Ideologia Alemã, em que a ligação entre ideologia e classes sociais conferiu um caráter estritamente negativo à ideologia, sendo percebida como um instrumento de dominação de uma classe sobre outra.

Ao resgatarmos tal polêmica em torno da falsa consciência e da concepção restrita da ideologia, conseguimos evidenciar no percurso da discussão a concepção ideológica que nos é mais cara e que acabou por ser central para a análise do bolsonarismo, a visão *ampliada* da ideologia, cujas principais contribuições partem da *ontologia do ser social* de Lukács (2018).

Através do resgate ontológico que realizamos, foi possível a inserção de categorias de análise como *pôr teleológico*, *alternativa*, *processualidade histórica*, *momento ideal*, categorias essas que permitem uma gama de mediações necessárias à compreensão do fenômeno bolsonarista em sua dimensão ontológica na realidade. Com o auxílio dessas categorias chegamos à discussão da vida cotidiana e as dimensões que a compõem, através das quais as ideologias se propagam e se sustentam na reprodução social. A problematização da *imediatez* e da *espontaneidade* contribuem para compreendermos como se formam estruturas de pensamento na cotidianidade e como elas auxiliam os indivíduos a perceberem a realidade em que estão inseridos e como agir diante das questões que lhe são impostas diariamente.

Esse processo de resgate ontológico da cotidianidade foi importante para entendermos como se estrutura o sincretismo ideológico, apoiado em dimensões da materialidade que nem sempre são discutidas e problematizadas em análises sobre fenômenos políticos. Nesse contexto, a conceituação do sincretismo através da decadência ideológica foi possibilitada também pela discussão da vida cotidiana, uma vez que um componente ontológico compósito da cotidianidade e que contribui para a formação de sincretismos é a *heterogeneidade*.

A heterogeneidade nesse caso é essencial para a formação de sincretismos ideológicos, uma vez que dela brotam as tradições, ideias, hábitos e costumes que acoplados mutualmente formam o sincretismo a vida cotidiana. Ao discutirmos essa característica da cotidianidade que auxilia o sincretismo pudemos auferir sua intensificação através do processo de decadência ideológica, especialmente pelo caráter de *falseamento* da realidade proporcionado pela elaboração ideal decadente.

A concepção da realidade pelos indivíduos acaba por ser atravessada por essa noção falseada das coisas, que contribui para obstruir a percepção das contradições do sistema capitalista, fazendo com que os sujeitos passem a aceitar quaisquer explicações sobre sua vida diária e assim *conservar* as estruturas de opressão operacionalizadas pelo Capital. A decadência contribui para o sincretismo também através de sua característica eclética, uma vez que reúne ideias e metodologias diversas, por vezes incompatíveis, para fundamentar a prática dos sujeitos e transformar a visão de mundo apresentada em universal.

Nesse contexto, também se espalhando a todos os âmbitos da vida social, a decadência, através do *falseamento da realidade* e do *ecletismo*, contribui para o afastamento do ser social de uma correta interpretação de sua vivência, o deixando a mercê da compreensão mediada pelo senso comum. O senso comum é um dos elementos que compõe o sincretismo ideológico bolsonarista, já que ele é resultado da cristalização de mediações fixadas em costumes, tradições e hábitos, fazendo com que as visões de mundo que delas derivam sejam determinantes para as ações dos indivíduos.

As discussões que buscamos expor no segundo capítulo desse trabalho teve como objetivo delinear o sincretismo ideológico enquanto categoria de análise do bolsonarismo, trazendo o conjunto de categorias que contribuem para compreendê-lo em sua perspectiva ontológica. Como resultado, obtivemos a relação existente entre sincretismo e decadência ideológica, e a importância da vida

cotidiana no processo de formação do bolsonarismo, principalmente com a contribuição da heterogeneidade e do senso comum.

Ao realizarmos essa incursão ontológica nos fundamentos filosóficos do sincretismo pudemos compreender os meandros de organização da ideologia bolsonarista e os motivos pelos quais ela parece, em sua superficialidade, uma coisa desordenada e até incompreensível. A discussão do senso comum também nos levou a inferir sua influência na presença do anticomunismo no bolsonarismo, principalmente se considerarmos que a cristalização das mediações impostas pelo senso comum dificultam a compreensão de ideias que por ventura possam ser exteriores à realidade dos sujeitos, como as ideias comunistas.

No terceiro capítulo objetivamos elencar alguns elementos que compõe o bolsonarismo, resgatando assim o que chamamos de *caldo cultural*, ou seja, os elementos conjunturais preparatórios que alavancaram a candidatura de Bolsonaro à presidência da república. Para tanto, a discussão inicial do capítulo sobre as manifestações de junho de 2013 foi interessante como ponto de partida imediato da formação da base bolsonarista a partir do processo de organização do Golpe de 2016 sofrido pela então presidenta eleita, Dilma Rousseff.

Esses elementos preparatórios da base bolsonarista, como pudemos inferir, se ancoraram no giro à direita das manifestações, em que pautas ultraliberais e de caráter conservador acabaram por ganhar centralidade no debate público. A chamada pauta dos costumes, influenciou fortemente na radicalidade do pensamento conservador na sociedade, uma vez que eram vistos como ameaças as bandeiras progressistas levantadas pelas mulheres, LGBTQIAPN+, negros, indígenas dentre outras.

Nesse sentido se aliaram as pautas do mercado, ampliadas pelos chamados *think tanks* neoliberais, às visões conservadoras da sociedade, inaugurando a máxima amplamente utilizada “Liberal na economia, conservador nos costumes”. Também a partir das manifestações de 2013 a pauta da anticorrupção voltou à cena pública, quando da ocasião do julgamento do caso do mensalão, sendo associada fortemente ao PT, com amplo auxílio da mídia, que ressoou o discurso que igualhava o partido dos trabalhadores a corrupção no país.

A agenda anticorrupção ganhou ainda mais notoriedade no escândalo de corrupção da Petrobrás, cuja operação deflagrada pela PF, a *lava jato*, acabou por ser utilizada politicamente para ampliar a ideologia da anticorrupção e associá-la ao

PT. A cobertura midiática sensacionalista tomou proporções gigantescas, ao ponto de conferir capital político a figuras como a de Deltan Dallagnol, então procurador do MPF e Sérgio Moro, então Juiz Federal de primeira instância, ambos alçados a posição de “ídolos” da base bolsonarista, justamente pela perseguição que fizeram ao PT e à figura de Lula.

Essa instrumentalização do discurso anticorrupção não apenas pautou a atuação da mídia e dos magistrados envolvidos na Lava Jato, mas também foi essencial na definição da campanha de 2018, uma vez que o então ex-presidente Lula, candidato favorito nas eleições, teve sua prisão decretada por Sergio Moro em 5 de abril daquele ano, impossibilitando sua entrada na disputa contra Bolsonaro. Não coincidentemente, logo após a vitória de Jair, Moro aceita o convite de integrar o governo, sendo responsável pela pasta da Justiça<sup>55</sup>.

No escopo do capítulo, ao discutirmos o papel da ideologia da anticorrupção na formação das ideias bolsonaristas, chegamos a conclusão de sua acoplação às ideias do *anti-esquerdismo* e *anticomunismo*. Esse processo foi influenciado pela atuação da mídia através da maneira com que era abordado o problema da corrupção e sua ligação com o PT e com a esquerda em geral.

O anticomunismo, então, foi utilizado como uma ideologia aglutinadora das diversas pautas reverberadas pela direita, concentrando sobre esse suposto combate todos os aspectos da realidade rejeitados por aqueles que assumem a visão de mundo do bolsonarismo. Nesse contexto, Jair Bolsonaro foi alçado como agente catalisador dessas ideias, principalmente por ele próprio ter uma trajetória de mobilizar essas ideias anticomunistas, de cunho conservador, além de sua vinculação com as forças militares brasileiras.

Como intelectual dessa base bolsonarista, temos a figura de Olavo de Carvalho, que forneceu durante anos, antes mesmo dos eventos conjunturais que levaram Bolsonaro a ser eleito, interpretações fantasiosas acerca da realidade braseira, com seu revisionismo histórico sobre a Ditadura Militar e a escravidão, além da criação fictícia do chamado *marxismo cultural*.

É através da militância e das produções bibliográficas e visuais de Olavo que se aprofunda uma onda de anti-ciência na sociedade, processo esse que se inicia muito antes das eleições de 2018, na forma de revisionismo histórico praticado por

---

<sup>55</sup><https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/01/moro-aceita-convite-de-bolsonaro-para-comandar-o-ministerio-da-justica.ghtml> Acesso em: 1 mar. 2023.

Carvalho, que foi amplamente reverberado nas manifestações pró-golpe de 2016, quando observamos saudosistas da Ditadura e faixas clamando por intervenção militar.

As produções de Olavo foram responsáveis por intensificar também o anticomunismo na sociedade e dar certo grau de “seriedade” ao bolsonarismo, uma vez que ele foi o principal intelectual responsável por fornecer as visões de mundo que mobiliza os seguidores de Jair. O fomento do anti-intelectualismo no percurso da formação do sincretismo bolsonarista também foi responsável direto pelo sucesso das chamadas *fake news* utilizadas durante o período eleitoral.

As notícias falsas divulgadas pela máquina bolsonarista lançaram mão do anticomunismo como condutor dessas informações, uma vez que elas giravam em torno de pautas que supostamente ameaçam as bases da família e da religião. A falácia do “kit gay” e da “ideologia de gênero” foram exemplos de *fake news* utilizadas na campanha para denunciar a fantasiosa implantação do *marxismo cultural*, que se relaciona diretamente com o anticomunismo em voga na sociedade.

Nesse sentido, além do financiamento do empresariado nacional na difusão massiva de *fake news* através do disparo de *sms*, o senso comum também se mostrou em nossa pesquisa, relevante para compreendermos a articulação do sincretismo bolsonarista, principalmente pelo seu papel desempenhado na vida cotidiana com a cristalização de mediações e no auxílio a propagação de ideologias.

O senso comum no caso do bolsonarismo somou-se aos aspectos religiosos da formação de sua base, vinculada às igrejas evangélicas, em especial as neopentecostais, que viam na figura de Bolsonaro um aliado no seu projeto de poder no país, numa tentativa ainda em curso de pautar a política brasileira. A religião então entra no bolsonarismo como linha auxiliar na consolidação do anticomunismo, uma vez que se coloca contra a suposta ameaça comunista no país e dá contornos de seita aos seus seguidores, que enxergam em Bolsonaro um “novo messias” enviado para salvar o país de tal ameaça.

Diante da pesquisa realizada e do percurso trilhado podemos concluir que o bolsonarismo se configura como um sincretismo ideológico, por agregar diversos elementos ideológicos, políticos, culturais e filosóficos que uma vez combinados fornecem aos seus adeptos e seguidores, uma visão de mundo que dá subsídio a suas ações e respostas diante das problemáticas apresentadas na conjuntura.

Podemos inferir também que o bolsonarismo como sincretismo ideológico lança mão do anticomunismo como elemento ideológico agregador das demais visões apresentadas pelo movimento, que também se sustenta nas estruturas de pensamento historicamente constituídas na realidade brasileira: o conservadorismo, o racismo, o autoritarismo, o nacionalismo, sempre amplificadas pela dimensão alienadora do senso comum.

Embora o recorte temporal escolhido para o tratamento do nosso objeto ser entre 2014-2018, podemos também concluir que os elementos aqui abordados como compósitos da base bolsonarista foram ainda mais sentidos nos últimos três anos, quando influenciaram a onda negacionista em torno da pandemia do Covid-19, cujo pensamento anticientífico disseminado por Bolsonaro e sua trupe, provocou a morte de 690 mil pessoas no país<sup>56</sup>. As tragédias resultantes do governo de Jair e das ideias sobre as quais se sustentou ainda estão longe de serem totalmente conhecidas e o rastro de devastação custará muito para ser superado, como a questão do Yanomâmi<sup>57</sup>, um dos exemplos mais estarrecedores da política de morte executada por Bolsonaro.

A caracterização do sincretismo bolsonarista também nos leva a concluir que o corpo de suas ideias e elementos constitutivos não se resumem e se extinguem quando da saída de Bolsonaro do poder, uma vez que as visões de mundo defendidas pelos seguidores do intitulado “mito” também são parte da formação ideal brasileira, o principal exemplo sendo o ataque sistemático que se faz a Democracia e as suas instituições.

---

<sup>56</sup>De acordo com estudo divulgado pela revista britânica de medicina *Lancet*, a influência de Bolsonaro em determinada região esteve diretamente relacionada com o número de mortes registrados pela Covid-19 naquela localidade. Quando os apoiadores do ex-presidente passaram a ser influenciados pelo discurso negacionista, as mortes aumentaram nas regiões do sul e sudeste, por exemplo. Algo que ocorreu de forma contrária nos estados do Nordeste, cujo apoio a Bolsonaro é menor, fazendo com que a mortalidade por Covid fosse menor, uma vez que suas ideias não tinham tanta força. O estudo pode ser lido em [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00038-2/fulltext#seccesectitle0022](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00038-2/fulltext#seccesectitle0022) Acesso em: 4 Mar. 2023.

<sup>57</sup> A tragédia humanitária que ocorre na maior terra indígena do país e que ganhou a mídia nas primeiras semanas de 2023 é fruto da negligência do governo Bolsonaro, que facilitou o garimpo ilegal de ouro e cassiterita na região que abrange os estados do Amazonas e de Roraima, propiciando um território desprotegido onde se operavam todo tipo de violência contra o povo Yanomami, desde ameaças de morte até violência sexual contra mulheres e crianças. Além de uma desproteção social que levou à morte cerca de 570 crianças, vítimas de desnutrição e de malária. Os detalhes da crise humanitária podem ser lidos em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercurio-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml> Acesso em: 4 Mar. 2023.

A derrota de Bolsonaro, a duras penas, diga-se de passagem, não significou uma desmobilização de seus seguidores, mas sim uma radicalização de seus pensamentos e uma sanha antidemocrática responsável por um dos episódios mais lamentáveis da história da Democracia Brasileira: a invasão e destruição do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF por terroristas bolsonaristas no dia 8 de Janeiro<sup>58</sup>.

Esse acontecimento foi o ápice do processo resultante das eleições presidenciais de 2022, em que os bolsonaristas contestavam o resultado das urnas, lançando mão do negacionismo e afirmando uma suposta fraude nas urnas, tudo com o aval de Jair e seus aliados, que diante de tais absurdos não se pronunciaram em defesa da lisura do pleito. Diante disso, apoiadores espalhados em diversas cidades do país passaram a acampar em frente a quartéis militares, clamando ao Exército uma intervenção militar, manifestações essas claramente antidemocráticas que, ao não ser dispersas pelo governo em novembro e dezembro, serviram para inflamar os ânimos dos golpistas.

A vitória de Lula, eleito numa campanha histórica para o seu terceiro mandato como Presidente da República, cessa o governo de destruição daquele que é uma das piores figuras políticas que já sentou na cadeira presidencial e que ainda assim articula uma base ideológica que sempre configurará como ameaça à Democracia e as ideias de justiça social.

Apesar do esforço aqui empreendido, enxergamos as limitações das discussões aqui traçadas e acreditamos haver lacunas a serem preenchidas, principalmente no tratamento da categoria do sincretismo, do processo de decadência ideológica da burguesia brasileira e da importância do duo senso comum/ideologia para pensarmos a maneira como as ideias no Brasil possibilitam conjunturas históricas tão contraditórias e complexas.

O bolsonarismo, enquanto sincretismo ideológico, resultou não apenas em acepções circunscritas em si, contribuindo para a sua compreensão na contemporaneidade, mas também em reflexões sobre a formação das ideias na

---

<sup>58</sup> A invasão terrorista em Brasília teve inspiração na invasão do Capitólio dos EUA ocorrida em 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores do candidato derrotado Donald Trump resolveram se reunir para “protestar” contra os resultados das eleições, ancorados na fantasiosa ideia de que houve fraude nas eleições norte-americanas. Assim como no Capitólio, em Brasília também houve depredação do patrimônio público:  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-policia.htm>  
Acesso em: 4 Mar. 2023.

sociedade brasileira e o caráter histórico de algumas ideologias que compõem a visão de mundo dos indivíduos.

Por fim, acreditamos que os breves resultados aqui obtidos, cujo objeto de análise está longe de ser esgotado, contribuem para a produção de conhecimento no Serviço Social e principalmente para os estudos de conjuntura, enquanto fornecem o tratamento de categorias de análise com o aporte do materialismo histórico-dialético, contribuindo assim para a análise crítica da realidade social.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AQUINO, Jackson. Alves. **Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo**. In: Silva, Emanuel Freitas da; Frota, Francisco Horácio da Silva; Silva, Maria Andréa Luz da. (Org.). *Atores políticos e dinâmicas eleitorais*. 1ed. Fortaleza: Edmeta, 2019, v. , p. 232-273.
- BEHRING, Elaine. Rosseti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **À beira do abismo. Uma sociologia política do bolsonarismo**. 1 ed. Rio de Janeiro, Amazon, 2020.
- CARLI, Ranieri. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo: Todavia, 2019.
- CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi. 1994
- \_\_\_\_\_. **Modernidade real e imaginária**. In: *Modernidade real e imaginária*. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/modernidade-real-e-imaginaria/>. Acesso em 14 nov. 2022.
- CHAGAS, D. E. S.; SOUZA, J. M. A. . **O “Negacionismo” Bolsonarista: Entre O “Fator” Olavo De Carvalho E O Projeto Reacionário Militar De Poder**. In: Edna Tania Ferreira da Silva; Jamerson Murillo Anuniação de Souza; Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva. (Org.). *Ideologia, política social e trabalho profissional: conjuntura e pandemia*. 1ed.João Pessoa: Editora UFPB, 2022, v. 1, p. 37-50.
- CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. **“Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”**. In: CHAUÍ, M.; FRANCO, Maria Sylvia C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1978.
- CONSTANTINO, Rodrigo. **Por um Tea Party Brasil**. In: Rodrigo Constantino, 2013. Disponível em: <https://rodrigoconstantino.blogspot.com/2013/06/por-um-tea-party-brasil.html?m=1>. Acesso em 17 Fev. 2023.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. **Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social**. Revista Urutágua (Online), Cesin- MT/DCS/UEM Maringá Pr, v. 09, p. SN N.9-SN, 2006.

DEMIER, Felipe. **O longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. 6 Ed.

GONÇALVES, Leandro. NETO, Odilon. Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2020.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia**. São Paulo: companhia das letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

LEÃO XIII. **Carta encíclica Quod Apostolici Muneris (sobre o socialismo)**.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_28121878\\_quod-apostolici-muneris.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html). Acesso em: 22 Jan. 2023.

LEÃO XIII. **Carta encíclica Rerum Novarum (sobre as condições dos operários)**.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 22 Jan. 2023

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p

LOWENTHAL, Manuela Ferreira. **Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder**. Revista Fim do Mundo, v. 1, p. 46-71, 2020. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10204> Acesso em 14 Fev. 2023

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, Gyorg. **A Destruição da Razão**. São Paulo, Instituto Lukács, 2020.

\_\_\_\_\_. **Conversando com Lukács: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz/Georg Lukács.** Trad. de Gisieh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Teoria da Literatura.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 296 p.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social volume 14.** Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARANHÃO, César. **Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo.** In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. Cenários, contradições e pelejas no Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-204

MARINI, Rui. Mauro. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. Rui Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. 2 ed.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]** (trad. Rubens Enderle). São Paulo : Boitempo, 2013.

MATA, S. R. da. **A dialética do aggiornamento.** Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 43, p. 144-157, 2007. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/A\\_dialetica\\_do%20aggiornamento.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/A_dialetica_do%20aggiornamento.PDF)>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro : neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** São Paulo: Boitempo, 2015. 3 ed.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Filosofia, Ideologia e Ciência social.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, L. F.. **O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira.** Cadernos Pagu, n. Cad. Pagu, 2021 (62), 2021.

MORAIS, João Quantim de. **Liberalismo e fascismo, convergências.** Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, V.1, n.8, 1999, p. 11-42. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo53critica8parte3quartim.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo53critica8parte3quartim.pdf) Acesso em 14 nov. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho" : o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. . Acesso em: 25 jul. 2022.

MULLINS, Mark R. **Syncretistic Movements**. In: Dictionary of Asian Christianity, edited by Scott W. Sunquist, 809–810. Michigan, EUA : Eerdmans Publishings, 2001.

NETTO, José Paulo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINEZI, Ana Keila Mosca. **Evangélicos e a ascensão da extrema-direita no Brasil**. Le Monde Diplomatique Brasil, [S. l.], 13 maio 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/evangelicos-e-a-ascensao-da-extrema-direita-no-brasil/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

ROCHA, Camila. **'Menos Marx, mais Mises' : uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426. Acesso em: 2022-11-14.

ROCHA, Camila. **Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina**. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p.261-278.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um país pós-político**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

Sampaio Jr., Plínio de Arruda. (2012). **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social & Sociedade, (Serv. Soc. Soc., 2012 (112)). <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>

SODRÉ, Nelson Werneck, **A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Ed. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1986

TIBURI, Márcia. **Delírio do Poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação**. Rio de Janeiro: Record, 2019.